CISN CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOL NASCENTE

Nº 17 | ABRIL 2020

Nº17 – ABRIL 2020|ISSN: 2304-0688

investigacao.solnascente@ispsn.org

inaciovalentim82@ispsn.org

fatima.sousa@ispsn.org

## CONSELHO DE REDACÇÃO

**Director:** Inácio Valentim (ISPSN) Angola

**Secretária de Redação:** Fátima Sousa Rodrigues (ISPSN) Angola

**Editor**: ISPSN – Instituto Superior Politécnico Sol Nascente

**Arranjos Técnicos**: Herménia Capita (ISPSN) Angola

## CONSELHO CIENTÍFICO

Adelino Sanjombe (ISPSN) Angola

Agemir Bavaresco (PUCRS) Brasil

António Gómez Ramos (UC3M) Espanha

António Matos Ferreira (CHER-UCP) Portugal

Beatriz Cecilia López Bossi (UCM) Espanha

David Boio (ISPSN) Angola

Diane Lamoureux (LAVAL) Canada

Dulce Inakulo de Sousa (ISPSN) Angola

Eduardo Vera Cruz (UL) Portugal

Feliciana A. Salica Hossi (ISPSN) Angola

Félix Duque (UAM) Espanha

Fernando Rampérez (UCM) Espanha

Hugo Bento de Sousa (Médico) Portugal

Inácio Valentim (ISPSN-CFCUL) Angola

Ivone Moreira (IEP - UCP) Portugal

José Pedro Serra (FLUL) Portugal

José Saragoça (Universidade de Évora) Portugal

José Zeferino (ISPSN) Angola

Lucas Piedade Cassinda (ISPSN) Angola

Manuel Simão (UAN) Angola

Marcelino Chipa (IFTS-ISPSN) Angola

Miguel Morgado (IEP - UCP) Portugal

Olga Maria Pombo Martins (UL - CFCUL) Portugal

Pedro Cassiano (ISPSN) Angola

Renata Karina Reis (USP) Brasil

Sérgio Sardi (PUCRS) Brasil

Simão Esperança (UJES) Angola

Tadeu Weber (PUCRS) Brasil

Tarcísio Memória Eculica (ISPSN) Angola

## CONSELHO DE ASSESSORES

Manuel Martins (ISPSNG) Angola

António Miranda (Politólogo) Cabo Verde

Pablo Gómez Manzano (U.Valparaíso-UC3M) Chile

Jorge Manuel Benítez (UNA-UAM) Paraguai

Lola Blasco Mena (UC3M) Espanha

Miguel Ángel Cortés Rodriguéz (Salamanca) Espanha

Nuno Melin (UL. CFCUL) Portugal

Pamela Colombo (CSIC) Espanha

Raimundo Tavares (Advogado) – Cabo Verde

Vicente Muñoz-Reja (UAM) Espanha

# EDITORIAL

## Ensinar para aprender: o lugar da ciência em África

Elísio Macamo, Universidade da Basileia

## Introdução

Damos graças à ciência pelo conforto que a tecnologia nos traz. Por causa disso, partimos também do princípio segundo o qual a utilidade da ciência se reduziria justamente a esse valor instrumental e funcional. A ciência existe para nos facilitar a vida, por assim dizer. Uma ciência que não contribui para facilitar a nossa vida não é ciência. Uma vida que não está facilitada explica-se também pela ausência da ciência. Quantas vezes não partimos do princípio de que se houvesse mais conhecimento, mais educação, menos analfabetos tudo estaria melhor? A ideia heróica que temos da ciência leva-nos inclusivamente a reduzir tudo na nossa vida a ela. Não é por acaso que hoje em dia em quase todo o mundo se põe as ciências sociais em causa. O argumento é esse mesmo. Que utilidade prática têm elas? Que contribuição dão à melhoria das nossas condições de vida? Faz sentido gastar dinheiro público com as ciências sociais mesmo sabendo que elas não têm utilidade prática? Faz sentido gastar dinheiro com as humanidades e letras mesmo sabendo que não têm retorno para a sociedade, com se diz no Brasil hoje?

A ideia de ciência por detrás da sua redução ao valor instrumental e funcional é problemática. Parece urgente disvincular a ciência dessa razão instrumental e tentar trazê-la de volta ao que ela realmente é, nomeadamente um processo contínuo de aprendizagem cujo objectivo não é necessariamente aumentar o nosso conforto material, mas sim melhorar a nossa capacidade de saber mais. Dito doutro modo, a ciência não é tecnologia. Ela pode existir e ser boa sem tecnologia. A tecnologia, por

sua vez, não precisa necessariamente da ciência para existir porque a ciência não é anterior à tecnologia. Se esse fosse o caso, não teríamos tido as muralhas do Zimbabwe, as pirâmides do Egipto, nem mesmo a metalurgia que permitiu a expansão demográfica dos povos Bantu.

Por isso também podemos dizer que o relativo atraso tecnológico africano não se deve necessariamente ao fraco desenvolvimento da ciência, mas sim a outros factores que têm muito mais a ver com os espaços que existem hoje em dia para tornar a criatividade viável e útil. Portanto, entender o verdadeiro significado da ciência significa também entender melhor os nossos problemas de desenvolvimento. Infelizmente, o entendimento problemático que temos tem feito com que vezes sem conta sejamos demasiado duros connosco próprios, culpando-mo-nos por coisas que numa outra perspectiva estão simplesmente longe do nosso alcance.

## A ideia de ciência

A ideia de ciência pode ser explorada na base de três passos fundamentais. Primeiro, pode se reflectir sobre a relação entre a ciência e o chamado projecto iluminista. Há quem diga que a ciência ganhou ímpeto com o Iluminismo e o privilégio que este deu à razão e, sobretudo, àquela ideia do filósofo alemão Immanuel Kant, segundo a qual devíamos ter a ousadia do conhecimento. Na verdade, existe nisso uma ambivalência que nos levou ao entendimento problemático da ciência. Segundo, pode se sugerir que esse entendimento problemático tem consequências nefastas, a principal das quais é a separação entre ciência básica e ciência aplicada. Aqui o destaque todo vai para a segunda que é vista pelos decisores políticos como a ciência útil que vale a pena promover. Costuma ser por causa desta ênfase que as ciências sociais e as letras são relegadas ao segundo plano justamente por serem vistas como sendo "inúteis". Aqui é importante chamar a atenção para uma questão central, nomeadamente a ideia de que embora exista esta percepção de que a ciência resolve problemas, ela cria, potencialmente, problemas que são, na verdade, o campo que devia ocupar as ciências sociais. Terceiro, justamente para reflectir sobre as implicações disto, é preciso devolver a actividade científica aquilo que ela é, nomeadamente um processo de aprendizagem.

Comecemos, então, com a ciência e o Iluminismo. A articulação da ciência com a tecnologia é a perversão daquilo que se convencionou chamar de "projecto iluminista". Este projecto foi desenhado na Europa do século XVII e consistiu essencialmente na ideia de que o progresso humano dependia da capacidade dos Homens (e mulheres) de aplicar a razão, portanto da nossa capacidade cognitiva e intelectual, na procura de soluções para os problemas da humanidade. Não é à toa que alguns intelectuais descreveram o projecto iluminista como a transformação do futuro num projecto social. Podemos lançar criticar o Iluminismo, mas não é menos certo que a essência desse projecto não se reduz à uma visão instrumental da ciência. O projecto tinha na mira a melhoria da condição humana e isso implicava muito mais do que a satisfação de necessidades materiais. O projecto tinha em mira o cultivo da razão como um fim em si próprio, isto é a ousadia do conhecimento, para usar as palavras de Kant.

Na sua aplicação prática este projecto foi traído. Uma das formas drásticas que essa traição assumiu, ainda que bem intencionada, foi o compromisso ilustrado pelos republicanos brasileiros com a ideia de "ordem e progresso", palavras estampadas na bandeira brasileira. A inspiração é fisiocrata, um movimento intelectual do século XVIII que até certo ponto disfigurou o projecto humanista do Iluminismo. No nosso caso, isto é em África, o projecto foi traído pela forma como os desígnios imperiais europeus recorreram ao Iluminismo para justificar não só a expropriação dos recursos humanos e naturais africanos em nome do progresso civilizacional como também para reduzir a história da humanidade à uma falsa epopeia europeia. Essa história heróica confundiu o europeu com a norma (ou padrão) e fez do presente africano o passado perverso da humanidade que urgia eliminar. A ideia de "ordem e progresso" associa o conhecimento à intervenção tecnocrata na sociedade. Uma das piores consequências desta postura é o totalitarismo[1], isto é a ideia de poder absoluto exercido por poucos iluminados em nome da maioria. Os projectos políticos

[1] A crítica do filósofo austríaco, Karl Popper, continua inagualável. Vide Popper 1980. E na mesma ordem de ideias que critico a própria ideia de desenvolvimento. Vide Macamo 2005 e 2016.

da Frelimo e do MPLA no período imediatamente a seguir à independência tinham muito desta postura.

Isto traz-nos directamente ao segundo passo. Nesse contexto perverso houve uma inversão de valores com consequências drásticas para a maneira como abordamos a ciência e, por via dela, a educação. Com efeito, o que aconteceu foi que o relativo avanço das sociedades europeias, manifesto sobretudo na sua domesticação da tecnologia, a mesma que permitiu que elas ganhassem ascendência sobre as outras sociedades humanas, ganhou um significado simbólico fatídico para o resto de nós. Esse avanço relativo foi visto não só como a manifestação duma superioridade inata europeia como também, e acima de tudo, a confirmação da prerrogativa europeia de mandar e obrigar o resto do mundo a ser como ela.

Nesse processo, a ciência afastou-se cada vez mais do ideal Iluminista de trabalho em si próprio para se tornar no instrumento de manutenção de dominação. Não nos esqueçamos que uma das justificativas do projecto colonial era essa mesma: os europeus viam-se na obrigação quase divina de explorar os recursos africanos para o bem da humanidade. O conceito de recursos incluía também os próprios africanos, razão pela qual foi igualmente fácil justificar e legitimar o trabalho escravo e forçado. Mesmo depois da abolição da escravatura os poderes coloniais continuaram a pensar, e defender, que o trabalho forçado era uma obra humanitária[2]. Aqui em Angola foi sobretudo Norton de Matos, discípulo de António Enes – e cuja estátua adorna a cidade de Huambo – que insistiu nessa agenda. Nos campos de concentração Nazi havia aquelas placas nos portões com os dizeres "O trabalho liberta!". A África colonial esteve sempre envolta nisso.

No fundo, a própria ideia de desenvolvimento está profundamente enraizada nesta narrativa heróica do devir da humanidade. Ela apresenta-se como a prossecução de ideais nobres como são o fim da pobreza, da miséria, das doenças, etc. Há, contudo, uma vontade mais sinistra por detrás dela e essa vontade é hostil à nossa

[2] Vide a este propósito a obra de Freire de Andrade (1925) que discute a regulamentação do trabalho indígena nas colónias portuguesas.

emancipação como seres humanos. Ela reduz a humanidade à satisfação de necessidades materiais – o que não é mau, diga-se de passagem – mas é, na verdade, este edifício de aço sobre o qual falava Max Weber na sua descrição crítica da modernidade, portanto, esta submissão implacável da vida à vontade férrea duma força fora do nosso controle. Viver em sociedade hoje em dia significa transformar o quotidiano num artefacto duma gestão tecnocrática que outro objectivo não tem senão determinar para cada um de nós o que é a boa vida e o que cada um de nós deve fazer para a alcançar. A substância ética que nos estrutura como indivíduos racionais não é o que faz de nós humanos, mas sim o que nos torna visíveis como alvos da intervenção tecnocrata.

É nesse contexto que a ciência ganha o seu valor instrumental e, por via disso, perde, na verdade, a sua qualidade humanista como meio de emancipação. A distinção que hoje em dia se faz entre pesquisa básica (ou fundamental) e pesquisa aplicada radica justamente daqui[3]. Na linguagem comum, pesquisa aplicada é a ciência útil, aquela ciência que tem retorno enquanto a pesquisa básica é trabalho de torre de marfim.

O que a insistência na pesquisa aplicada como função e destino do trabalho académico faz é essencialmente matar a ciência, pois ela é reduzida ao papel de tecnologia. A diferença entre pesquisa básica e pesquisa aplicada é a diferença entre investigar para compreender um problema e investigar para resolver um problema. Para a gente resolver um problema precisa de o ter compreendido, portanto, a pesquisa aplicada é posterior, não anterior à pesquisa básica. Como se insiste na pesquisa aplicada, parte-se do princípio de que já se conhecem os problemas, algo que parece problemático a não ser, claro, que isso implique aceitar como os políticos definem os problemas ou, ainda pior, que a gente aceite a forma como os nossos colegas no Norte definem os nossos problemas. A maneira como muito do que passa por pesquisa nos nossos países não é mais do que a reciclagem de problemáticas definidas por outros sem o mínimo interesse em produzir, nós próprios, as definições dos nossos problemas. Um exemplo interessante disso é a corrupção.

[3] Vide Macamo 2014 para uma melhor elaboração do argumento.

Existe a crença geral que a África não se desenvolve por causa da corrupção. Há toda uma indústria pseudo-académica dedicada ao estudo deste assunto com operacionalizações, índices e avaliação dos impactos na economia, sociedade e política. Estudar a corrupção, portanto, é avaliar o seu impacto negativo para propor maneiras de com ela acabar ou, pelo menos, de limitar as suas consequências negativas. Chega-se ao ponto de se fazer passar a ideia de que a corrupção seria um problema cultural africano (ou dos pobres), que a eliminação da corrupção teria sido uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento ocidental, etc. Toda a pessoa decente acredita intuitivamente nisto porque a imagem que o conceito evoca, sobretudo sob o pano de fundo de pobreza generalizada, é de repulsa por todo o indivíduo que se serve do bem público de forma descarada. Mostrar com mais um estudo que a corrupção é mesmo um problema é considerado profundo na concepção que hoje se tem de ciência. Mas será?

Para já, não é verdade que a corrupção impede o nosso desenvolvimento. Porque assim seria quando ela ajudou quase todos os países que se desenvolveram a se desenvolverem? O Ocidente e a Ásia controlaram a corrupção (muitas vezes legalizando algumas das suas manifestações) depois de se desenvolverem, não antes. A China só agora é que começa a fazer alguma coisa contra a corrupção[4].

Segundo, e por um exercício lógico simples da filosofia da ciência, não é mais um estudo que volta a mostrar que a corrupção é um problema que vai melhorar o nosso conhecimento do fenómeno. É, isso sim, o estudo que nos desafia a repensar as nossas certezas. Em Moçambique, por exemplo, todos os estudos de corrupção têm como objecto agentes policiais corruptos, enfermeiros corruptos, professores corruptos, etc. Nenhum estudo procura estudar aquele agente policial que não é corrupto para entender melhor o problema. Estamos sempre na onda de confirmarmos o que sabemos, não de estudar o que não sabemos, nem entendemos.

[4] Existem autores que já se debruçaram sobre isto. Um dos mais interessantes e incisivos é um economista coreano. Vide Chang 2010.

Terceiro, a definição do próprio conceito é problemática por ser circular. Se tomarmos a peito a ideia de que o desenvolvimento se manifesta, entre outras coisas, na falta de eficiência burocrática, na vulnerabilidade ao desvio de fundos, na inoperância do sistema judicial, etc. logo chegamos a uma conclusão óbvia, nomeadamente que a corrupção não pode ser a "causa" da ausência de desenvolvimento, pois ela é uma manifestação dessa ausência. Dizer que não nos desenvolvemos por causa da corrupção seria o mesmo que dizer que não nos desenvolvemos por causa da ausência de desenvolvimento!

Finalmente, quarto, a questão analítica nunca pode ser a que estes trabalhos todos colocam, mas sim uma outra que é fundamental para a evolução da ciência: em que circunstâncias é que um determinado tipo de corrupção pode ser entendido como um entrave a seja o que for? Esse é o trabalho da ciência propriamente dita! O trabalho científico não tem como objectivo determinar a "verdade", mas sim as condições em que a verdade é a *verdade*. Por exemplo, em trinta anos de governo autocrático, Suharto, na Indonésia, tirou o país da pobreza enquanto Nyerere, na Tanzânia, não logrou o mesmo resultado. Suharto foi acusado de ter desviado mais de 500 milhões de dólares do erário público, enquanto Nyerere levou uma vida modesta e, que se saiba, íntegra[5]. Dito doutro modo, o que precisamos de saber é quando exactamente a corrupção constitui entrave ao desenvolvimento. Pode ser, naturalmente, que no cômputo geral a corrupção seja má, mas essa é uma questão ética, não científica.

Portanto, há uma concepção da ciência, consubstanciada na distinção entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, que cria, na verdade, os problemas que interessa reflectir. Isto tem a ver com a discussão dos seus pressupostos. No Brasil, por exemplo, o novo governo diz que não vai financiar a filosofia e a sociologia porque elas não têm retorno. Qual deve ser a resposta da ciência? A resposta não pode consistir em dizer, não, elas são importantes. Quando você precisa de dizer isso como reacção a quem diz que você não é importante, você já perdeu. A questão não

[5] Chang 2010.

é se elas são importantes ou não, mas sim o que está em causa no seu questionamento. Estes argumentos funcionam através dum truque argumentativo identificado por Everett Hughes, um sociólogo americano, de expor a premissa menor e a conclusão e esconder a premissa maior. A ideia de que a filosofia e a sociologia não têm retorno imediato é apenas a premissa menor e a conclusão. A maior, que não é explícita é a de que só tem valor o que tem retorno imediato, portanto, essa premissa é que precisa de ser questionada.

Em minha opinião está em causa uma ideia do bem comum no Brasil que compromete todos os brasileiros com uma concepção do interesse público alicerçada na promoção de oportunidades não para que os preguiçosos vivam à custa dos que trabalham, mas sim para que o país não disperdice o talento e o potencial do seu povo. A ideia de que a filosofia e a sociologia não têm retorno imediato sustenta-se na crença geral segundo a qual só tem valor o que tem retorno material imediato, algo que descreve muito bem a resistência secular das elites desse país à civilização. Revela uma concepção política alicerçada na ideia do salve-se quem puder. Dito doutro modo, o ataque não é contra as ciências humanas. Na verdade, o ataque nem é ataque. É a defesa do privilégio consubstanciada na ideia da meritocracia e do autismo político. O mesmo seria o caso em Angola se o governo decidisse não mais financiar as ciências sociais com o argumento de que não trariam soluções para os problemas do povo. A premissa maior é que só o que traz soluções para os problemas do povo é que tem valor, algo que no contexto dum país com uma cultura política alicerçada na ideia de que quem governa conhece melhor os problemas do povo (essa era a ideia do Marxismo praticado em Angola e em Moçambique), significa a protecção da prerrogativa oficial de determinar o que conta como problema.

Por último, porque reduzimos a ciência ao seu valor instrumental perdemos de vista uma característica primordial da actividade científica, nomeadamente o que significa produzir conhecimento. Muitos pensam que produzir conhecimento é uma actividade transitiva, isto é que se completa na função que o conhecimento tem. Produzir conhecimento não é acumular conhecimento. Produzir conhecimento não é saber mais sobre alguma coisa. Produzir conhecimento é acima de tudo melhorar a

nossa capacidade de produzir conhecimento. Produzir conhecimento é saber como saber. Saber como saber é aprimorar a metodologia, pois o que distingue a ciência de toda a outra actividade cognitiva e intelectual é justamente o método, mais particularmente a reflexão sobre o método. Há muita coisa lá fora no mundo social para a qual não precisamos realmente de confinar jovens nos muros da universidade durante anos seguidos. Muito do que passa por conhecimento científico lá fora não é mais, nem menos do que habilidade técnica que, muitas vezes, se adquire pela experiência, não pelo estudo.

## Conclusão: o paradoxo do conhecimento

O empreendimento científico é algo paradoxal. O paradoxo do conhecimento consiste na ideia de que saber mesmo é a consciência do que não sabemos. Para termos consciência do que não sabemos precisamos, contudo, de saber muito mais do que sabemos até agora. Dito doutro modo, a consciência da minha ignorância é a condição para o conhecimento. Nesse sentido, fazer ciência é essencialmente um trabalho de introspecção, um investimento no auto-conhecimento, condição indispensável para fazer de nós melhores seres humanos que reconhecem em si o outro que vive dentro deles e reconhecem no outro o próprio que vive nos outros. Essa é a definição da humanidade, tão bem resumida no princípio Ubuntu que diz “eu sou porque nós somos”. Este princípio Ubuntu não define nenhuma particularidade africana, nem mesmo justifica que se apregoe por aí a diferença fundamental dos africanos. Nesse princípio, os africanos documentam a sua condição humana e falam para esta preocupação no centro do projecto emancipatório que o Iluminismo prometeu.

O que torna um médico melhor do que um enfermeiro de longa data não é o seu conhecimento científico superior. É apenas o reconhecimento formal. O mesmo vale para a construcção civil, para a engenharia civil, etc. Aquilo que a universidade nos oferece costuma ser aquilo que a sociedade menos usa, nomeadamente a reflexão crítica sobre o conhecimento na base da tecnologia que nos ajuda a estruturar o mundo real. É aqui, na verdade, onde podemos ver a utilidade das ciências sociais e humanas, mas também a diferença entre ensinar como exercício profissional

remunerado e ensinar para aprender como maneira de estar na vida. Ensinar para aprender não é apenas transmitir conhecimento ou habilidades técnicas. Ensinar para aprender é ter uma atitude em relação à actividade científica que consiste em valorizar o próprio processo de produção de conhecimento. É ensinar os estudantes a pensarem por si próprios, o que pressupõe a resistência à ideia de que os problemas já são conhecidos. Esta é a essência das ciências sociais, também. Elas são críticas na medida em que a interpelação do conhecimento em si é constitutiva da ciência.

Ciências sociais que não são críticas em relação às suas próprias condições de possibilidade – e estas são metodológicas – são ciências sociais com retorno imediato no sentido em que elas são apenas o relato daquilo que damos por adquirido. Ciências sociais sem retorno imediato, são ciências sociais que apostam numa cultura de produção de conhecimento fundada não na descrição do que existe, mas sim na expansão dos nossos horizontes, na procura daquilo para o qual não temos ainda vocabulário, dos lugares de penumbra, daquilo que os nossos conceitos não dizem, portanto, dos silêncios, dos não-ditos, do invisível ou imperceptível naquela convicção profundamente científica segundo a qual aquilo sobre o qual é possível falar não interessa.

## Referências

Chang Han-Joon., 2010: 23 Things They Don't Tell You About Capitalism. Allen Lane. London.

Freire de Andrade, A. 1925 : Trabalho indígena e as colónias portuguesas. Boletim da Agência Geral das Colónias, vol.3: 3-15.

Macamo, Elísio 2005: Against ‚Development'. *Codesria Bulletin*, 3&4, Special Issue: Rethinking African Development.

Macamo, Elísio 2014: Respostas sem perguntas, ou:Porque a África nao é um problema por resolver. In: _ In Progress: 2° Seminário sobre ciências sociais e desenvolvimento em África. Iolanda Évora e Sónia Frias (coordenadoras). CesA. Lisboa.

Macamo, Elísio 2016: 'Desenvolvimento' - Resultado ou mito da modernidade? In: Filipe Campello & Benjamin Gittel: Modernizações ambivalentes. Recife. Editora UFPE.

Popper, Karl 1980: A miséria do historicismo. EDUSP. São Paulo.

# ÍNDICE

EDITORIAL ..... 4

## CONFERÊNCIAS

DIREITO

RESPONSABILIDADE CIVIL POR PERDA DE OPORTUNIDADE NO DIREITO ANGOLANO.... 18

AGNALDO JONAS

OS CRIMES DE VIOLAÇÃO SEXUAL DE MENORES: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DO BEM JURÍDICO NO CÓDIGO PENAL DE 1886 E NO NOVO CÓDIGO PENAL ANGOLANO ..... 28

CÉU DE SOUSA

A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO NA CONSTITUIÇÃO ANGOLANA..... 48

ISAAC LOPES CALALA WALIMA

EDUCAÇÃO

PROCEDIMENTOS PRÁTICOS PARA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA DAS APRENDIZAGENS ..... 63

ADELINO ANTÓNIO ULAMBA PELEMBI

## ARTIGOS

CIÊNCIA POLÍTICA

A JUSTIÇA-SOCIAL NO CONTEXTO ANGOLANO, VISTA E ANALISADA NUMA PERSPECTIVA DE J.RAWLS ..... 72

ISAÍAS JOSÉ BENTO

ECONOMIA

APLICAÇÃO DA REGRESSÃO LINEAR NO ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO DE CULTURAS AGRÍCOLAS DE MAIOR RENDIMENTO E AS VENDAS NAS COMUNIDADES AGRO-PASTORIS DO CENTRO-SUL DE ANGOLA..... 80

HÉLDER JONAS LEONARDO CHINGUNDE MARCELINO

JOSÉ MARIA KATIAVALA

COST X-EFFICIENCY AND SCALE EFFICIENCY IN THE ANGOLAN BANKING SECTOR..... 107
MANUEL MARIA DIAS

HISTÓRIA
ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO ESTUDO DA INDEPENDÊNCIA.. 130
FRANKLIN OLIVEIRA

LITERATURA
POR QUE LER OS CLÁSSICOS DA *NEGRITUDE* LUSÓFONA? ..... 153
CARLOS GONGA PASCOAL

NORMAS DE PUBLICAÇÃO 178

# CONFERÊNCIAS/CONFERENCES

# DIREITO

## RESPONSABILIDADE CIVIL POR PERDA DE OPORTUNIDADE NO DIREITO ANGOLANO

AGNALDO JONAS[1]

**Resumo**

Pretendemos com esta abordagem apresentar o nosso parecer sobre a perda de oportunidade na responsabilidade civil e sua possível aceitação no Direito angolano. Podemos, entender por perda de oportunidade em direito, quando uma acção ou omissão de terceiro impede determinado sujeito de obter o resultado que em condições normais teria a possibilidade de alcança-lo. Constituem exemplos para a caso, o diagnóstico errado feito por um médico, perder num processo judicial por não contestação imputável ao advogado, perder a oportunidade de ser contratado por existência de um pré- acordo com outra instituição que depois não chega de celebrar o contrato, etc. No direito comparado, as doutrinas mais conhecidas, são a francesa de onde nasceu a temática conhecida como perda de chance, a italiana predominantemente a nível do direito do trabalho, a inglesa que só permite a indemnização por perda de chance quando esta supere os 50% , a alemã e a portuguesa por proximidade à nossa realidade e que torna a comparação mais próxima. Não encontramos em termos de doutrina local ou nacional, nenhum posicionamento e tendo em conta que se trata de uma nova área temática, e para contribuir para a interpretação e solução de problemas relacionados com a perda de oportunidade, foi com este propósito que abraçamos este desafio, que será feito na base de revisão bibliográfica e interpretação de normas.

**Palavras-chave:** Oportunidade, Direito, Responsabilidade Civil, Angola.

---

[1] Licenciado em Direito pelo Instituto Superior Politécnico Sol Nascente, Pós- Graduado em Ciências Jurídico-Forenses pela Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos. Assistente estagiário no ISPSN.

**Introdução**

A doutrina tradicional da responsabilidade civil, no geral tem-se mostrado algo relutante no que se refere à extensão dos seus pressupostos, dito de outro modo existe a preocupação de manter o chamado modelo de "tudo ou nada". Porém a evolução do direito, no acompanhamento ao desenvolvimento humano, tem exigido cada vez mais intervenção em novas esferas da vida social. A responsabilidade civil, tendo em conta as suas funções, visa, não apenas reparar o dano causado (função reparatória/ ressarciria), como também punir e prevenir o dano (função preventiva punitiva[2]). Com efeito, é tendo em conta esta última função que se abrem inúmeras inquietações, as quias têm suscitado debates sobre o enquadramento das novas tendências da responsabilidade civil.

A perda de chance, que no presente trabalho preferimos trata-la por perda de oportunidade por ser esta última uma expressão mais ortodoxa em língua portuguesa, constitui uma "nova" discussão na responsabilidade civil. Entre nós (em angola) não existe um posicionamento mais claro sobre o mesmo assunto, pelo que torna-se difícil traçar um entendimento mais objectivo em torno da sua aceitação ou não. A doutrina estrangeira que aceita a teoria da perda de oportunidade, não o faz de forma geral, e por este facto este é quase sempre um factor de inclinação para a sua admissibilidade.

Tendo em conta os objectivos deste trabalho, importa considerar que defender a aceitação da perda de oportunidade, implica responder os problemas que a mesma enfrenta, colocados pela doutrina tradicional: em primeiro lugar encontramos o grau de incerteza no cálculo da indemnização, ou seja, para indemnizar alguém na base desta doutrina seria necessário partir de uma incerteza que é a possibilidade de obter vantagem que deixa de existir e como resposta inicial a esta questão podemos afirmar que não pode se tratar de uma simples oportunidade perdida, é necessário que a mesma seja, tal como diz Júlio Gomes, real e séria por forma a diminuir o grau de abstracção em torno do cálculo da indemnização. Em segundo lugar, coloca-se a questão de saber qual seria o enquadramento do dano da perda de oportunidade? Para efeitos

[2] É o que sucede quando o legislador, sobre o cálculo do valor da indemnização, coloca em causa a culpabilidade do agente. Art.494: limitação da indemnização por mera culpa; nº 2 , 497: responsabilidade solidária/ repartição da culpa pelos agentes de acordo com o grau de culpa; 570: redução ou exclusão da indemnização por culpa do lesado. No entanto fica aqui demonstrado que a responsabilidade civil, tem vista entre outras funções a preventiva e a punitiva.

introdutórios pode-se afirmar que um dos objectivos desta teoria é facilitar a demonstração do nexo de causalidade e se assim for, entendemos que a oportunidade perdida constitui um dano autónomo e deve incidir sobre o comportamento culposo que inviabiliza a obtenção do resultado positivo, pelo que trata-se de um dano emergente. Outra questão que se coloca é de saber se, a perda de oportunidade coloca em causa a teoria da causalidade adequada, adoptada pelo nosso legislador no artigo (doravante art.) 563º do código civil (doravante cc) e a este propósito, tem sido discutível associar a perda de oportunidade à causalidade adequada porque entende-se que ela poderia ser satisfeita a partir da teoria da equivalência das condições. Porém a teoria da causalidade adequada também é resultado da equivalência das condições o que resulta em duas teorias que por génese não são diferentes.

## I- Perda de Oportunidade no Direito Comparado

A responsabilidade civil por perda de oportunidade, apesar de não ter lugar em alguns ordenamentos jurídicos por olharem para ela como uma mudança de paradigma e concomitantemente constituir alguma ameaça no entendimento de conceitos importantes como o dano e nexo de causalidade, é aceite[3] em determinados ordenamentos jurídicos estrangeiros como: americano, italiano, austríaco, espanhol, português e francês[4]. No entanto tendo em conta os objectivos deste trabalho e os limites exigidos para o efeito, não será possível fazer uma abordagem geral sobre todos ordenamentos jurídicos que revelam-se favoráveis à temática.

No Direito inglês existem exemplos que nos levaram a assumir que exista em parte a aceitação da doutrina sobre a perda de oportunidade mesmo com as posições contrárias da doutrina tradicional. Em matéria de direito de trabalho, uma fábrica de tijolo foi responsabilizada por perda de oportunidade nas seguintes circunstâncias:

> Um trabalhador contraiu uma doença de pele após trabalhar três dias nesta fábrica e considerando que os tijolos eram feitos de detritos de carvão, e largavam poeira que se impregnava na pele, mormente porque, dado o elevado calor a

[3] Não significa no entanto que nestes ordenamentos jurídicos haja unanimidade sobre a aceitação da responsabilidade civil por perda de oportunidade.

[4] Cfr. Coord. DIAS, J. d. F., CANOTILHO, J. J. G. & COSTA, J. d. F., 2008. *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves.* Coimbra: Coimbra Editor.

> que estavam sujeitos, no forno, o suor provocado pela temperatura contribuía que essa poera aderisse à pele[5].

A *House of lordes* decidiu a favor do trabalhador e este por sua vez fundamentou a sua acção na inexistência de um banheiro no local de trabalho. Em contestação a fábrica argumentou que da falta de banho não pode resultar directamente a doença da pele. No entanto o entendimento da *House of lordes* foi flexibilizar o nexo de causalidade e considerar o comportamento da empresa como dano autónomo (emergente), ou seja, mesmo que não haja uma relação directa entre a doença de pele contraída pelo trabalhador e a ausência de um banheiro, esta inexistência de banheiro por si só, constitui um comportamento culposo e por isso deve ser responsabilizado. Contudo, a partir do que acabamos de expor resulta que, o retractemos o conceito de causalidade e de dano/prejuízo, o que faremos mais adiante.

À semelhança do que sucede no direito inglês, no direito italiano a aceitação da perda de oportunidade apresenta-se também dividida no que se refere à doutrina, no entanto, é na jurisprudência onde tem encontrado algum fundamento. Desde já, devemos sublinhar que a linha fundamental que queremos defender para o caso angolano, encontra aqui uma das suas bases no que se refere ao conceito de dano, dito de outro modo, no direito italiano, os casos de jurisprudência sobre a matéria são aqueles que olham para a perda de oportunidade como um dano autónomo e emergente[6]. Assim sendo, o nexo de causalidade é demonstrado não em relação ao dano final (juízo de probabilidade), mas sim a partir do comportamento culposo do agente. Nesta linha de entendimento, parece-nos que ficaríamos mais próximo da solução, ou pelo menos, de evitar a doutrina mais hostil a perda de oportunidade, no que se refere ao conceito de dano e a distinção desde do dano final.

Na Alemanha não há uma doutrina tão desenvolvida sobre o tema, porém visitando o histórico da sua jurisprudência, encontram-se casos que sustentam naquele pais a responsabilidade civil por perda de oportunidade. É exemplo inequívoco o acórdão de 17.02.1998, quando o tribunal decidiu a favor do desportista que após uma operação ficou impossibilitado de continuar a sua carreira como atleta, porém recebeu os seus rendimentos por mais dois anos em consequência da decisão do tribunal (Coord. DIAS,

---

[5] Ibidem. p. 298

[6] SIMÕES, Fernando Augusto. *Indemnização por Perda de Chance.* Agosto de 2015. http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/1533/1/TMD%2040.pdf (acedido em 12 de 09 de 2019).

et al., 2008, p. 300). Destarte, mais uma vez temos um caso que nos remete para o conceito de dano emergente na perda de oportunidade. Se não vejamos: o desportista recebeu seus rendimentos por dois anos e porquê não recebeu por mais anos, talvez calcular o quanto duraria a sua carreira? Em resposta dissemos que se assim fosse o tribunal estaria a assumir a perda de oportunidade, corresponde ao dano final e a um juízo de incerteza cada vez mais acentuado. O tribunal entendeu que o mau resultado da intervenção cirúrgica não lhe pode conferir o direito de receber os rendimentos de toda uma carreira como treinador e os dois anos a que teve direito representam um meio-termo entre a intervenção cirúrgica e o dano final.

Em França, como já tivemos oportunidade de afirmar que é onde teve origem esta doutrina e tal como sucede em outros que a partir deste se inspiraram, é na jurisprudência onde encontrou sua maior manifestação. Com efeito quando se fala da doutrina da perda de oportunidade na responsabilidade civil, importa referenciar que a mesma não nasceu da legislação ou por vontade de algum legislador e nem doutrina como pode parecer. A perda de oportunidade nasceu da jurisprudência (nas decisões dos tribunais), como o objectivo de facilitar a demonstração do nexo de causalidade, ou seja, quando determinado caso em andamento no tribunal revela-se algo deficiente em matéria de demonstração de nexo de causalidade, entre o facto e dano (dano final), a alternativa encontrada é muitas vezes, flexibilizar essa demonstração não com o dano final, mas sim com o comportamento culposo que inviabiliza a possibilidade do resultado final.

No caso francês, a perda de oportunidade começa com matérias ligadas a responsabilidade do mandatário judiciário por não apresentação tempestiva da contestação por culpa imputável ao mesmo. Este comportamento omissivo do advogado é considerado culposo porque quando isso acontece, é eliminada toda a possibilidade de obter um resultado favorável. No entanto, segundo o professor Júlio Gomes (Coord. DIAS, et al., 2008, p. 301), só a partir dos anos 50 do pretérito século é que a perda de oportunidade começou a ter um crescimento considerável em outas áreas como na responsabilidade civil do médico e outras áreas do direito civil.

Em Portugal a discussão sobre a admissibilidade da indemnização por perda de oportunidade é ainda muito discutível[7] e como sempre por causa da doutrina tradicional

[7] Cfr. LEITÃO, L. M. T. d. M., 2018. *Direito das Obrigações.* 15ª ed. Coimbra: Almedina. P.340 e ss

que recusa existirem condições legislativas para a sua aceitação. Nesta linha de entendimento, encontramos Paulo Mota Pinto[8], que no seu entender as condições legislativas em Portugal, não permitem a admissibilidade da indemnização por perda de oportunidade, e quanto à flexibilização do nexo de causalidade ou dificuldade de demonstração do nexo de causalidade, o mesmo adopta a solução da inversão do ónus da prova. Dito de outro modo, para este autor não existe um suporte legislativo suficiente para sua aceitação e por isso seria mais fácil para o problema da demonstração da causalidade, aceitar a inversão do ónus da prova do que aceitar a perda de oportunidade como dano autónomo (PINTO, 2009, p. 1106).

Na mesma linha encontramos Ruth Teixeira[9] que entende que o problema da perda de oportunidade no direito português, prende-se não apenas por falta de legislação e bases doutrinárias fortes, para esta autora existe uma ausência desta doutrina no direito português. Com efeito, esta teoria seria importante para casos de responsabilização médica, onde constitui uma solução importante no que se refere a eliminação de possibilidades de obtenção de uma situação favorável. O parecer de Ruth Teixeira Pedro coloca-se pelo facto de se assumir que para a responsabilidade civil no geral, é possível encontrar diferentes alternativas, ao contrário do que sucede com a responsabilidade civil médica, onde a perda de oportunidade em muitos casos é produzida por um comportamento culposo de um terceiro (geralmente o médico).

Quanto aos posicionamentos doutrinários, alinhamos com Rui Cardona Ferreira[10], que ao apresentar o seu parecer assume a importância da perda de oportunidade no direito civil, e a sua não-aceitação colocaria em causa as finalidades da responsabilidade civil, deixando as vítimas deste "fenómeno" sem a possibilidade de conhecerem a justiça. Para este (FERREIRA, 2011, p. 372) autor e segundo a nossa interpretação, o direito civil, de forma particular a responsabilidade civil, não deve ficar presa ao mundo tradicional dos pressupostos tendo em conta as suas finalidades. Assim sendo o foco deveria ser aprofundar as bases desta teoria por forma a encontrar bases para maior sustentabilidade evitando desta forma os equívocos relacionados com a sua aplicação.

---

[8] Cfr. PINTO, P. M., 2009. *Interesse Contratual Negativo e Interesse Contratual Positivo.* Coimbra: Coimbra Editora.

[9] Cfr. PEDRO, R. T., 2009. *A Responsabilidade Civil do Médico: Reflexões sobre a noção da perda de chance e a tutela do doente lesado.* Coimbra: Coimbra Editora.

[10] Cfr. FERREIRA, R. C., 2011. *Indemnização do Interesse Contratual Positivo e Perda de Chance.* Coimbra: Coimbra Editora.

Contudo, para o caso português, mesmo existindo opostas a aceitação da teoria da perda de oportunidade, olhando para a sua jurisprudência, é visível a importância que se dá à mesma e o seu crescimento tem sido acelerado nos últimos anos, nas áreas de responsabilidade civil dos advogados e médicos.

## II- Perda de oportunidade: Problemas e Soluções

Tal como tivemos a oportunidade de destacar na introdução, aceitação da perda de oportunidade, traz consigo não só soluções, como também levanta alguns problemas que servem de fundamento para a doutrina relutante a esta teoria. Quanto ao juízo de incerteza que se levanta sobre o cálculo da indemnização por perda de oportunidade, partimos do pressuposto de que não se trata de um problema isolado na responsabilidade civil, já que existem outras situações em que aceita-se a indemnização através da previsão e não propriamente na base de um juízo de certeza, é o que sucede quando o legislador previu no nº 2 do art. 564º «Na fixação da indemnização pode o tribunal atender aos danos futuros desde que sejam previsíveis (…)». Por outro lado, o juízo de incerteza estaria mais presente se enquadrássemos a teoria da perda de oportunidade no conceito de lucro cessante, ao contrário ela é um dano em si (como a seguir tentamos demonstrar), mas como pressupostos específicos exige-se que a referida oportunidade seja real e séria.

Quanto ao enquadramento da perda de oportunidade entre dano emergente e lucro cessante importa considerar o seguinte: "*dano emergente, dano ou prejuízo emergente corresponde assim à situação em que alguém em consequência da lesão vê frustrada uma utilidade que tinha adquirido".* Como tal, trata-se de uma vantagem ou direito já obtido no momento da lesão "*O lucro cessante corresponde àquela situação em que é frustrada uma utilidade que o lesado iria adquirir, se não fosse a lesão*" (LEITÃO, 2018, p. 331). Deste modo, o dano da perda de oportunidade deve ser entendido como autónomo para evitar a dependência ao dano final quanto à avaliação da indemnização. Conforme foi exposto no parágrafo anterior, considerando que o lucro cessante gera um juízo de incerteza, por se tratar apenas de uma previsibilidade, não parece adequado adicionar a este problema outra previsibilidade. Em conformidade com Mariano Yzquierdo Tolsada, citado por Júlio Gomes, "*a perda de uma chance não deve ser considerada como um lucro cessante (ainda que não haja uma diferença qualitativa, mas apenas quantitativa entre ambos), mas como dano emergente"*.

No caso do médico que errou o diagnóstico, e consequentemente tirou a oportunidade de cura do paciente, não é necessário que se pergunte o resultado final porque o facto de ter sobrevivido ou mesmo morrido não torna impune o comportamento do médico pela negligência ou culpa no diagnóstico[11].

Para o exemplo aqui apresentado, o dano é o comportamento em si e não o possível resultado final, se assim não for a responsabilidade civil por perda de oportunidade poderia em muitos casos gerar injustiça porque ao lesado num processo de mandato forense, em que o advogado é processado por não apresentação tempestiva de uma contestação ou outro procedimento que evitaria um resultado desfavorável, caberia o valor total da causa mesmo que não exista nenhuma certeza sobre isso. Assim sendo, o cálculo do valor da indemnização passaria de igual modo pela interpretação que se faz do art. 494º «*quando a responsabilidade se fundar em mera culpa, poderá a indemnização ser fixada, equitativamente em montante inferior ao que corresponderia aos danos causados* (…)» neste sentido o que nos interessa é a possibilidade a título de exemplo que pode existir em relação à indemnização total ou em parte, sendo esta a última que interessa à nossa tese.

Quanto ao problema que a perda de oportunidade levanta[12], no que se refere ao nexo de causalidade, somos de opinião que o problema está associado em simultâneo ao problema anteriormente abordado sobre o conceito de dano. Seria hipoteticamente mais fácil, demonstrar o nexo de causalidade em relação à oportunidade perdida e não em relação ao dano final. Associar o nexo de causalidade ao dano final gera conforme anteriormente já dissemos muita incerteza concomitantemente injustiça quanto ao cálculo da indemnização. Não é necessário, voltar para a teoria da equivalência das condições para se resolver o problema do nexo de causalidade que esta teoria levanta. A teoria da causalidade adequada adoptada pelo legislador angolano é suficiente para o efeito, se considerarmos o conceito de dano que adoptamos – emergente. Ademais a teoria da equivalência das condições levantaria outros problemas para responder e

---

[11] Cfr. JUNIOR, F. E. S., 2017. *repositorio.ual.pt.* [Online] Available at: http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3414/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O-2014-1-FERNANDO%20ESTIMA-20141243_VERS%C3%83OFINAL%20Atual.pdf
[Acedido em 16 09 2019].p.48 e ss.

[12] Neste sentido, somos contra o posicionamento de (JUNIOR, 2017, p. 54), ao reduzir o problema da perda de oportunidade ao conceito de dano. Com efeito, entendemos que a causalidade e sua demonstração também constituem questões importantes na aceitação desta teoria.

levaria a perda de oportunidade fora da legislação angolana, portanto, sem fundamento legal.

**Conclusões**

Depois da discussão sobre a aceitação da teoria da perda de oportunidade no direito comparado e sobre os problemas / soluções que a mesma levanta, para o direito angolano, chegamos às seguintes conclusões:

1- Em Angola não encontramos durante a nossa pesquisa um, posicionamento claro sobre a aceitação ou não da perda de oportunidade. Porém tendo em conta aquilo que se defende em relação à doutrina portuguesa e a proximidade daquela legislação com a nossa pode-se aceitar que a partir das normas existentes sobre o nexo de causalidade e sobre o conceito legal de dano é possível concluir a sua aceitação no nosso ordenamento jurídico.

2- A adopção da teoria da perda de oportunidade ajudaria os operadores de direito, a flexibilizar a demonstração do nexo de causalidade e a partir desta se poderia evitar que as vitimas das oportunidades perdidas por acções negligentes / culposas de terceiros percam o direito de indemnização, por dificuldade de demonstração do nexo de causalidade.

3- É determinante que o nexo seja estabelecido não em relação ao dano final mas sim ao comportamento que elimina a oportunidade. Dito de outro modo, a perda de oportunidade é um dano autónomo emergente e não um lucro cessante.

4- Existem áreas onde a teoria da perda de oportunidade apresentaria mais soluções do que noutras. Assim sendo, seria inevitável associar a mesma em relação à responsabilidade civil médica, o mandato forense, direito do trabalho, etc.

5- Para que o direito civil cumpra o seu papel/ finalidade é imperioso que exista uma abertura para novos desafios porque o evoluir da sociedade acarreta consigo novos conceitos de danos/prejuízos aos quais não se pode deixar de tutelar sob pena de fazer com que o direito seja uma realidade autónoma em relação à sociedade.

**Bibliografia**

BRANCO, I. M. F., 2015. *A IDEIA DE "PERDA DE CHANCE" E A SUA APLICAÇÃO JURISPRUDENCIAL EM SEDE DE MANDATO JUDICIAL*. Coimbra: Coimbra Editora.

Coord. DIAS, J. d. F., CANOTILHO, J. J. G. & COSTA, J. d. F., 2008. *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves.* Coimbra: Coimbra Editora.

FERREIRA, R. C., 2011. *Indemnização do Interesse Contratual Positivo e Perda de Chance.* Coimbra: Coimbra Editora.

JUNIOR, F. E. S., 2017. *repositorio.ual.pt.* [Online] Available at: http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3414/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O-2014-1-FERNANDO%20ESTIMA-20141243_VERS%C3%83OFINAL%20Atual.pdf [Acedido em 16 09 2019].

LEITÃO, L. M. T. d. M., 2018. *Direito das Obrigações.* 15ª ed. Coimbra: Almedina.

PEDRO, R. T., 2009. *A Responsabilidade Civil do Médico: Reflexões sobre a noção da perda de chance e a tutela do doente lesado.* Coimbra: Coimbra Editora.

PINTO, P. M., 2009. *Interesse Contratual Negativo e Interesse Contratual Positivo.* Coimbra: Coimbra Editora.

SIMÕES, F. A., 2015. *Indemnização por Perda de Chance.* [Online] Available at: http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/1533/1/TMD%2040.pdf [Acedido em 12 09 2019].

# DIREITO

## OS CRIMES DE VIOLAÇÃO SEXUAL DE MENORES: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DO BEM JURÍDICO NO CÓDIGO PENAL DE 1886 E NO NOVO CÓDIGO PENAL ANGOLANO

CÉU DE SOUSA

**Resumo**

O presente trabalho visa abordar os crimes de violação sexual contra menores, onde procuramos fazer uma análise à luz da teoria do bem jurídico tutelado pelo Código Penal angolano de 1886 e o Código Penal recentemente aprovado. O trabalho foi realizado com o intuito de responder ao final, a um importante questionamento sobre, em que medida o novo desenho dos tipos de crime de abuso sexual de menores obedece aos critérios da dignidade penal e necessidade de pena? O estudo iniciou com uma breve incursão sobre a evolução histórica dos crimes contra a honestidade onde se enquadravam os crimes de violação sexual (designado pelo novo Código Penal como abuso sexual), analisaremos os diferentes conceitos de bem jurídico, bem como diferenciar os crimes contra a autodeterminação sexual previsto no novo Código Penal, uma vez que estes vêm pela primeira vez consagrados de forma expressa na secção II e III referente aos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual.

Na pesquisa foram apresentados relevantes entendimentos jurisprudenciais e doutrinários sobre o tema, cujo às referências bibliográficas consultadas, basearam-se em obras de autores que escreveram sobre o mesmo, assim como a legislação interna e internacional relativas a protecção da criança contra abusos sexuais, que possibilitou-nos dar resposta ao questionamento levantado no trabalho.

**Palavras – Chave:** Abuso sexual, crianças, autodeterminação código penal.

### 1. INTRODUÇÃO

A criança é um ser humano como qualquer outro, com a diferença de ser frágil, ingénua e inocente, que necessita de alguém que a represente, tendo em conta as características inerentes à sua idade e à ausência de capacidades cognitivas (suficientes) para por si só proteger-se.

Infelizmente, muitas crianças um pouco por todo o mundo estão sujeitas a uma qualidade de vida decadente e encontram-se sob a alçada de abusos sexuais e comportamentos violentos. O abuso sexual contra crianças é uma actividade criminosa que, pela diversidade de actos e pela gravidade que apresenta, revela ser um problema social e cuja solução ainda está longe de ser alcançada.

Os crimes de violação sexual de menores se configuram como a pior e mais cruel forma de violência contra a criança, uma vez que existe uma grande desproporcionalidade entre a vítima e o autor do acto violento e criminoso, além dos abusos físicos e psicológicos, consequências da mesma.

É um fenómeno que tem tomado proporções alarmantes no nosso contexto, uma vez que o número de crianças que têm sido sexualmente abusadas um pouco por toda Angola tem vindo a crescer consideravelmente e que cerca da metade dessas crianças são menores de 15 anos.

Os crimes de violação sexual de menores se revestem de grande sensibilidade devido as reacções que nascem em torno dele, uma vez que a sociedade se torna cada vez mais crítica e discriminatória, quando o assunto é a violação sexual e muitas vezes nos esquecemos que a criança é só mais uma vítima da sociedade.

Os crimes em causa encontram consagração constitucional e infraconstitucional nas normas referentes aos princípios fundamentais tutelados pela Constituição da República (CRA), relativamente as questões inerentes a dignidade da pessoa humana, a infância e a integridade moral, intelectual e física das pessoas que é inviolável, e nos artigos 392.º sob epígrafe “estupro” e 394.º “ violação sexual de menor de doze anos” ambos do Código Penal de 1886 e no capítulo IV, secção II e III “ crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual” do Código Penal aprovado recentemente (doravante C.P).

As discussões em torno do bem jurídico protegido pelo tipo legal do crime têm já uma longa história, porém é uma situação que entendemos, que esteja mais perto do fim com as inovações trazidas pelo novo código penal no que respeita a protecção do bem jurídico tutelado nos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual.

Objectivamos identificar as vantagens que o novo regime jurídico sobre os crimes contra a autodeterminação sexual pode trazer para a protecção da criança, concluindo ao final se tal regime pode vir ou não a ser mais favorável, com o intuito de ampliar a protecção dos direitos da criança e as garantias inerentes a estes no quadro de uma protecção mais eficaz.

É importante que as crianças estejam conscientes da existência dos seus direitos, e que toda e qualquer prática que ponha em causa tais direitos deve ser reprimida fazendo recurso aos instrumentos legais existentes.

Procuramos fazer uma análise ao C.P vigente e ao do C.P ora aprovado, uma vez que o C.P vigente trata dos crimes de violação sexual no capítulo relativo aos crimes contra a honestidade, tendo apenas três artigos que regulam e punem os crimes de violação sexual de menores, como se verifica no art.392.º sob epígrafe "estupro "o art.393.º violação sexual e o 394.º " violação sexual de menor de doze anos", verifica-se no actual C.P uma falta de clareza no que respeita aos requisitos género e idade, sendo que o mesmo faz referência ao crime de violação sexual, como um acto praticado por homens contra mulheres, ao passo que existem também mulheres a violarem sexualmente homens, homens a violarem outros homens, mulheres a violarem mulheres.

## 2. Evolução Histórica dos Crimes de Violação Sexual no Código Penal Angolano

As discussões levantadas em torno do bem jurídico protegido pelos tipos legais de crime de violação sexual têm já uma longa história, uma vez que a protecção oferecida pela norma dos tipos legais de crime, contida no Código Penal de 1886, era quase nula, se tratando do crime de violação sexual. Mas com o desenvolver da sociedade, a evolução do Direito Penal, o actual contexto político, económico, social e cultural de Angola e os desafios impostos pela globalização, levaram a que se aumentasse o nível de protecção nos crimes de abuso sexual praticados contra menores, despertando desse modo a necessidade de criação de um novo Código Penal que se adequasse melhor a nossa realidade, substituindo desse modo o Código Penal de 1886.

Felizmente, acreditamos que esta protecção quase nula contida no Código Penal de 1886, está mais perto do fim, uma vez que o Código Penal recentemente aprovado, contém um capítulo referente aos crimes sexuais, que consagra de forma expressa, e, faz a separação dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, o que, de alguma

maneira, pode-se considerar um avanço em termos de legislação penal mas especificamente no que respeita a protecção dos crimes de abuso sexual, porém, em relação às situações que podem agravar a pena ou os chamados actos de relevo, nos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, o novo Código Penal, ainda fica aquém do desejado, sendo que o único acto de relevo consagrado é a penetração sexual, deixando de parte práticas como o coito anal, o coito oral, a introdução vaginal ou anal de objectos passíveis de colocar em perigo a vida da vítima.

No novo Código Penal, não só a tutela dos bens jurídicos vem salvaguardada de maneira mais clara e específica, como também dá-se primazia aos princípios e valores considerados fundamentais pela Constituição da República, como também as linhas que orientam as políticas criminais modernas, verifica-se de igual modo novos tipos de crimes, no âmbito dos crimes sexuais, diferente do que sucedia com o C.P de 1886, que enquadrava os crimes de violação sexual no capítulo referente aos crimes contra a honestidade e, só considerava o estupro e a violação sexual de menor de doze anos, situação que finalmente ficou ultrapassada com as inovações trazidas pelo novo C.P, onde o legislador teve em atenção a criação de um capítulo específico referente aos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, enquadrando neste capítulo os diferentes tipos de crimes que envolvem o abuso sexual de menores desde o abuso sexual até a pornografia infantil, que é uma prática que começa a ser vivida por crianças em Angola, principalmente aquelas que fazem o uso de redes sociais e telefones.

### 3. Delimitação do Tipo Penal

O Código Penal de 1886 consagra no art. 392.º sob epígrafe "estupro" "aquele que por meio de sedução, estuprar mulher virgem, maior de doze e menor de dezoito anos, terá a pena de prisão maior de dois a oito anos"[1].

O art.394.º sob epígrafe "violação de menor de doze anos" consagra, " aquele que violar menor de doze anos, será condenado a prisão maior de oito a doze anos"[2], quando não se prove que foi por meio de violência física, intimidação ou qualquer fraude.

[1] Art. 392.º C.P de 1886.
[2] Art.394.º C.P de 1886

Os actos sobre os quais nos vamos pronunciar constam das disposições legais acima mencionadas, bem como do novo desenho dos tipos de crime de violação sexual contra menores previstos no Código Penal recentemente aprovado, com realce a norma constante no art.179.º do C.P.

## 4. O Novo Desenho dos Tipos de Crime de Violação Sexual de Menores no Novo Código Penal Angolano

Um dos frutos do processo de reforma da justiça e do direito em curso no nosso país foi a criação de um novo Código Penal, cujo conteúdo, amplia a protecção aos crimes de violação sexual, ao contemplar-se no Código, uma secção relativa aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, pertencente ao capítulo IV, secção III, que veio alargar as matérias relativas os actos sexuais praticados contra crianças.

Como escreve Clara Sottomayor, "a descoberta de inúmeros acontecimentos levou a que a sociedade percebesse que era necessário modificar o C.P, nomeadamente quanto aos crimes sexuais. Foi introduzido um novo tipo legal de crime, o crime de abuso sexual de crianças"[3], onde se inclui de forma expressa actos sexuais contra menores que o C.P de 1886 não prévia. Desse modo, deixou-se de lado a punição prevista no C.P de 1886, ou seja o novo tipo de crime deixou de ser punido por razões de honestidade, de ordem moral, passando de para crimes contra a autodeterminação sexual[4].

Assim o novo desenho dos tipos de crime contra a autodeterminação sexual, contempla sete artigos cujos conteúdos enunciam:

Art. 179.º Sob epígrafe "abuso sexual de menor de catorze anos"

1. Quem praticar acto sexual com menor de catorze anos ou a levar a pratica-lo com outra pessoa é punido com pena de prisão de um a cinco anos;

[3] SOTTOMAYOR, Maria Clara. Direito das crianças vítimas de crimes violentos , in Intervenção psicológica e social. Vol. I . Coord. Sofia Neves, Almedina, 2012. P.20.

[4] DIAS, Jorge de Figueiredo. in Comentário Conimbricense do Código Penal – Parte Especial . Tomo II. Coimbra.p.710, ss.

2. Se houver penetração sexual, a pena é de prisão de três a doze anos;
3. Quem praticar acto de procriação artificial em mulher menor de catorze anos é punido com pena de prisão de dois a oito anos.
4. Quem praticar actos de exibicionismo perante menor de 14 anos, é punido com pena de prisão de seis meses a três anos ou a de multa de sessenta dias a trezentos e sessenta dias.

Artigo 180.º "Abuso sexual de menor de dezasseis anos"

1. Quem, sendo maior, se aproveitar da inexperiência de menor de dezasseis anos ou de situação de particular necessidade em que este se encontrar e com ele praticar actos sexuais ou o levar a praticá-los com terceiro é punido com pena de prisão de um a cinco anos.
2. Se houver penetração, a pena é de prisão de três a oito anos.

Artigo 181.º "Abuso sexual de menor dependente"

1. Quem praticar ou levar a praticar actos sexuais com menor de dezoito anos que tiver à sua guarda para assistir ou educar, é punido com pena de prisão de:

a) Cinco a quinzes anos de prisão, se for menor de catorze anos de idade;
b) Três meses a doze anos, se o menor tiver menos de dezoito anos de idade;

2. Se houver penetração sexual, a pena é de prisão de oito a quinze anos se for menor de catorze anos de idade, e de cinco a doze anos se o menor tiver menos de dezoito anos de idade.

Artigo 182.º "Lenocínio de menores"

1. Quem promover, incentivar, favorecer ou facilitar o exercício da prostituição de menor de dezoito anos ou a prática reiterada de actos sexuais por menor de dezoito anos é punido com pena de prisão de três a doze anos.
2. Se o agente usar de violência, ameaça ou coacção, actuar com fim lucrativo ou fizer profissão da actividade descrita no número anterior, o menor sofrer de anomalia psíquica ou tiver menos de catorze anos, a pena é de prisão de cinco a quinze anos.

Artigo 183.º "Tráfico sexual de menores"

1. Quem aliciar menor de dezoito anos de idade para o exercício da prostituição ou, para o mesmo fim, o transportar, alojar ou acolher ou, de qualquer outro modo, favorecer aquele exercício, é punido com pena de prisão de cinco a doze anos.
2. Se o agente usar de violência, ameaça ou coacção, actuar com fim lucrativo ou fizer profissão da actividade descrita no número anterior, o menor sofrer de anomalia psíquica ou tiver menos de catorze anos de idade, a pena é de prisão de oito a quinze anos.

Artigo 184.º "Pornografia infantil"

1. É punido com pena de prisão de um a cinco anos, quem:

a) Promover, facilitar ou permitir que menor de dezoito anos participe de leitura obscena, conversa, assista a espectáculo, projecção de filmes, audição de gravações, exposição de fotografias ou observe ou examine instrumentos pornográficos;
b) Utilizar menor de dezoito anos em fotografia, filme ou gravação pornográfica, independentemente do seu suporte ou o aliciar para esse fim;
c) Ceder a menor de dezoito anos escritos, fotografias, filmes, gravações ou instrumentos de natureza pornográfica.

2. É punido com pena de prisão de dois a dez anos, quem:

a) Produzir pornografia infantil para ser difundida através de sistema de informação;
b) Oferecer, disponibilizar, difundir ou transmitir pornografia infantil através de um sistema de informação.

3. Quem adquirir, detiver, acordar ou facilitar o acesso a material pornográfico infantil por qualquer meio é punido com pena de prisão de um a cinco anos;
4. Se o agente fizer profissão dos actos descritos nos números anteriores ou os praticar com fim lucrativo, a pena é de prisão de três a dez anos.

5. Para os efeitos do n.º 2, entende-se por:

a) "Pornografia infantil" qualquer material pornográfico que represente, de forma visual ou sonora, menor de dezoito anos ou pessoa, real ou virtual, aparentando ser menor de dezoito anos, envolvidos em comportamentos sexualmente explícitos ou que incitem à prática desses comportamentos.

Do conteúdo exposto no novo desenho dos tipos de crime contra a autodeterminação sexual, podemos enunciar que estes crimes podem se revestir de diversas naturezas, em função do disposto nos artigos acima mencionados, que tutelam o bem jurídico "autodeterminação sexual".

É importante considerarmos as limitações de idades que a norma constante do art.179.º n.º1 prevê (catorze anos), pois este parece-nos ser o primeiro requisito a ter em conta quando se trata deste tipo penal, o que leva-nos a perceber que não existe distinção entre género (masculino e feminino), podendo no entanto ser acto praticado contra rapaz ou rapariga que tenham idade inferior a catorze anos para que seja considerado abuso sexual de menor.

Relativamente ao autor do acto criminoso, este pode ser homem ou mulher, familiar ou não, com idade superior a dezoito anos, porém há, a necessidade de aferir aqui a menor idade penal (dezasseis anos que o novo Código Penal mantém), o que leva-nos a compreender que os sujeitos com idades compreendidas entre os dezasseis e dezassete anos também podem ser responsabilizados criminalmente por abuso sexual de menores, sendo que não existe disposição normativa no C.P de 1886 e no C.P recentemente aprovados, sobre a diferença de idades entre o agressor e a vítima, realça-se simplesmente que o agressor tenha idade superior a dezoito anos. Nesta situação entendemos que há uma necessidade de se analisar a diferença de idades entre o agressor e a vítima, sendo que existem casos em que o agressor apesar de menor tem uma idade superior em relação a vítima.

Um outro requisito que podemos ter em conta no novo desenho dos tipos de crime contra a autodeterminação sexual, consagrado no C.P, é o conteúdo sexual do acto criminoso ou seja a relevância do acto como dispõe o n.º2 dos artigos 179.º a 185.º do C.P, ou seja, a gravidade da conduta sexual abusiva, tem de englobar a penetração

sexual, para que o acto seja considerado relevante, ou se o agente fizer profissão dos actos descritos no n.º4 do art.184.º ou os praticar com fim lucrativo.

Não existe no Código Penal de 1886 e nem no novo Código Penal angolano, disposições tanto para os crimes contra a liberdade sexual como para os crimes contra a autodeterminação sexual, a manifestação do legislador ordinário, de incluir neste diploma legal, outros actos sexuais que podem agravar a pena do autor do crime (além da penetração sexual), como o coito oral, o coito anal, a introdução vaginal ou anal de objectos sexuais ou não que podem perigar a vida da vítima do abuso sexual, levando a que, para que o acto seja considerado relevante nos crimes contra a autodeterminação sexual, basta que a vítima seja menor de catorze anos e que haja penetração sexual, sendo que não são chamadas para o nosso caso e por força das disposições contidas no Código Penal angolano, as figuras do consentimento e dissentimento.

Assim os actos previstos no novo desenho dos tipos de crime contra a autodeterminação sexual, são actos sexuais praticados coercivamente, cujo tipo objectivo deste acto criminoso consiste na prática não consensual dos mesmos, uma vez que a vítima foi obrigada ou coagida à pratica-lo.

Diferente do anterior C.P, o novo Código Penal, nos crimes previstos no art.194.º não há a necessidade de prévia denúncia do ofendido ou de seus pais, avós, tutores ou curadores, bastando para o caso que o agente tenha legitimidade para exercer o direito de queixa ou tiver a vítima a seu cargo, atribui ainda legitimidade ao Ministério Público para exercer a acção penal independentemente de queixa, sempre que, no interesse da vítima, se impuser esse exercício.

Note-se que houve um grande avanço no novo Código Penal relativamente ao Código penal de 1886, no que respeita a protecção dos crimes de abuso sexual de menores.

## 5. O Bem Jurídico Tutelado Pelo Código Penal

"A teoria dos bens jurídico-penais, sob o ponto de vista constitucionalista, nasce do pressuposto da hierarquia constitucional, que representa um padrão de referência da valoração social de determinados elementos. Assim "se a função do direito penal é, em último termo, a de tutelar bens jurídicos essenciais à realização mais livre possível do

homem na comunidade, então tudo dependerá daquilo que, em cada momento se revela como fundamental a este propósito e a esta luz"[5].

A tutela de bens jurídicos define simultaneamente "a função do direito penal e marca os limites de legitimidade de sua intervenção"[6]. Nesta senda torna-se imperioso compreender que, "a legitimidade do Direito Penal está condicionada à realização da função que declara cumprir, isto é, a protecção dos bens jurídicos, e que o uso do *jus puniedi* somente pode ser manejado para tal fim"[7].

Não se trata de qualquer bem ou seja, "O bem jurídico tutelado pelo C.P deve ser constitucionalmente legítimo, pelo que, deve possuir valor constitucional, mas isso não basta, exige-se ainda a correspondência material entre o bem que se pretende proteger e o bem que se visa restringir para assegurar aquela protecção"[8].

"Roxin entende que bens jurídicos são pressupostos imprescindíveis para a existência em comum, que se caracterizam numa série de situações valiosas, como, por exemplo, vida, integridade física, a liberdade de actuação ou a propriedade, as quais todo mundo conhece"[9].

"Jorge de Figueiredo Dias define bem jurídico como a expressão de um interesse, da pessoa ou da comunidade, na manutenção ou integridade de um certo estado, objecto ou bem em si mesmo, socialmente relevante e por isso juridicamente reconhecido como valioso"[10].

---

[5] MACHADO, Érica Babini Lapa do Amaral. "A Teoria dos Bens Jurídico - Penais e o Direito Penal Moderno: Uma Releitura a partir dos Direitos Humanos." Revista Brasileira de Direito12(2): - ISSN 2238-0604, Jul-Dez de 2016: p.168.

[6] Ibidem

[7] Ibidem

[8] Aulas sobre a Responsabilidade Criminal " O Direito Constitucional Penal" ministradas no Curso de Mestrado em Ciências Jurídico – Forenses, na Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos pelo professor Dr. Rui Filipe Soares Pereira, Huambo. 2018.

[9] ROXIN, Luciano SANTORO apud Claus Problemas Fundamentais de Direito Penal,3ºed. "Carta Forense." *www.cartaforense.com.br/m/conteúdo/ coluna/bem-jurídico- -e -a- Tutela- Penal- de- Última-Ratio/95*. 05 de Agosto de 2005. (acedido em 16 de Março de 2019).

[10] DIAS, Luciano SANTORO apud Jorge de FigueiredoBens ,jurídicos fundamentais na reforma penal portuguesa, in Novos Rumos ao Direito Penal e ao Processo Penal, III Seminário Internacional do IBCCrim, 10 a 13/09/1997-FDUSP - vídeo. "Carta Forense."www.cartaforense.com.br/m/conteúdo/colunas/bem-jurídico-e-a-tutela-penal-de-última-ratio/95. 05 de Agosto de 2005. (acedido em 16 de Março de 2019).

O bem jurídico tutelado nos crimes sexuais encontra duas acepções doutrinais, a primeira acepção defende que o único bem jurídico em causa nos crimes sexuais tutelados pelo C.P, é a " liberdade sexual da criança e não existe outro que deva ou possa ser protegido"[11]. Quando preenchidos determinados requisitos, a criança pode e deve exercer a sua liberdade sexual como bem entender.

Dessa forma, quando existe uma punição para um relacionamento sexual em que de um lado "temos uma criança e do outro, alguém significativamente mais velho ou já adulto, mesmo com a verificação de certos requisitos, estamos perante uma grave e desnecessária restrição a esse direito ou seja ao exercício dessa liberdade sexual pela criança"[12].

O conceito de liberdade sexual, deverá envolver necessariamente "o direito a não sofrer actos não desejados, bem como o direito a actuar segundo o seu próprio entendimento, visto ser o menor o portador do bem jurídico tutelado pelo C.P, obedecendo apenas as limitações relativas à liberdade de outrem"[13].

A segunda acepção entende que o bem jurídico protegido é a " autodeterminação sexual da criança"[14], ou seja a criança tem o direito a desenvolver "livremente a sua personalidade a nível sexual"[15].

Nesta acepção, defende-se que, " à pouca idade da criança e às particularidades que a caracterizam, que são específicas e distintivas de determinadas idades, condutas de natureza sexual, mesmo que sejam levadas a cabo sem coação alguma, podem prejudicar gravemente o livre e saudável desenvolvimento da mesma"[16].

---

[11] OLIVEIRA, Catarina Marques de. "O Problema do Ponsentimento: Particularidades à Luz do art.171.º n.º2 do Código Penal." Dissertação de Mestrado, Escola de Direito, Universidade do Minho, Minho, 2017, p.23.

[12] OLIVEIRA, Ob, Cit. P.23, apud ALFAIATE, Ana Rita – A relevância penal da sexualidade dos menores. Coimbra: Coimbra Editora, 2009. ISBN 978 – 972 – 32 - 1730-8. Págs.89 a 91, 130,139,141,143.

[13] LEITE, Inês Ferreira. A tutela penal da liberdade sexual, Revista portuguesa de ciência criminal. Coimbra: Coimbra,, 2011. ISNN 0871-8553. n.º 1.p.87.

[14] CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da,. "CUNHA, "Crimes sexuais contra crianças e jovens","Coimbra Almedina, 2003.p. 195. DIAS, Jorge de Figueiredo – Comentário conimbricense do código penal: parte especial, tomo I, artigos 131.º a 201.º.
2.ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2012. ISBN 978-972-32-2061-2. Pág. 834.

[15] CUNHA, Ob, Cit.p195

[16] OLIVEIRA, Ob. Cit. P.24, apud LOPES, JOSÉ MOURAZ Os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual no código penal. 4.ª ed. Coimbra:
Coimbra Editora, 2008. ISBN 978-972-32-1563-2. P.115. MOURA, Paula Crimes contra a autodeterminação sexual: abuso sexual de crianças. Revista maia jurídica. n.º2, (2004). P. 24. CARMO, Rui do, ALBERTO Isabel, GUERRA Paulo – O abuso sexual de menores: uma conversa sobre justiça entre o direito e a psicologia. Coimbra: Livraria Almedina, 2002. P.32. RAPOSO, Vera Lúcia - Da

Como escreve Teresa Beleza, o bem jurídico liberdade sexual tutelado pelo C.P, aplica-se, no caso dos adultos, que já atingiram maturidade logo têm liberdade de se relacionar sexualmente ou não e com quem quiserem e, no caso das crianças e adolescentes, relaciona-se com a "liberdade de crescer na relativa inocência até à adolescência e até atingirem a idade da razão para aí se poder exercer plenamente aquela liberdade"[17].

Em relação ao bem ou bens tutelados nos crimes sexuais, no nosso entender, compreendem a liberdade, a autodeterminação sexual e o direito da criança desenvolver o seu corpo e sua personalidade, sem qualquer tipo de exploração e exercício abusivo de qualquer pessoa, como dispõe o art.80.º, n.º1 da CRA, com a designação "Infância", mesmo que a mesma consinta a prática de tais actos abusivos, entende-se que está não tem capacidade cognitiva para compreender o que ela quer ou entende ser melhor para ela, pois, poderá não ser, e prejudicar gravemente o seu desenvolvimento. E na verdade esse é um dos problemas que se tem verificado no nosso contexto.

Os crimes contra a liberdade sexual abrangem tanto adultos como crianças, com a diferença que os adultos têm o seu corpo e a sua personalidade desenvolvidas relativamente a esfera sexual, ao passo que as crianças, apesar de terem o direito a liberdade sexual, estas ainda precisam desenvolver-se quer a nível físico, psicológico, bem como a sua personalidade, daí que, a par da protecção do bem jurídico liberdade sexual, a estes recai também a protecção do bem jurídico autodeterminação sexual que abrange crianças e adolescentes.

Em relação as consequências devastadoras da prática de abusos sexuais contra menores, Miguez Garcia citado por Filipa Fonseca, escreve que os "abusos sexuais conduzem a consequências trágicas ao nível do equilíbrio psíquico dos menores, […] quando as crianças e jovens são deixados à mercê de actividades sexuais específicas de outras idades, ou nelas se envolvem, o desenvolvimento da sua personalidade fica,

---

moralidade à liberdade: o bem jurídico tutelado na criminalidade sexual. Coimbra: Coimbra Editora, 2003. P. 952; LEAL - HENRIQUES, Manuel de Oliveira; SANTOS, Manuel, José Carrilho de Simas – Código penal anotado: (arts. º 131.º a 386.º). 3.ª ed. Lisboa: Rei dos Livros, 2000. ISBN 972-51-0876-0. Vol. 2. P. 437; CUNHA, Maria da Conceição Ferreira – Crimes sexuais contra crianças e jovens. Coimbra: Livraria Almedina, 2003. P.195; DIAS, Jorge de Figueiredo – Comentário conimbricense do código penal: parte especial, tomo I, artigos 131.º a 201.º. 2.ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2012. ISBN 978-972-32-2061-2. P.834.

[17] Vânia Pereira MOREIRA apud Tereza Pizarro BELEZA"Sem sombra de pecado: o Repensar dos Crimes Sexuais na Revisão do Código Penal", Separata de Jornadas de Direito CriminaL Revisão do Código PENAL, Lisboa: Centro de estudos judiciários, 1996. "O CRIME DE VIOLAÇÃO À LUZ DO BEM JURÍDICO LIBERDADE SEXUAL Reflexões acerca da alteração ao nº2 do artigo 164º do Código Penal." Dissertação de Mestrado, Porto, 2016, p.21.

potencialmente, sujeito a riscos, traumas e choques psicológicos impostos por terceiros"[18].

Os abusos sexuais praticados contra crianças podem dar origem a "infinitas perturbações a curto, médio e longo prazo. Como por exemplo, perturbações de Stress Pós-Traumático (PTSD), depressão, medo, vergonha"[19].

Tratasse de "uma tutela do livre desenvolvimento da personalidade da criança e da/do adolescente, em particular na esfera sexual, "mas também a qualidade emocional da sua vida, uma vez que os danos psíquicos causados se projectam no futuro, afectando também a vida adulta"[20].

A protecção ao bem jurídico em causa é também reafirmada por Conceição da Cunha que realça "a especial protecção penal das crianças e das/dos adolescentes justifica-se plenamente dada a sua particular vulnerabilidade"[21]. O bem jurídico em estudo encontra consagração constitucional no art.º 80.º n.º1da CRA[22].

Assim, por imperativo constitucional, o Estado tem a obrigação assegurar e salvaguardar os direitos inerentes às crianças, com particular realce o direito à dignidade da pessoa humana, ao desenvolvimento da personalidade, à segurança, à saúde, e à integridade física, moral, intelectual e psíquica.

Como escreve Roxin citado por Érica Machado, "a Dignidade da Pessoa Humana surge como vector de orientação legislativa, sendo a pessoa humana o elemento primordial de toda e qualquer política criminal. Levando a que, o foco de atenção do Direito Penal, passa a ser os bens jurídicos como elemento de tutela e função maior do ordenamento jurídico--penal, a ponto de que "a proibição de um comportamento sob ameaça punitiva que não pode apoiar-se num bem jurídico seria terror estatal [...] A intervenção na liberdade de actuação não teria algo que a legitime, algo desde o qual pudesse surgir seu sentido"[23].

---

[18] FONSECA, Filipa Ribeiro. "Actos Sexuais: Distinções Penalmente Relevantes." Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2018, p.21

[19] Ibidem

[20] SOTTOMAYOR, Ob, Cit. p.161

[21] CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da. Breve Reflexão acerca do tratamento jurídico-penal do incesto, in Revista Portuguesa de Ciência Criminal, ano 12, n. º3,. 2002.p.354

[22] Art.80.º n.º 1 "A criança tem o direito à atenção especial da família, da sociedade e do Estado, os quais em estreita colaboração, devem assegurar a sua ampla protecção contra todas as formas de abandono, descriminação, opressão, exploração e exercício abusivo de autoridade, na família e nas demais instituições".

[23] Ibidem

Assim, por imperativo constitucional, o Estado tem a obrigação assegurar e salvaguardar os direitos inerentes às crianças, com particular realce o direito à dignidade da pessoa humana, ao desenvolvimento da personalidade, à segurança, à saúde, e à integridade física, moral, intelectual e psíquica.

## 6. A Protecção do Bem Jurídico à Luz dos Instrumentos Jurídicos Internacionais

Apesar da evolução que o C.P apresenta em matérias de crimes sexuais, sabe-se que existem também instrumentos internacionais que protegem a liberdade e autodeterminação sexual das crianças, trata-se da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, adoptada pela décima oitava conferência dos chefes de Estados e de Governos dos Estados, africanos membros da Organização de Unidade Africana a 26 de Junho de 1981 em Nairobi, no Quénia, a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança, Declaração Universal dos Direitos das Crianças de 20 de Novembro de 1959 entre outros que são de âmbito regional como a Convenção de Istambul aprovada em 11 de Maio de 2011.

A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos consagra em seu preâmbulo, a protecção a liberdade, a igualdade, a justiça e a dignidade, de igual modo, a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança, no art.16.º reprime qualquer forma de violência contra a criança, englobando no entanto o abuso sexual[24].

Declaração Universal dos Direitos das Crianças Declaração dos Direitos da Criança foi proclamada pela Resolução da Assembleia Geral 1386 (XIV), de 20 de Novembro de 1959. Tem como base e fundamento os direitos a liberdade, brincar e convívio social das crianças que devem ser respeitadas e preconizadas em dez princípio, dos quais dispõe sobre a matérias ligadas a exploração de qualquer forma incluindo a sexual o segundo e o nomo princípio, estabelecendo no 2º Princípio que "A criança gozará de protecção especial e disporá de oportunidade e serviços, a serem estabelecidos em lei por outros meios, de modo que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade. Ao promulgar leis com este fim, a consideração fundamental a que se

[24] Art.16.º n.º1 da Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar das Crianças" Os Estados Membros à presente Carta tomarão medidas específicas legislativas, administrativas, sociais e educacionais para proteger a criança contra todas as formas de tortura, tratamento desumano e degradante e particularmente danos e abusos físicos e mentais, negligência ou maus tratos inclusive abuso sexual, enquanto responsável pelos cuidados da criança".

atenderá será o interesse superior da criança, o 9.º princípio "A criança gozará protecção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objecto de tráfico, sob qualquer forma."[25].

Estes instrumentos jurídicos oferecem um conjunto de normas jurídicas (que vinculam os Estados membros) para a prevenção, protecção e combate contra abusos sexuais de menores, protegendo desse modo a liberdade e autodeterminação sexual destas.

A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança, apesar de não disporem pormenores sobre a criminalização do abuso sexual de menores ou tipo de penas aplicáveis, no preâmbulo da Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos, dá-se autonomia aos Estados de criarem as suas políticas criminais e determinarem as penas a serem aplicadas, não permitindo desse modo que os actos de abuso sexual contra menores fiquem sem punição.

O legislador angolano considera que qualquer prática sexual envolva menor de 14 anos prejudica gravemente o livre desenvolvimento da sua personalidade, como escreve Maria do Carmo Dias. "abaixo dessa idade o menor não tem capacidade nem determinação para, de forma livre, consciente e esclarecida se decidir em termos de relacionamento sexual e, portanto, o consentimento do menor não tem qualquer relevância"[26].

O abuso sexual pode ainda ser definido como " todo o contacto, interacção ou relação sexual, cujo agressor estando, ou não, num estádio de desenvolvimento psicossexual mais adiantado que a criança/jovem, tem a intenção de a/o estimular sexualmente ou de a/o utilizar para obter satisfação sexual. Estas práticas sexuais abusivas são impostas à criança ou ao jovem pela violência física, por ameaças ou por indução da sua vontade"[27].

No conceito de abuso sexual acima mencionado, evidencia-se a ideia de que "existem diferentes tipos de actos sexuais abusivos, desde actos onde não existe contacto sexual (voyeurismo, exibicionismo), até aos actos com contacto sexual (masturbação, sexo

[25] 2º e 9º princípios da Declaração Universal dos Direitos das Crianças de 20 de Novembro de 1959, disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_criançca.

[26] DIAS, Maria do Carmo. in "Notas substantivas sobre crimes sexuais com vítimas menores de idade". Revista CEJ, nº 15, 1º Semestre 2011, p.211 e 212.

[27] DESLANDES, S. F. citado por CLÁUDIA SOFIA FORTUNATO SARAIVA. "Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. Cadernos de Saúde Pública,." 1994,pp 177-187.

oral), com ou sem penetração. As situações de exploração sexual que visam o lucro, como a prostituição e/ou a pornografia, também são consideradas abuso sexual"[28].

O conceito de abuso sexual que mais se aproxima do texto contido no art.179.º do Código Penal angolano é o conceito de Ruth Kempe citada por Cláudia Saraiva, que define o abuso sexual como "o envolvimento de crianças e adolescentes dependentes, com um adulto em actividades sexuais que têm como objectivo a gratificação ou estimulação sexual do adulto"[29].

Este é de certo o conceito que mais se enquadra com o nosso Código Penal, uma vez que, para nós o sujeito que pratica o acto sexual abusivo é sempre um adulto e a vítima crianças com idades compreendidas entre os zero aos dezoito anos, sendo que para o nosso caso não se chama a colação a figura do consentimento do menor para a prática de actos sexuais.

O Abuso sexual de menores, apresenta quatro vertentes de acção que estão distribuidas nos diferentes números do art. 179.º do C.P.

O n.º1 do art.179.º do C.P consagra a modalidade de acção que consiste na prática de acto sexual com menor de catorze anos ou adulto que levar menor a praticar o mesmo acto com terceiro; o n.º 2 consagra a modalidade de abuso sexual envolvendo a penetração, que se configura como situação agravante do tipo de crime; o n.º 3 prevê, a procriação artificial em mulher menor de catorze anos e o n.º 4 os actos de exibicionismo perante menor de catorze anos.

As modalidades de abuso sexual de menores consagradas no C.P, sujeitam-se as agravações previstas no art.185.º , sendo que a pena poderá agravar-se, quando envolver penetração sexual, a pena vai de três a doze anos, ou quando existir acto de procriação artificial em mulher menor de catorze anos, o autor é punido com pena de prisão de dois a oito anos, ou ainda quando forem praticados actos de exibicionismo perante menor de catorze anos, é punido com pena de prisão de seis meses a três anos ou a de multa de sessenta a trezentos e sessenta dias.

Em relação às formas de agravamento, do tipo de crime em estudo, a expressão "se a vítima for ascendente ou descendente […] ou se encontrar numa relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho do agente e o crime for praticado com aproveitamento dessa relação, As penas previstas nos artigos 179.º são agravadas de um

[28] Ibidem
[29] Ibidem

quarto nos seus limites mínimo e máximo, sempre que o agente seja portador de doença sexualmente transmissível susceptível de criar perigo para a vida da vítima[30].

Verifica-se que nas disposições referentes à queixa, o C.P, não menciona as situações previstas no art.179.º, o que leva-nos a depreender que prevalece a disposição prevista na alínea b) do n.º2 art. 186.º e o n.º 3 do mesmo artigo.[31]

Assim, sendo o abuso sexual um crime praticado contra menor de dezasseis anos, o Ministério Público (MP), poderá exercer a acção penal independentemente de queixa, uma vez que ao bem jurídico a ser protegido se impõe o exercício da respectiva acção penal.

Diante do que foi exposto, claramente, percebe-se, que existe um limite relativo às idades das vítimas nos crimes contra o abuso sexual de crianças (crimes contra a autodeterminação), depreende-se daqui, que uma das finalidades do Direito Penal e das normas contidas no Código Penal, é a protecção do bem ou dos bens jurídicos e consequentemente a protecção da sociedade e para que tal protecção se efective, o Código Penal tipifica como crimes uma serie de condutas que perigam ou lesam a integridade física, moral ou intelectual, a dignidade da pessoa humana ou interesses patrimoniais de outrem.

## 7. Considerações finais

Os crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual foram alvo de inúmeras alterações a nível doutrinal e legal, elevando cada vez mais a importância da sua protecção na sociedade, e despertando cada vez mais a necessidade de uma regulamentação mais eficiente. Estes crimes passaram de crimes contra a honra no C.P de 1886, para verdadeiros crimes contra as pessoas, mais especificamente tratados como crimes sexuais no C.P recentemente aprovado.

Entendemos que, a protecção dada pelo C.P de 1886 era quase nula, o que em parte ficou ultrapassada com o novo C.P, que apesar de conter normas inovadoras relativas aos crimes sexuais e a tutela da liberdade e autodeterminação sexual, a protecção ainda é deficiente, uma vez que muitos aspectos relativos aos actos que se configuram como

[30] Art. 185.º do novo C.P

[31] Art.186.º n.º2 alínea b) "o crime for praticado contra menor de 16 anos e o agente tiver legitimidade para exercer o direito de queixa ou tiver a vítima a seu cargo", n.º3 "Quando o crime for praticado contra menor de 16 anos, o Ministério Público pode exercer a acção penal independentemente de queixa, sempre que, no interesse da vítima, se impuser esse exercício".

abusos sexuais que, apesar da sua relevância ainda ficaram de parte no novo desenho do tipo de crimes sexuais, com realce ao coito anal, o coito oral e a introdução de objectos na vagina e no ânus.

Focamos a nossa análise no art.179.º do C.P, por ser esta, a norma legal que define e pune o abuso sexual, onde procuramos ter em atenção o critério idade para que o acto seja considerado como abuso sexual, uma vez que o C.P delimitou o âmbito das práticas de abuso sexual através do requisito idade tanto para a vítima (menores de catorze anos), como para o criminoso (maior de dezoito anos), esquecendo-se que existem casos em que o abuso sexual é praticado por indivíduo que apesar de menor, tem uma desproporcionalidade grande com a vítima, e que em muitos casos já tem maior idade penal.

Assim por força da evolução legal do crime de violação sexual previsto no art.394.º do C.P de 1886, hoje designado pelo novo C.P, como abuso sexual de menor de catorze anos, procuramos compreender qual é o bem jurídico tutelado e protegido pelo C.P de 1886, e se tal protecção tem sido ou não eficaz face aos danos causados à vítima, sendo que o C.P de 1886 tutelava os crimes sexuais como crimes contra a honra e não especificava as modalidades de abuso sexual existentes hoje, o que de alguma maneira condicionava uma protecção mais efectiva do bem jurídico em causa. O C.P. recentemente aprovado acabou por suprir algumas lacunas do actual código, levando a que se aumentasse a protecção aos crimes sexuais contra menores.

Identificar se o bem jurídico tutelado nos crimes de abuso sexual contra menores a luz do nosso C.P, é a liberdade ou a autodeterminação sexual foi importante e, depois de uma análise da doutrina e das normas constantes na secção II e III do capítulo IV, concluímos que o bem jurídico tutelado pelo C.P nos crimes de abuso sexual de menores previsto no art.179.º do C.P, é a liberdade, a autodeterminação sexual, além dos direitos da criança de crescer e desenvolver a sua personalidade de forma livre, sem qualquer interferência capaz de lesar a sua dignidade, integridade física, moral e intelectual. Uma vez que os abusos sexuais praticados contra menores originam perturbações a curto, médio e longo prazo.

È importante realçar que a doutrina não é unânime quanto ao bem jurídico tutelado nos crimes de abuso sexual, sendo que a autores que defendem que o bem jurídico em causa é a autodeterminação sexual e outros que defendem que está em causa tanto a liberdade sexual, que é um bem inerente a todos nós sem restrição de idades, quanto a autodeterminação sexual que é um bem jurídico tutelado especificamente para menores.

Em suma, ao longo do trabalho concluímos que, nos crimes de abuso sexual tutela-se muito mais que a liberdade e autodeterminação sexual, uma vez que se dá especial atenção ao desenvolvimento físico e da personalidade do menor, o direito a infância e a desenvolver-se sem qualquer interrupção.

Relativamente a dignidade penal e a necessidade da pena, entendemos que, a criminalização de condutas que lesem direitos de outrem é necessária, uma vez que está funciona como mecanismo para inibir os indivíduos da prática de actos de abuso sexual.

O Código Penal prevê o tipo legal de crime de abuso sexual de menor no art.179.º,n.º1, e pune os actos sexuais praticados contra menores, independente de haver ou não penetração sexual ou outras formas de agravação da pena.

O abuso sexual contra menores deve ser penalmente sancionado, porque constitui um comportamento que viola a dignidade da criança, a liberdade e a autodeterminação sexual, a integridade física, moral e intelectual, o livre desenvolvimento físico e da sua personalidade, causando danos graves à saúde da criança, feri os bons costumes e pode condicionar o futuro da mesma.

O abuso sexual de menores não viola só a liberdade e autodeterminação sexual, nem o direito a desenvolver-se sem qualquer interferência como mencionamos acima, viola também direitos fundamentais e assume dignidade penal, pois não estão em causa bens jurídicos colectivos como a moral social ou os bons costumes, mas bens jurídicos que fazem parte do quadro axiológico plasmado no catálogo dos Direitos, Liberdades e Garantias da Constituição, em relação aos quais se impõe a protecção através do direito penal, pelo seu valor simbólico para a comunidade e por razões de prevenção geral. Não é válido, portanto, o argumento da natureza subsidiária ou de último ratio do direito penal, com frequência invocado contra a criminalização de condutas abusivas.

As crianças devem ser protegidas de qualquer forma de violência independentemente da situação e de quem pratica tal violência, quer se trate de abuso praticado por familiares quer por desconhecidos. Assim, é tarefa do Estado assegurar os direitos dos menores, particularmente, o direito à dignidade humana, ao desenvolvimento da personalidade, á segurança, `à saúde e a integridade física, moral e psíquica do menor. A liberdade e autodeterminação sexual enquanto bens jurídicos previstos no capítulo IV referente aos crimes sexuais, secção II e III no novo C.P.

Neste diapasão reconhecemos a importância e relevância da tutela e protecção do bem jurídico, tendo em atenção a posição de vulnerabilidade dos menores, devendo estes,

serem protegidos de todos os perigos relacionados com o desenvolvimento prematuro de actividades sexuais.

Todos os acontecimentos positivos ou negativos interferem na infância e adolescência dos menores e afectam o seu desenvolvimento integral. A defesa da liberdade na esfera sexual deverá continuar a ser merecedora de dignidade penal, em sintonia com o seu valor constitucional.

# DIREITO

## A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO NA CONSTITUIÇÃO ANGOLANA

ISAAC LOPES CALALA WALIMA[1]

**Resumo**

A presente comunicação faz alusão a um dos princípios estruturantes do Estado contemporâneo que é no caso o princípio do Estado democrático. Hodiernamente já não se admitem órgãos do poder político sem que haja legitimidade do povo, a conquista do poder já não pode ser justificada pela ordem divina ou hereditária, mas sim pela ordem democrática. Como método usa a revisão bibliográfica e a interpretação, o trabalho procura demonstrar que o sufrágio não é a única manifestação da democracia ainda que tenha um lugar de destaque na realização do referido princípio o objectivo é reflectir sobre a perspectiva da representação formal e da representação material do princípio democrático na Constituição da República de Angola, nesta perspectiva são aferidos os seguintes aspectos: O referendo, a iniciativa popular as iniciativas dos cidadãos e as acções directas por outro lado analisa dentro da Constituição a relação entre o princípio democrático e Direito de sufrágio, o princípio democrático e sistema eleitoral e o princípio democrático e sistema partidário.

**Palavras-chave:** Princípio, Democrático, Formal, Material.

**Abstract**

The present communication alludes to one of the structuring principles of the contemporary state which is in this case the principle of the democratic state. Today, organs of political power are no longer admitted without the legitimacy of the people, the conquest of power can no longer be justified by the divine or hereditary order, but

[1] Licenciado em Direito pelo Instituto Superior Politécnico Sol Nascente; assistente estagiário no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente; Estudante do curso de Pós- Graduação de Direito e Filosofia Política no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente.

by the democratic order. As a method uses bibliographic review and interpretation, the paper seeks to demonstrate that suffrage is not the only manifestation of democracy even though it has a prominent place in the realization of this principle. The aim is to reflect on the perspective of formal representation and material representation of the democratic principle in the Constitution of the Republic of Angola, in this perspective the following aspects are gauged: The referendum, the popular initiative the initiatives of the citizens and the direct actions on the other hand analyses within the Constitution the relation between the democratic principle and Right of suffrage, the democratic principle and electoral system; and the democratic principle and party system.
**Keywords**: Principle, Democratic, Formal, Material.

**Introdução**

Em 1991 era inaugurado o princípio democrático na nossa Lei Constitucional, até aquela data já haviam sido feita várias alterações ao nosso texto constitucional refere-se as revisões levadas a cabo na Lei Constitucional de 1975 as referidas alterações aconteceram de forma sucessiva em 1976, 1977, em que se reforçou o papel do MPLA e o poder do Presidente da República, para em 1978 se consagrar as transformações de cunho social e político, decididas pelo I Congresso do MPLA- Partido do Trabalho. Seguiram-se outras revisões em 1979, 1980, 1986 e ainda seguiu-se a revisão de 1987 (Correia e Sousa 1996, p.101) todas estas revisões o que têm de comum é o facto de terem sido direccionadas para aspectos meramente sócio - políticos.

Em Março de 1991 foi sem dúvida o primeiro marco do princípio democrático, porque naquela ocasião foram introduzidas alterações profundas no texto constitucional que se reflectiram no sistema político e económico, época que coincide com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas vulgo URSS.

Não obstante o facto de ter ser sido uma revisão com cariz parcial as normas sobre o pluripartidarismo e a passagem de uma economia centralizada para a economia de mercado marcaram o começo de uma nova era em Angola do ponto de vista de Adérito Correia e Bornito de Sousa (1996, p.31) tratou-se de uma nova Constituição, já que, entre a Lei Constitucional de 1975 com as suas pontuais revisões sucessivas já acima mencionadas e a Lei Constitucional de 1991 havia uma descontinuidade.

Em 1992 com a realização das primeiras eleições gerais deu-se o primeiro passo quanto a concretização do princípio democrático, porque pela primeira vez o País passou a ter um parlamento composto por diversas forças políticas, este passo marcou o fim da

Assembleia do Povo que vigorou desde 1980 e que havia sido eleita de forma restrita e indirecta.

Paradoxalmente se 1992 representa o ano da concretização democrática por um lado, por outro representa também o ano do recuo democrático, porque com a divulgação dos resultados eleitorais (eleições legislativas) o parlamento foi composto por 12 partidos políticos nomeadamente o MPLA com 129 assentos, UNITA, com 70 assentos, o PRS, com 6 assentos, a FNLA, com 5 assentos, o PDL, com 3 assentos, o PSD, com 1 assento, o PAJOCA com 1 assentos a FDA, com 1 assento, o PDP-ANA, com 1 assento e o PDNA, com 1 assento (Raúl Araújo, 2018, p. 205).

Se por um lado enaltecemos o facto de ter sido o ano do arranque efectivo do princípio democrático quanto ao quesito concretização também é sem dúvidas o ano do retrocesso, porque nas eleições presidenciais o candidato do MPLA, José Eduardo dos Santos não conseguiu obter os (50%+1) que lhe permitiria ser eleito presidente da República, já na primeira volta ou seja feito o escrutínio dos resultados presidenciais os candidatos mais votados foram, o candidato do MPLA José Eduardo dos Santos 1,953,335 de votos correspondendo 49,57% e Jonas Malheiro Savimbi ficou em segundo lugar com 1,579,298 de votos, que corresponde 40.07% tal como já dissemos acima esta diferença não permitia a eleição do Presidente da República já na primeira volta porque nenhum dos dois candidatos mais votados obteve a maioria absoluta[2], este facto implicava a realização de uma segunda volta das eleições presidenciais das quais podiam participar apenas os dois candidatos mais votados, contudo surgiu um impasse a UNITA considerou os resultados eleitorais fraudulentos e não houve a segunda volta e o País voltou a mergulhar numa nova guerra civil que conheceu o seu fim em 2002 na sequência da morte do líder fundador da UNITA Jonas Malheiro Savimbi. (Andrade, Boio e Katúmua, 2014,p. 14).

A razão de se considerar o ano de 1992 como paradoxal é o facto de o País ter voltado a mergulhar num novo conflito armada depois da realização das primeiras eleições gerais, quando tudo indicava que havia chegado uma nova era tudo voltou a estaca zero porque vejamos, a UNITA voltou a pegar em armas e como era de se esperar o Governo teve que replicar por conta disso o País ficou com instituições provisorias e uma

[2] Lei Constitucional, de 1992 art.º 57 n.º 2. Que diz: O Presidente da República é eleito por maioria absoluta dos votos validamente expressos. Se nenhum candidato a obtiver procede-se a uma segunda votação à qual só podem concorrer os dois candidatos que tenham obtido o maior número de votos na primeira e não tenham desistido.

Constituição provisoria até 2008 - 2010 altura da realização das segundas eleições legislativas e foi esta Assembleia eleita que elaborou a Constituição da República de Angola de 2010 (CRA).

Aqui chegados é mister olharmos para as dimensões do princípio democrático. Do ponto de vista de Gomes Canotilho o princípio democrático, transporta sempre várias dimensões historicamente sedimentadas.

> ¨(1) dimensão do domínio político o domínio de homens sobre homens- que não é um pressuposto aceite, carece de uma justificação quanto a sua origem, isto é precisa de legitimação; (2) dimensão da legitimação do domínio político só pode derivar do próprio povo e não de qualquer outra instância «fora» do povo real (ordem divina, ordem natural, ordem hereditária […]) (3) dimensão o **povo** é, ele mesmo, o titular da soberania ou do poder o que significa: (i) de forma negativa o poder do povo distingue-se de outras formas de domínio «não populares» (monarca, classe e casta) (ii) de forma positiva, a necessidade de uma legitimação democrática efectiva para o exercício do poder (o poder e exercício do poder derivam concretamente do povo) pois o povo é o titular e o ponto de referência dessa mesma legitimação – ela vem do povo e a este se deve reconduzir […] ” (Canotilho, 2003, p.292).

**Representação democrática formal**

Gomes Canotilho designa de representação democrática formal, a representação que se mostra ao serviço do povo, desta forma a referida representação se mostra como a realização prática da soberania popular num Estado jurídico – constitucionalmente ordenado. O autor adiante diz que esta autorização e legitimação jurídico formal concedida a um órgão governante surge como uma delegação da vontade do povo para o governante exercer o poder político. (Canotilho, 2003, p.293).

Para Canotilho o princípio da representação é componente do princípio democrático e está assente nas seguintes premissas:

> ¨(1) Exercício jurídico, constitucionalmente autorizado, de «funções de domínio», feito em nome do povo, por órgãos de soberania do Estado; (2) derivação directa ou indirecta da legitimação de domínio do princípio da soberania popular; (3) exercício do poder com vista a prosseguir os fins ou interesses do povo. Nisto se resumia a tradicional ideia de Lincoln: «governo do povo, pelo povo para o povo» ” (idem, 2003, p. 293).

A Constituição angolana indica-nos as formas de realização da vontade do povo e a mais evidente é sem dúvidas a representação parlamentar. Com esta representação estamos diante da representação democrática que não é mais se não, por um lado a autorização conferida pelo povo a um órgão soberano, institucionalmente legitimado pela CRA, para agir autonomamente em nome do povo e para o povo.

**Representação democrática material**

Para este tópico é importante dizer que a representação democrática já não pode ser vista simplesmente como a delegação da vontade do povo. A força do órgão representativo no caso a Assembleia Nacional do ponto de vista de Canotilho a sua legitimidade e a legitimação assenta também no conteúdo dos seus actos, pois só quando os cidadãos, para além das suas diferenças e concepções políticas se podem reencontrar nos actos dos representantes em virtude do conteúdo justo destes actos, é possível afirmar a existência e a realização de uma representação democrática material (Cfr. Canotilho, 2003,p.294).

Assim sendo, a actuação dos deputados deve demonstrar que estes estão comprometidos com os interesses dos cidadãos angolanos e para que isto seja visível e perceptível é importante que exista uma interacção com os cidadãos para ouvir os seus anseios e necessidades, porque só assim é que os deputados podem falar em nome do povo com propriedade.

A CRA consagra diversos direitos, liberdades e garantias de participação política, que se constituem em materializadores constitucional do princípio democrático, tem maior relevância o Direito de sufrágio artigo 54.º da CRA e de acesso a cargos públicos artigo 53.º para os autores Jónatas Machado, Paulo da Costa e Esteves Hilário trata-se aqui, não de manifestações jurídico-subjectivas de um princípio estruturante fundamental, mas da afirmação do direito à democracia como um direito fundamental. (Machado, Costa e Hilário, 2013, p. 101).

O Direito de sufrágio pode ser entendido como a maior expressão da democracia parlamentar e uma face expressiva dos direitos fundamentais mesmo assim não pode ser visto como o esgotamento da democracia política, porque se assim for estaremos a concordar com a tendência redutora que considera democráticos, aqueles países que de forma periódica organizam eleições e não pode ser esta a perspectiva, porque se assim for corre-se o risco de se pensar que durante o tempo que antecede a realização de eleições vive-se uma ditadura silenciosa, que só termina na altura do pleito eleitoral.

Hodiernamente defende-se a perspectiva segundo a qual o direito de sufrágio, para que reclame o estatuto de instrumento essencial da democracia política deve subordinar-se a um conjunto de princípios materiais. É este também o ponto de vista de Machado, Costa e Hilário do qual também subscrevemos e nesta perspectivava o artigo 3.º da CRA elucida-nos ao dizer que a soberania una e indivisível, pertence ao povo que a exerce através do sufrágio universal, livre, igual, directo, secreto e periódico. (art.3.º, n.º1 da CRA).

Desta forma para melhor compreensão é imperioso que se faça a descrição de cada um destes princípios materializadores.

• **Princípio da universalidade do voto:** a universidade do voto significa que todos os cidadãos, maiores de 18 anos residentes no território nacional, a CRA admite na segunda parte do n.º 1 do artigo 143.º a participação de cidadãos angolanos residentes no estrangeiro por razões de serviço, estudos, doença ou similares a condição para votar além da idade, é estar regularmente registado, como eleitor, desde que não abrangido por qualquer das incapacidades previstas na lei.[3]

• **Princípio da imediaticidade:** o voto directo ou imediato significa que tem de resultar da livre escolha do eleitor ou seja o eleitor não delega a sua vontade a alguém que exerça em seu nome Gomes Canotilho diz que a imediaticidade do sufrágio garante ao cidadão activo a primeira e a última palavra, pois os eleitores dão directamente o seu voto aos cidadãos incluídos na lista. (Canotilho, 2003, pp.302- 303).

• **Princípio da liberdade**: significa garantir ao eleitor o exercício do direito de voto sem qualquer coacção física ou psicológica de entidades públicas ou privadas. O outro entendimento, que se pode depreender deste princípio advém da ilegitimidade da imposição legal do voto obrigatório portanto o voto é um dever cívico e não é um dever jurídico, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 54.º da CRA o entendimento que daqui resulta é de que o voto não sendo dever jurídico se o cidadão resolver se abster, desta decisão não deverá surgir quaisquer consequências jurídicas.

[3] Com base o artigo 9.º da Lei Orgânica Sobre as Eleições Gerais – Lei n.º 36/11 de 21 de Dezembro que diz, não gozam capacidade eleitoral activa: a) os interditos por sentença transitada em julgado; b) os notoriamente reconhecidos como dementes ainda que não estejam interditos por sentença, quando internados em estabelecimento hospitalar ou como tais declarados por atestado médico; c) os definitivamente condenados em pena de prisão, enquanto não hajam cumprido a respectiva pena, excepto os libertados condicionalmente.

• **Princípio do voto secreto:** significa que o cidadão eleitor guarda para si a sua decisão de voto por um lado e por outro lado depois que o eleitor exerce o voto há uma impossibilidade de se determinar se aquele voto pertence aquém e um outro ângulo que não se pode descartar é o da segurança do próprio leitor em virtude deste princípio países com níveis de intolerância política altos como Angola não convém o cidadão divulgar para que partido expressou o seu direito de voto. A CRA indica-nos um conjunto de artigos que espelham o carácter secreto do voto são nomeadamente: (arts. 3.º, 106.º, 143.º, n.º1 e 220.º n.º2).

• **Princípio da igualdade de voto:** significa que todos os votos têm a mesma eficácia jurídica por outras palavras diríamos que têm o mesmo peso ou resultado aqui vigora o pressuposto de uma pessoa um voto, o nosso sistema eleitoral é o proporcional e o indicador do princípio da igualdade (art. 143.º, n.º 2 da CRA).

• **Princípio da Periodicidade**: significa que há necessidade de renovação de mandatos de forma periódica, aqui o objectivo é impedir a perpetuação das pessoas no poder.

Por outro lado o princípio da periodicidade justifica-se como a faculdade que a CRA confere aos cidadãos de poderem avaliar o mérito dos representantes, governantes e desta forma mudar de opinião ou não sobre o mérito dos mesmos aqui abrisse a possibilidade dos cidadãos analisarem as políticas públicas dos governantes cessantes e em função disso decidir pela manutenção ou substituição e um outro aspecto não menos importante é o facto de a periodização obrigar os titulares de cargos públicos a prestarem contas ao seu eleitorado quanto a consagração temos (arts. 3.º, n.º1, 106.º, 143.º, n.º1, e 220.º n.º 2. todos da CRA).

Dessecado que está o princípio do sufrágio vamos passar para outras formas de concretização do princípio democrático na CRA.

**O Referendo nacional na Constituição angolana**

Entende-se por referendo nacional o instrumento de natureza política e democrática, que incide sobre questões de relevante interesse nacional.

Quer dizer, que não é qualquer assunto de interesse nacional que deve ser passível ou objecto de um referendo. Só mesmo aquelas questões fracturantes e de difícil entendimento ou negociação no seio dos parlamentares deve ser referendado. Até porque é um processo que tal como o sufrágio envolve uma forte componente financeira em termos de despesas para o Estado.

A CRA estabelece as formas do exercício do referendo, quanto a iniciativa pode ser exercida pelo presidente da República, por um quinto dos deputados em efectividade de funções[4] e por grupos parlamentares (art. 168.º n.º1 da CRA).

Quanto a sua convocação é da competência do presidente da República nos termos do [art. 119.º, al. l) da CRA.]

Quanto ao seu objecto Machado, Costa e Hilário advogam que "deve considerar-se os critérios positivos e negativos de determinação do mesmo. Como **critério positivo** de determinação, deve referir-se a exigência constitucional de que se trate de matéria de relevante interesse nacional [art. 161.º al j) da CRA]. Quanto ao **critério negativo,** excluem-se do âmbito do referendo as alterações à Constituição (art. 168.º, n.º3, da CRA)". Daqui depreende-se o entendimento, de que o referendo não pode ser, para assuntos que não se mostrem de grande relevância nacional numa outra perspectiva diríamos que o mesmo não deve ser apenas de interesse local, porque a CRA não prevê refendos locais e por último entende-se que não haveria possibilidade de se referendar as normas de revisão constitucional, porque as normas de revisão constitucional obedecem a competência política e legislativa reservada da Assembleia Nacional art. 161.º alínea a).

O referendo é passível de fiscalização preventiva da constitucionalidade por parte do Tribunal Constitucional conforme reza o [art. 227.º alínea d) da CRA].

## A democracia local

Na sequência das formas da concretização democrática na CRA é chagado o momento de abordagem do poder local nos termos da CRA a organização democrática do Estado ao nível local estrutura-se com base no princípio da descentralização político-administrativa que compreende a existência de formas organizativas do poder local nos termos da Constituição. (art. 213.º, n.º 1 da CRA), o n.º2 do artigo em referência diz que as formas organizativas do poder local compreendem as autarquias locais e o poder tradicional e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos, nos termos da lei.

[4] Para melhor entendimento, é importante apresentar aqui o exercício da correspondência de um quinto dos deputados em efectividade de funções eis o exercício: 220×⅕= 220:5=44 portanto um quinto dos deputados em efectividade de funções correspondendo a 44 deputados.

A democracia local tem como pano de fundo o princípio da descentralização administrativa (arts.213.º, n.º 1 e 217.º,n.º2, da CRA), a CRA remete a definição das atribuições, da organização das Autarquias Locais bem como as competências dos respectivos órgãos a lei. Significa que só o pacote legislativo autárquico é que poderá clarificar os referidos aspectos.

Nos termos da CRA "as Autarquias Locais são pessoas colectivas territoriais correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional e que asseguram a prossecução de interesse específicos resultantes da vizinhança, mediante órgãos próprios representativos das respectivas populações" (art. 217.º n.º 1 da CRA).

É importante dizer, que as autarquias não se apresentam como a fórmula mágica para a realização dos anseios e aspirações dos cidadãos como as vezes se dá a entender, mas sim representam mais um passo na procura de soluções no âmbito da prossecução dos interesses das populações. Uma outra dimensão que deve ser enaltecida te a ver com a aproximação dos cidadãos e dos centros processos de decisão isto resulta num controlo mais rigoroso do exercício do poder pela opinião publica.

Importa salientar que as autarquias estão sujeitas à tutela administrativa do Executivo, a qual consiste na verificação do cumprimento da lei por parte dos órgãos e é exercida nos termos da lei (art.221.º,n.º 1 e 2, da CRA).

## O poder tradicional

A Constituição não ignora, a importância das instituições do poder tradicional reconhece o referido poder no quadro do exercício do poder democrática local.

Por razões históricas em Angola existe uma multiplicidade de autoridades tradicionais os autores Jónatas Machado, Paulo da Costa e Esteves Hilário citando Carlos Feijó apresentam o conceito de autoridades tradicionais que o ilustre Professor propõe.

> " Titular legítimo e em pleno exercício de funções, em conformidade com o Direito consuetudinário, do órgão unipessoal constituído por pessoas singular formalmente investida na direcção e chefia das instituições da administração de uma comunidade local e etnolinguística que se rege por usos, costumes e tradições constitucionalmente reconhecidos"
>
> (Machado, Costa e Hilário, p.125).

O reconhecimento, das autoridades tradicionais é uma das dimensões do art. 7.º que tem como epígrafe costume, porque as autoridades tradicionais constituem um dos pontos de convergência dos costumes angolanos a diferença está na denominação que se atribui dependendo da língua local.

Por força deste reconhecimento resulta para as entidades públicas a obrigatoriedade nas relações que forem mantendo com as entidades tradicionais respeitarem os valores e as normas costumeiras.

## A democracia participativa

Além das formas de concretização já abordadas, o princípio democrático encontra a sua realização na participação dos cidadãos na vida da comunidade. Ainda constitui, uma tarefa fundamental do Estado angolano garantir e incentivar e fomentar a participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil na incessante busca da resolução dos problemas nacionais [art.21.º, alínea l), da CRA].

A participação dos cidadãos é, ainda, visível no domínio do poder local (art.213.º, n.º2 da CRA).

No que diz respeito a participação na vida da comunidade nem mesmo a terceira idade fica excluída daí a CRA no art.82.º, n.º2 consagrar a participação activa dos idosos na vida da comunidade.

Em último a CRA consagra o direito de petição em sentido amplo aqui referimo-nos concretamente: a denúncia, a reclamação, e a queixa sem deixar de fora o direito de acção popular cada um destes meios representam a participação dos cidadãos na vida pública, e por arrasto servem como meios a disposição dos cidadãos para a tutela dos direitos fundamentais (arts. 73.º e 74.º da CRA)

## A democracia comunicativa

A doutrina ainda sublinha que o princípio democrático admite ainda um subprincípio de democracia comunicativa estruturado em torno das noções de opinião pública e comunicação política democrática (Machado, Costa, e Hilário, 2013, p. 128).

Aqui o que se pretende é sublinhar a existência no seio da comunidade política, de uma opinião pública autónoma que funcionam como garantia substantiva da democracia.

A democracia comunicativa encontra-se assente na protecção dos direitos fundamentais de participação democrática. A democracia comunicativa implica que seja dada uma atenção especial à liberdade de reunião e manifestação (art. 47.º da CRA), à liberdade

de associação (art.48.ºda CRA), à liberdade de participação na vida pública (art.52.º da CRA), ao direito de sufrágio (art.54.ºda CRA), ainda temos o direito de acesso aos cargos públicos (art.53.º da CRA) e sem deixar de fora o funcionamento dos paridos políticos (art. 17.º da CRA).

A CRA além dos aspectos acima referidos ela se declara como sendo a centralidade democrática dos direitos da comunicação (arts. 40.º e 44.º da CRA) nesta dimensão entendem Jónatas Machado, Paulo da Costa e Esteves Hilário que sejam, a liberdade de expressão, a liberdade de informação (de informar, de ser informado, de se informar) e a liberdade de imprensa (Machado, Costa e Hilário, 2003, p. 129).

O cidadão tem o Direito de ser informado, sobre os actos do Estado e a gestão dos assuntos públicos nos termos da Constituição e da lei. E por outro lado ainda é garantido aos particulares o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matéria relativa a segurança e defesa, ao segredo de Estado, à investigação criminal e à intimidade das pessoas. (arts. 52.º, n.º1 e 200.º n.º4 todos da CRA).

Como corolário estrutural, entendem Machado, Costa e Hilário, "a democracia comunicativa supõe ainda a estruturação policêntrica dos meios de comunicação social, apontando para a existência de um serviço público de rádio e de televisão (art.44.º, n-º2 da CRA) e de meios de comunicação social privados (art.44.º n.º 2, da CRA) ".

Em suma podemos afirmar que o policentrismo comunicativo é garantido através do pluralismo dos meios de comunicação social e da sua liberdade perante o Estado.

## Princípio democrático e Direito de sufrágio

A CRA prevê o princípio democrático no art. 2.º e no n.º1 do mesmo artigo o referido princípio surge como o fundamento da soberania por esta razão pode se afirmar que a soberania é o elo que vai existir entre o princípio democrático e o sufrágio e isto remete-nos (arts. 3.º, 4.º, e 54.º todos da CRA).

## Princípio democrático e sistemas eleitorais

Os sistemas eleitorais é o conjunto de regras mediante as quais levasse a cabo a conversão dos votos em mandatos.

Depois da expressão da vontade popular através do sufrágio o que se segue é sem dúvidas o problema da tradução dessa vontade no âmbito da representação parlamentar. É nesta perspectiva que surge a discussão em torno dos sistemas eleitorais

tradicionalmente encontramos dois o sistema o maioritário e o proporcional é por via de um dos dois que se faz a tradução do voto em Mandato.

Segundo Raul Araújo, o sistema maioritário é o mais simples e é também o mais antigo e pode ser de uma volta ou de duas voltas. De uma volta o candidato, que tiver mais votos, mesmo que seja a maioria simples, é o vencedor. (Araújo, 2018,pp.152-153).

Já no sistema eleitoral maioritário de duas voltas o que se constata é o seguinte: é realizado o pleito eleitoral e se um dos concorrentes ou candidatos obtiver a maioria absoluta dos votos validamente expressos isto é, (50% +1) desta forma descarta-se a realização de uma segunda volta.

Não havendo candidato vencedor na primeira volta com maioria absoluta dos votos realiza-se uma segunda volta em que concorrem apenas os dois candidatos mais votados.

Sistema eleitoral de representação proporcional este sistema também tem variantes, contudo as que mais sobressaem são: o sistema proporcional integral e o sistema proporcional de Hondt[5].

No caso de Angola em termos do círculo nacional usa-se o proporcional integral onde em primeira instância, é determinado o quociente eleitoral, que é no caso o resultado da divisão do número de devotos validamente expressos pelo número de lugares a eleger, o passo a seguir é a divisão do número de votos que cada um dos partidos conseguiu eleger no círculo nacional, podemos constatar o sistema proporcional (art.143.º, n.º 2 da CRA).

Quanto ao sistema proporcional integral a sua manifestação na CRA é no [art.144.º, n.º2, al. a)] e quanto as dezoito províncias para o preenchimento dos cinco lugares a que têm direito usa-se o sistema de Hondt, nesta vertente cada lista tem tantos eleitos quantas vezes o número de votos por ela obtidos contenha o divisor comum, portanto é este o sistema usado para o calculo dos resultados a nível do círculo provincial [art. 144.º, n.º 2, al. b)].

## Princípio democrático e o sistema partidário

[5] O método D'Hondt, também conhecido como método dos quocientes ou método da média mais alta D'Hondt, é um método para alocar a distribuição de deputados e outros representantes eleitos na composição de órgãos de natureza colegial. O método tem o nome do jurista belga que o inventou, Victor D'Hondt.

O pluralismo partidário é um elemento que constitui o princípio democrático e da ordem constitucional angolana (Cfr. arts. 2.º, 17.º, 55.º) ainda chama atenção pelo facto de se constituir num limite material de revisão [art. 236.º, al. f)]. Para Gomes Canotilho ‟nisto vai implícita também uma opção fundamental que teve presente os debates de mais de um século acerca dos sistemas eleitorais e dos sistemas partidários. (Canotilho, 2003, p.313).

Desde Março de 1991, data da primeira revisão constitucional profunda até Fevereiro de 2010 data em que entrou em vigor a Constituição os partidos políticos durante esse todo temo têm-se firmado como principais actores no processo de formação e representação da vontade política democrática (art. 17.º, n.º 1 da CRA), desde esta perspectiva autores como Jónatas Machado, Paulo da Costa e Esteves Hilário já falam de um Estado de Partidos.

Não é segredo que os sistemas maioritários e proporcionais têm sido alvo de calorosos debates daí existirem defensores acérrimos do sistema maioritário e por consequência disso defendem o afastamento do sistema proporcional e o contrário também tem sido verificado. Os defensores do sistema proporcional um dos fortes argumentos, que apresentam é, que o sistema proporcional é que mais se conforme com o princípio democrático.

Pelos vistos, terá sido, esta também a visão do legislador constituinte angolano daí a sua adopção no nosso texto constitucional em vigor na República de Angola.

**Considerações finais**

Depois duma longa e árdua caminhada em torno da concretização do princípio democrático na CRA é chegado o momento de apontar algumas considerações conclusivas:

Aqui começa-se com a afirmação de que apesar de ter um forte e decisivo papel interventivo, ainda assim, o sufrágio não pode ser visto como o ponto de partida e chegada em termos de concretização democrática, porque esta comunicação mostra, que várias podem ser as áreas a explorar em termos de afirmação e concretização democrática.

Ainda na senda do sufrágio é de louvar o facto de Angola, realizar eleições periódicas desde 2008, mas há aspectos a melhorar desde já a necessidade dos angolanos residentes no estrangeiro passarem a exercer o seu direito de voto esperar que isto, seja possível a partir das eleições gerais de 2022, desta forma materializa-se (o art.22.º, n.º 2 da CRA).

O Estado angolano deve procurar explorar o referendo para que este se firme também como um meio concretizador do princípio democrático na CRA, na nossa sociedade não têm faltado assuntos fracturantes passíveis de referendo o caso mais recente foi a discussão da penalização ou despenalização do aborto, ainda temos a questão do homossexualismo nalgum momento o poder legislativo terá que se pronunciar entendemos que é daqueles assuntos que certos sectores não querem ouvir falar, provavelmente um referendo resolveria a situação.

É importante dizer que estes aspectos todos frisados a sua realização depende de um sistema judicial preponderante, porque na prática a concretização democrática é parte da realização das garantias dos cidadãos e não pode haver instituições melhores que os tribunais para garantirem a realização das mesmas por essa razão aqui tem que se olhar para a tutela jurisdicional efectiva (art. 29.º da CRA) por outro lado tem que se olhar para o direito de acção popular no artigo (74.º da CRA). São exemplos demostrativos de que os aspectos abordados ao longo desta comunicação a sua realização dependerá de tribunais imparciais, justos e céleres.

Em último, é de enaltecer o facto de Angola estar na iminência de estender o sufrágio além das eleições legislativas, isto vai acontecer com a tão esperada e sonhada materialização do poder local na vertente da administração autónoma, contudo é importante dizer que as autarquias não devem gerar demasiadas espectativas, como se elas fossem o trampolim do desenvolvimento e o caminho para se por cobro a todos os males que grassam ainda a nossa sociedade, mas sim, como mais uma via em busca de soluções para os problemas que o actual modelo de administração se mostrou incapaz de resolver partindo do pressuposto de que as autarquias representam um governo de proximidade, que a mesma proximidade venha de facto gerar os frutos pretendidos.

**Referências bibliográficas:**

Andrade, M.,P., Boio, D.,**e** Katúmua M. (2014), Comportamento Eleitoral dos Jovens Angolanos nas eleições de 2012. Huambo, CISN.

Gomes Canotilho J.J e Vital Moreira Vital Constituição Portuguesa Anotada, Vol.II, 4.ª ed., Coimbra editora, Coimbra, 2010.

Araújo. R., (2018). Introdução ao Direito Constitucional Angolano, 2.ª edição Junho de 2018, Editor, Centro de Estudos de Direito Público da Universidade Agostinho Neto.

Correia, A., e Sousa, B. (1996), Angola História Constitucional, Coimbra: Livraria Almeidina.

Gomes Canotilho J.J, (2003), Direito Constitucional, 7.ª edição almeidina.

Constituição da Republica de Angola, 2010, Imprensa Nacional.

CNE. (2012) Compêndio de Legislação Eleitoral, Luanda Imprensa Nacional.

Constituição da República Portuguesa Revista e Actualizada pela Lei. n.º1/ 2005, de 12/08.

Machado., J, Paulo., N e Esteves, H (2013), Direito Constitucional Angolano, 2ª Edição Janeiro de 2013, Coimbra Editora.

Miranda., J.- Estudos de direito eleitoral, Lisboa 1995.

Silva., L.V.A.- Sistema Eleitorais. Tipos, efeitos jurídicos- político e aplicação ao caso brasileiro, São Paulo, 1999.

Feijó., C. – "Constituição de Angola nova ou velha?" in Constituição da República de Angola: enquadramentos dogmático – a nossa visão Vol. III, Almeidina Coimbra, 2015.

Sousa., R.,- Os Partidos Políticos no direito constitucional português, Braga, 1983.

# EDUCAÇÃO

## PROCEDIMENTOS PRÁTICOS PARA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA DAS APRENDIZAGENS

ADELINO ANTÓNIO ULAMBA PELEMBI[1]

**Resumo**

Avaliar é precisamente encontrar-se com os principais agentes do processo docente educativo, e sobretudo ter em conta os domínios que o mesmo processo encarna. Deste modo, existe uma ampla necessidade de olhar para a compreensão do processo de ensino e aprendizagem, suas especificidades e complexidades, com vista à promoção e o desenvolvimento intelectual dos estudantes. A presente comunicação é fruto de uma reflexão metodológica focalizando a sua abordagem sobre os procedimentos práticos para a realização da avaliação formativa das aprendizagens no contexto ecológico da sala de aula.

**Palavras-chave:** Avaliação, aprendizagem, construção, ensino.

**Momento Introdutório**

Reiteramos votos de boas vindas a este encontro metodológico, em que somos convidados a fazer uma reflexão profunda sobres os procedimentos práticos para a realização da avaliação formativa da aprendizagem no contexto ecológico da sala de aula. Deste modo, podemos entender a avaliação da aprendizagem por si mesma como dinâmica, inclusiva e construtiva. O termo AVALIAÇÃO significa na perspectiva de Luckesi " atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa". Entendemos que o processo de avaliar o estudante não se limite somente a esta atribuição valorativa em si mesma, mas como um conjunto de acções metodológicas, técnicas e humanas, com vista ao

[1] Mestre em Psicopedagogia Clinica pelo Instituto de Altos Estudos Universitários Barcelona Espanha. Professor do Instituto Superior Sol Nascente do Huambo. Adelino.pelembi@ispsn.org

desenvolvimento de determinadas habilidades cognitivas e o consequente desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Avaliar um estudante, implica antes de mais nada acolhe-lo no seu modo de ser e posteriormente tomar uma decisão isto é, em função do que for diagnosticado, tudo isso imbuído num espírito altruísta que deve estar presente no sujeito avaliador

Numa perspectiva de desenvolvimento do estudante, a avaliação deve ser considerada como algo que ultrapassa o acto de classificar. Tem de ser um processo dinâmico, contínuo e sistemático, (Freitas, 2006).

A avaliação contínua é por sua vez um instrumento de cunho importante que deve estar à disposição do professor. Pois, ela é tida como um elemento integrante e regulador das práticas pedagógicas, assumindo também uma função de certificação das aprendizagens realizadas assim como das competências desenvolvidas.

A avaliação de processos articulados e indissociáveis implica em primeira instância fazer um diagnóstico da situação real da turma para se poder aferir a situação real da mesma e a partir daí se poder tomar uma decisão, tendo em conta determinados procedimentos que permitam levar os estudantes a um desenvolvimento cognitivo harmonioso, não colocando em separado as dimensões técnicas e humanas assim como a verdadeira utilização dos instrumentos teóricos metodológicos.

## Referencial Teórico

A visão construtivista enraizada na avaliação de processos articulados da aprendizagem.

O processo da avaliação deve comportar as suas diversas modalidades, isto é, desde a modalidade de diagnóstico “antes”, a modalidade formativa “Durante” e finalmente a modalidade somativa “Depois”. Neste âmbito, depois do diagnóstico e com a utilização de procedimentos úteis e credíveis, podemos olhar para o processo de construção de conhecimentos, hábitos e habilidades que possam estar na base da emissão de um juízo de valor posterior.

Na visão de Piaget, o conhecimento se constrói na interacção do sujeito com o meio em que ele estiver inserido. Na mesma linha de pensamento, a ecologia da educação consiste no estudo das relações entre as características dos estudantes, o seu ambiente natural e das relações entre os vários tipos de ambientes. Neste sentido são importantes não só os processos de mudanças individuais mas também as relações interpessoais que os possibilitam e as condições sociais em que ocorrem, reconhecendo que a interacção social é um lugar privilegiado do desenvolvimento cognitivo, permitindo a pessoa a elaboração de novos instrumentos cognitivos que por sua vez lhe permitem participar

em interacções mais elaboradas que favorecem novas restruturações cognitivas, Bronfrenbrenner, (1976) apud veiga, (2013 p. 275).

O processo de avaliar, deve constituir um momento reflexivo, pois, como observa Buriasco (2000), o papel mais importante da avaliação contínua da aprendizagem é o de auxiliar a construção da aprendizagem do estudante. Avaliar a aprendizagem deve servir como uma forma de guiar o processo de ensino não descartando o papel fundamental da figura do docente que actuará como um facilitador do mesmo processo.

Durante o processo de construção de conhecimento, o professor " facilitador" deverá desempenhar o papel de um andaime cognitivo como refere o processo *SCAFFOLDING* que consiste no suporte que é dado ao estudante de forma a possibilitar-lhe a realização de uma tarefa que não é capaz de realizar sozinha. Este suporte é gradualmente retirado, quando a pessoa começa a compreender a tarefa. Os processos de scaffolding em educação têm a função de dar apoio ao estudante até que ele seja capaz de realizar a tarefa de forma independente; este apoio pode ser dado pelo docente ou por um estudante que já domina essa tarefa, (Santrock, 2008; Slavin, 2006; Woolfolk, 2007) *Ibidem.*

Deste modo, a actividade do professor em sala de aula será coroada de êxitos quando levar em conta toda uma gama de procedimentos com a finalidade de produzir mudanças comportamentais benéficas a aprendizagem. Pois, de nada valerá o professor que somente olhará para o aspecto somativo da avaliação e não observar todo este processo articulado que premeia o desenvolvimento de habilidades cognitivas do estudante a que a avaliação formativa faz alusão.

**Adquirir conhecimentos** **Desenvolver habilidades**

**Qualidades da personalidade**

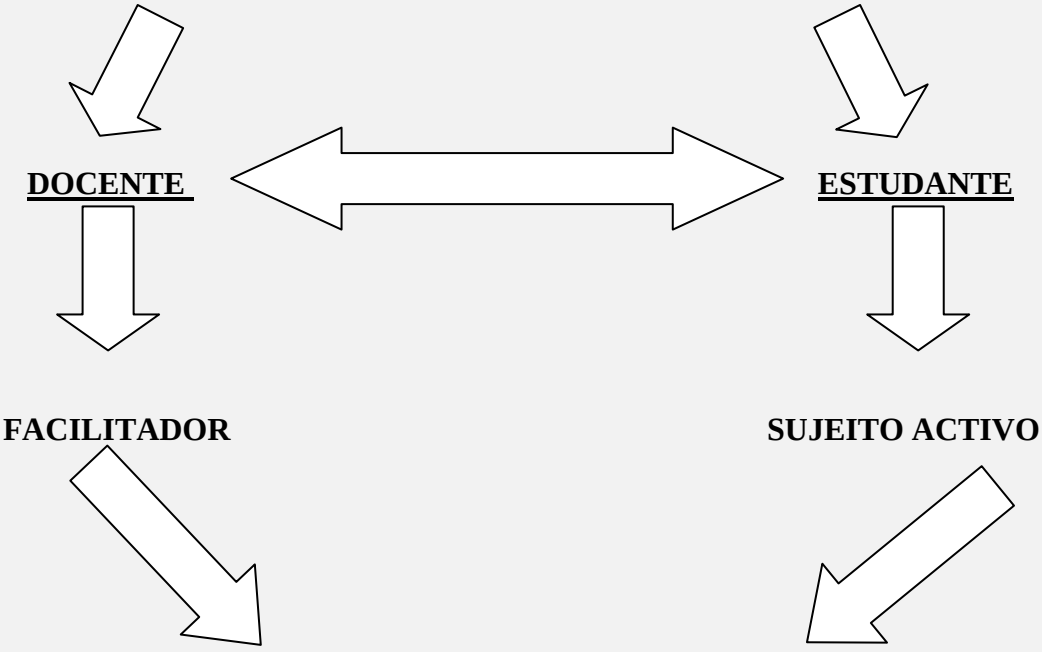
**Miranda & Echevarría, (2017)**

Para se concretizar a função da avaliação formativa e contínua haverá necessidades da utilização de procedimentos que promovam mudanças de comportamento por parte dos estudantes, colocando-os num papel activo neste processo. Pois, este processo de aprendizagem exigirá dos estudantes a aquisição dos conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades cognitivas para posteriormente incorporar em suas qualidades da personalidade.

No entender de Haydt, a avaliação formativa pode contribuir para o aperfeiçoamento da acção docente, fornecendo ao professor dados para adequar seus procedimentos de ensino às necessidades da turma oferecendo ao estudante informações sobre o seu progresso na aprendizagem, fazendo-o conhecer seus avanços, bem como suas dificuldades, para poder superá-las.

**ACTORES DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

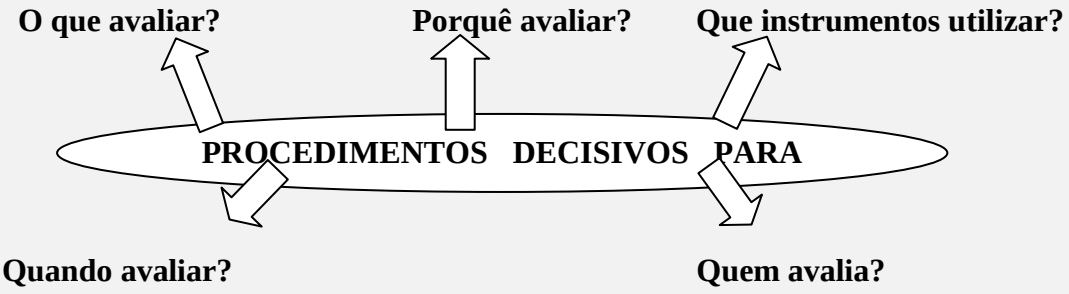
.




**Miranda & Echevarría, (2017). Adaptado pelo autor.**

Entende-se que entre os principais actores do processo de ensino e aprendizagem, docente discentes, técnicas e metodologias a serem utilizadas, deve haver um papel activo de ambos. Isto é, deve ser activo o professor, deve ser activo o estudante e também devem ser activas as metodologias e técnicas a serem aplicadas neste processo. O papel do docente será de facilitar o conhecimento para que haja o desenvolvimento de habilidades, não estando o estudante a desempenhar um papel passivo mas sim activo. Todo este processo deverá estar imbuído num espírito de comunicação interactiva " *feedback*". O estudante em desenvolvimento deverá participar activamente na construção do seu próprio conhecimento.

Para Hadji, (1997), a avaliação formativa pode contribuir para o desenvolvimento do trabalho do professor, proporcionando-lhe destrezas compatíveis para adequar as suas acções com vista ao desenvolvimento da turma. Nesta linha de ideias, entendemos que os principais agentes do processo docente educativo devem ser activos, tendo em conta as funções de controlo, porque asseguram o cumprimento das etapas e procedimentos previstos no processo, a nível de professores e estudantes, evitando desvios do que foi planificado. A avaliação formativa é contínua e sistemática e tem uma função diagnóstica, pois deve permitir informar sobre o progresso das aprendizagens, todos os interessados no processo, com vista à adaptação do mesmo e à redefinição das estratégias. Esta modalidade de avaliação configura-se como um elemento contínuo que regula o processo de ensinar e de aprender, dando maior ênfase aos objectivos preconizados pelo docente com vista a dar uma qualidade ao mesmo.




**Pinto, 2013**

Ensinar é o acto de facilitar a aprendizagem, pois a qualidade do acto de ensinar do professor, e do método utilizado por ele, tem relação directa com o acto de aprender do estudante. Na perspectiva de Miranda e Echevarría, quando existir um trabalho eficaz por parte do docente e discentes em relação ao desenvolvimento de habilidades que produzam mudanças comportamentais, poderá se reflectir no desempenho de ambos. Isto significa dizer, que o docente se sentirá confortável em responder a qualquer questionamento em relação aos procedimentos avaliativos aplicados. Logo, " **O que avaliar**?"estará voltado aos conteúdos que constituíram a base da aprendizagem

do estudante, "**Porquê avaliar**?" para termos em conta se na realidade houve o desenvolvimento das habilidades cognitivas pretendidas, isto é, em função do desempenho daqueles que são os agentes do processo de ensino e aprendizagem;" **Que instrumentos utilizar**?" Estaríamos a olhar para os diferentes tipos de provas, sejam elas dissertivas, orais, desde que tenham o carácter que permitirá o estudante demonstrar que houve a incorporação de qualidades da personalidade durante a articulação da avaliação formativa e contínua; **"Quando avaliar**?" Por causa do carácter contínuo da avaliação formativa, devemos avaliar em todos os momentos necessários para se poder fortificar as estruturas cognitivas dos nossos estudantes, não dependendo somente da modalidade somativa da avaliação, que consagra a mesma para o final de um período lectivo; e por último temos um procedimento bastante discutido, "**Quem avalia**?" achamos que quando tivermos a certeza do resultado de todo um processo desenvolvido em sala de aula e que na realidade registou-se o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e valores, não podemos reservar este procedimento somente a custódia do professor "facilitador" porquanto ser o agente que acompanhou o estudante em sua caminhada de construção intelectual, mas sim, entendemos que qualquer outro agente poderá avaliar o estudante. Queremos com isso afirmar, que poderá ser naturalmente outro docente e ou mesmo a sociedade a avaliar o estudante. Reforçamos com isso a ideia de que o melhor júri é a sociedade, combinando com o *Slogan* da nossa instituição -Sol Nascente, " O futuro do Huambo passa por aqui"

Em gesto de conclusão podemos entender que para o desenvolvimento do processo docente – educativo e para que possamos aplicar de forma ajustada os procedimentos úteis e credíveis, deve-se prestar muita atenção ao processo avaliativo, isto é valorizá-lo nos seus diferentes modelos. Estaríamos aqui a realçar sobre a modalidade de diagnóstico, para aferir a situação real da turma, assim como do programa a ser aplicado e poder encontrar as possíveis soluções por intermédio de estratégias e que serão implementadas pelo docente; a modalidade formativa, que tem que ver com toda uma articulação de elementos, desde a dimensão afectiva, dialógica e construtiva, para termos em conta o processo de desenvolvimento de habilidades cognitivas dos estudantes, imbuídos num espírito de comunicação harmoniosa " *feedback*" e, somente no final deste processo teremos a avaliação somativa, esta que olhará para os resultados advindos de um processo longo de formação. De nada valerá a

actividade docente enquanto não forem observados todos estes parâmetros formativos que visam o desenvolvimento integral dos nossos estudantes.

**Referências Bibliográficas**

Duarte. A. M. (2012). *Aprender Melhor: Aumentar o Sucesso e a Qualidade da Aprendizagem.* Lisboa: Escolar Editora

LUCKESI, C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Miranda, F. S. & Echevarría, H. R. (2017). *Aplicação da Didáctica no Ensino Superior: Recomendações Úteis*. Angola. Mayamba Editora.

Piletti, N. (2003). *Psicologia Educacional.São Paulo*-SP, Editora Atica.

Pinto, P. R. (2013). *Núcleo de Inovação Pedagógica e de Desenvolvimento Profissional dos Docentes.* Lisboa Portugal.

Veiga, F. H. (2013). *Psicologia da Educação: Teoria, Investigação e Aplicação/envolvimento dos alunos na escola.* Lisboa: Climepsi.

# ARTIGOS/PAPERS

# CIÊNCIAS POLÍTICAS

## A JUSTIÇA-SOCIAL NO CONTEXTO ANGOLANO, VISTA E ANALISADA NUMA PERSPECTIVA DE J.RAWLS

ISAÍAS JOSÉ BENTO[1]

**Resumo**

Pretende-se com esse trabalho abordar as questões relacionadas com a Justiça social, bem como o conflito Jurídico-político no contexto angolano olhando numa perspectiva de J. Rawls.

O trabalho será desenvolvido em três partes; na primeira parte, olharemos nas questões relacionadas com o Estado de Direito; a segunda, a Justiça Social e na terceira, o conflito Jurídico-político.

**Palavras-Chaves:** Conflito jurídico-político; justiça distributiva; conflito étnico, tribal e cultural dos povos, angolano.

### INTRODUÇÃO

O conflito étnico, tribal e cultural dos povos em África é um problema antigo. Desde a antiguidade, que a organização política dos povos de África é alicerçada por reinos tribais, que têm a terra como a sua principal fonte de riqueza e, a família como o seu maior património na medida em que a terra não constitui apenas um espaço para construção de habitação, mas também, uma fonte de sustento (pastorícia, cultivo) da comunidade e das famílias que a constitui. Apesar de se constituírem Estados actuais, baseados nos sistemas políticos modernos, ainda subsistem valores ancestrais com características assentes ao tipo de monarquias absolutas na medida em que por um lado, na maioria das Constituições dos Estados africanos observa-se a concentração de poderes ao Presidente da República, o que de certa forma privilegia sua família e seus próximos, por outro, a família se constitui a principal força de produtiva.

Aos povos africanos, ainda está patente a ideia de que os filhos são o maior património de uma família por se constituir a força produtiva desta. Dai a sua preocupação com

questões relacionadas com as famílias (clã) e com as questões relacionadas com a propriedade das terras.

Ao que se sabe, a partilha de África pelas antigas potências coloniais europeias, ditou novos limites fronteiriços, políticos administrativos e territoriais, sem se ter em conta ou respeito aos já existentes antes da chegada destes. Essa situação, veio criar uma nova forma de organização política dos povos de África.

No final do séc. XX período que marca a independência política dos países africanos, esse conflito passa a ser entendido como sendo um problema jurídico-político e moral.

Desde essa perspectiva, a questão que se coloca é: como justificar esse problema, como dirimi-lo?

Para respondermos essa questão é imperioso fazermos uma incursão a história da partilha da África pelas antigas potências colonizadoras, suas crenças e cultos religiosos (cristianismo), bem como, as regras e normas Jurídicas, de carácter geral e abstracta de cumprimento obrigatório, que expressavam realidades políticas e jurídicas próprias das metrópoles colonizadoras.

Com surgimento de novos Estados soberanos, o problema ganha uma nova dimensão, pois os novos Estados adoptaram os limites resultantes da conferência de Berlim. Essa nova realidade, não faz surgir apenas novos Estados, mas também, um novo conceito de povo e nação, na medida em que, os novos Estados-Nação politicamente criados constituíram-se por povos que conformavam as sociedades ancestrais, de culturas, crenças religiosas diferentes.

Entretanto, a independência de África deve-se aos vários movimentos de luta de libertação. Esses movimentos que têm na base uma fundamentação étnica, cultural e tradicional, uma diferente de outra segundo a sua origem, evoluíram para partidos políticos após a independência.

É assim que, no caso angolano os três movimentos históricos da Luta de Libertação de Angola do regime colonial português (MPLA, UNITA e FNLA) nascem fundamental no seio dos povos Kimbundos (Centro e Norte do País) Umbundos (Centro e Sul) e Bakongos (Norte do País).

Essa situação veio contribuir de certa forma naquilo que hoje constitui um problema de justiça, jurídico-político e o de Estado de Direito. E para analisarmos esse conflito, levou-nos precisamente a refletir a ideia instrumental de J.Rawls, que fazendo recurso as ideias de Kant, Rousseau e Locke "***justiça social***" que com a sua obra, procurou

defende a necessidade de se estabelecer uma democracia constitucional fundada na ideia de criar uma relação entre a teoria da justiça e os valores da sociedade e o bem comum.

> *O meu objetivo é apresentar uma concepção da justiça que generalize e leve a um nível mais elevado de abstracções a teoria muito conhecida do contrato social tal como se encontra, entre outros, em Locke, Rousseau e Kant. (Rawls: 1987, 37)*

A ideia central é de construir uma sociedade justa e de valores universais de modo congregar o bem-estar de todos os cidadãos.

## I-PRINCÍPIO DO ESTADO DE DIREITO

O fenómeno Estado é recente, e principalmente para nós africanos. Antes da ocupação e partilha pelos europeus, a organização política africana estava subordinada a reinos tribais.

Com fim dos reinos tribais, a soberania total baseou-se essencialmente a sua orientação no contrato social, na medida em que o contrato aparece como um meio de vocação socialmente colectivo.

Segundo Rawls, o verdadeiro direito é aquela que se alicerça no povo, na sociedade, no Estado (politica), no qual todos nos identificamos, como os filhos descendentes da mesma linhagem social, o ele chamou de acordo semântico.

De modo que, o fundamento legítimo da obrigação encontra-se na convenção (constituição) aprovada entre todos os membros do corpo que trata de se constituir em sociedade, e da qual cada um contrata «*por assim dizer com ele próprio*» não se ligando à totalidade senão por uma única vontade, segundo Rousseau.

Rousseau, no contrato social procurou investigar sobre as origens da organização social. E desta considerou que "o Estado teria o dever de criar condições que proporcionassem uma vida em sociedade aceitável e justa".

Assim, as características da soberania derivam logicamente da origem contratual e da definição do soberano. O soberano, constituído pelo pacto social, é o povo em corpo promulgado a vontade geral, da qual a lei é a expressão, tal como reza o nº 1 do artigo 3º da CRA.

*A soberania (...) pertence ao povo, que a exerce através do sufrágio universal, livre, directo, secreto e periódico, do referendo e das demais formas estabelecidas pela Constituição nomeadamente para a escolha dos seus dirigentes*.

Essa ideia já encontra em Francisco Suarez e Francisco de Victória, quando vai protestar o poder papal na Baixa Idade Media.

E desta forma o Estado de Direito comungaria com o mesmo espírito do Princípio da democratização, formando nas actuais constituições o único princípio do Estado democrático e do direito. Ou seja, verifica-se uma conexão interna entre o princípio democrático e o princípio de Estado direito, Dando espaço do nascimento da soberania popular assente nos princípios fundamentais que garantem a legalidade do Estado e dos factos cidadão, conforme reza o artigo 2º da Constituição da Republica de Angola;

> *A Republica de Angola é um Estado democrático de direito que tem como fundamento a soberania popular, o primado da Constituição e da Lei, a separação de poderes e interdependência de funções, (…) e a democracia representativa e participativa…*

Rawls defende a necessidade de uma democracia constitucional como a base fundamental para o estabelecimento de uma relação entre a teoria da justiça e os valores da sociedade e o bem comum.

> *Uma concepção política independente, enquanto expressão de valores políticos, não nega a existência de outros valores que se apliquem por exemplo, à pessoa, à família, a associações; ela já não sustenta que os valores políticos sejam separados ou descontínuos relativamente a outros valores (Rawls:1995, 35).*

Entretanto, orientação do Estado estaria plasmada na lei, através do qual se deve fundamentar todas as condutas do cidadão. Essa ideia encontra-se plasmada na Constituição de Angola, segunda a qual:

> *… O Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade, devendo respeitar e fazer respeitar as leis (nº 2, artigo 6º CRA)*

## II-PRINCÍPIO DA JUSTIÇA

O Estado, enquanto forma de organização política tem objectivos e fins a alcançar para satisfazer as necessidades da sua população.

A justiça, quer comutativa, quer distributiva, é um desses objectivos que o Estado visa de modo a garantir o equilíbrio nas relações entre cidadãos, bem como o bem-estar destes.

Considerando uma sociedade, como um sistema de cooperação social entre indivíduos, livres e iguais, que são os princípios da justiça e que podem estabelecer um justo equilíbrio, quer em termos de direitos e liberdades básicas, quer em matéria económica e social, conforme estabelece os artigos, 90º e 101º; todos do CRA.

Assim, para Rawls, a justiça deve aparecer no domínio das instituições sociais como o valor supremo do qual todos os outros decorrem.

> *A justiça é a primeira virtude das instituições sociais como a verdade é a dos sistemas de pensamento. (Rawls, 1987, 29)*

Esse princípio é fortalecido com o argumento da «*posição original*», que é essencialmente instrumental que funciona como um dispositivo de representação para os cidadãos de uma sociedade democrática, na qual existem divisões acerca do que se entende por justiça.

A pessoa é encarada como um ser conjuntamente livre e igual, capaz de agir quer razoável quer racionalmente. O razoável consiste no reconhecimento do exercício dos fins próprios e pessoais, à luz dos fins moralmente justificados pelos outros. O racional diz respeito à acção orientada para o contentamento dos desejos e dos fins de um agente, isto é, os interesses e os fins dos outros só importam na medida em que possam perturbar a promoção do meu próprio interesse, daquilo que é favorável para mim.

> *Não são os nossos fins que manifestam em primeiro lugar a nossa natureza, mas os princípios que aceitamos como sua base: são eles que comandam as condições nas quais estes fins devem tomar forma e ser perseguidos. Porque o eu está primeiro por referência aos fins que ele defende (...). Deveríamos em consequência inverter a relação entre o justo e o bem que é proposta pelas doutrinas teleológicas e considerar o justo como primeiro (Rawls: 1987, 601).*

Todavia, para se chegar a esse objectivo (justiça como equidade), Rawls, afirma estabelecer uma teoria do contrato constituindo segundo a sua própria expressão «uma solução de reserva para o pensamento utilitarista em geral». Para Rawls, o utilitarismo,

à primeira vista, fornece um tipo de raciocínio cómodo permitindo apreciar dos indivíduos em sociedade. Pois, de um ponto de vista utilitarista, uma sociedade está correctamente organizada quando o seu fornecimento maximiza o saldo global líquido de satisfações.

> *Do mesmo modo que o bem-estar de uma pessoa é constituído por uma série de satisfações experimentadas em diferentes momentos e que constituem a existência individual, também o bem-estar da sociedade é constituído pela satisfação dos sistemas dos desejos de numerosos indivíduos que fazem parte dela. Pois que o princípio, para cada indivíduo, é aumentar o seu próprio bem-estar (...), o princípio para sociedade é aumentar tanto quanto possível o bem-estar do grupo. (Rawls, 1987, 49)*

## III-CONFLITO JURÍDICO-POLÍTICO

Como foi dito, o território que constitui hoje o continente africano, em particular a Republica de Angola, antes da conferência de Berlim era um espaço onde habitava vários povos e nações que se constituíam em Reinos. Ao se constituir República a 11 de Novembro de 1975, e através do seu sistema tripartido de poderes, e de produção de normas jurídicas, passou a criar normas legais e jurisprudenciais, com eficiência e racionalidade, assentes no interesse político, na moral e na ética.

Em determinados momentos de produção normas jurídicas, deve o Estado ter em atenção ao que Rawls chamou de acordo semântico de modo a evitar o surgimento de normas jurídicas que violam certos princípios éticos e morais. Entretanto, o conflito entre os valores éticos e políticos, os valores políticos vão sobrepor-se a outros valores na medida em que os valores políticos devem representar a estrutura social (consenso sobreposto). Pois, a política não depende do ético, mas, se este for de justificação pública, a política precisará para o endosso. Dito doutro modo, o Estado (político) considerando que é constituído por vários princípios éticos, procurará enquadrar esses a um único princípio de modo a conformar todos outros. É o caso da República de Angola que nos termos da Constituição, vai conformar o costume ao princípio da legalidade;

> *É reconhecida a validade e a força do costume que não seja contrário à Constituição nem atente contra a dignidade da pessoa humana (artº7ºCRA).*

Assim no dizer de Rawls, nos quatro contextos do acordo semântico; o político, o jurídico, o ético e o moral, têm que ter um fundamento público.

A não observância destes critérios, pode leva o Estado a criar Leis injustas. Diante disso a questão que se coloca e: o cidadão deve obediência a uma lei injusta? O Tribunal nos casos concretos deve aplicar uma norma considerada pela sociedade como sendo injusta?

Segundo Dworkin, existe duas perspetivas ou correntes filosóficas que tentaram responder estas questões. A primeira conhecida como conservadora, defende *"desaprovação qualquer acto de desobediência, que no seu entender parecem satisfeitos quando tais actos são processados e decepcionados quando as condenações são revogadas" (levando o Direito a sério; Dworkin,2002,286),* a máxima romana " sed lex dura lex". A segunda que é a dos liberais, entendida como sendo *"muito mais flexível com certos casos de desobediência que em alguns casos eles desaprovam os processos e aceleram as absolvições" (levando o Direito a sério; Dworkin, 286,2002).* Quanto a essa última entendemos que, procura defender a flexibilidade normativa jurídica tendo em conta o interesse comum. Entretanto, se considerarmos que as normas jurídicas visam a protecção do bem social, e que vincula a todos os membros, é sem dúvidas que em todos têm o dever de obediência a essas normas e sem desprimor de que *"este dever não pode ser absoluto (...) (levando o Direitos a sério; Dworkin, 287, 2002).*

Portanto, vamos encontrar esse pensamento de certa forma plasmado *nos* artigos, 74º e 75º da CRA.

## IV-CONCLUSÃO

O exercício do poder do político na Republica de Angola, está subordinado à Constituição e a Lei (Princípio da Legalidade), o que denota a expressão de um Estado de Direito.

Que apesar da realidade multicultural que caracteriza os povos que constitui a República de Angola, o Estado, através dos seus Órgãos do poder político, na feitura das normas jurídicas tem procurado pautar pelos valores éticos de modo aceitar ou garantir o interesse individual e colectivo.

Ainda assim, vão surgindo alguns Conflito jurídico-político na medida em que vai se registando conflitos de interesse social que são submetidos ao jurídico para dirimir e, este, encontra dificuldades pelo facto de o político não regular por entender que a sua

legalização pode pôr em causa os chamados valores éticos. É o caso da não legalização do casamento entre pessoas do mesmo e do aborto, que de certa forma vai dando lugar a outros conflitos sociais.

Há uma manifestação constitucional do Estado angolano na garantia da Justiça Social, conforme consta nos artigos 90º e 101º da CRA.

# ECONOMIA

## APLICAÇÃO DA REGRESSÃO LINEAR NO ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO DE CULTURAS AGRÍCOLAS DE MAIOR RENDIMENTO E AS VENDAS NAS COMUNIDADES AGRO-PASTORIS DO CENTRO-SUL DE ANGOLA

HÉLDER JONAS LEONARDO CHINGUNDE MARCELINO[1]
JOSÉ MARIA KATIAVALA[2]

**Resumo**

A regressão linear pode ser uma ferramenta de apoio às decisões de investimento em culturas agrícolas, principalmente as de maior rendimento económico e financeiro. No entanto, a sua complexidade sugere que esteja ao alcance dos técnicos que trabalham em instituições de apoio ao desenvolvimento agrícola, aplicando-a na identificação de factores que influenciam a produção e a comercialização, em função da sua relação com os resultados. Este trabalho tem como objectivo, analisar matematicamente, o comportamento das vendas de produtos agrícolas em função das diferentes culturas praticadas pelas comunidades agro-pastoris do centro-sul de Angola, nomeadamente, os cereais, as leguminosas, tubérculos, hortícolas e fruteiras. Partiu-se da hipótese de que a

[1] Docente de Economia do Desenvolvimento e de Economia Regional e Urbana na Faculdade de Economia do Huambo. Mestre em Ciências Empresariais. Doutorando em Economia na Universidade Agostinho Neto – Angola. heldereco@yahoo.com.br / helder.marcelino25@gmail.com
[2] Docente de Sociologia e Extensão Rural na Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade José Eduardo dos Santos. Mestre em Agricultura e Desenvolvimento Rural. jmkatiavala@gmail.com

produção das culturas referidas não teve influência significativa sobre o volume de vendas na época 2016-2017. Trata-se de um estudo empírico realizado através da aplicação de um inquérito por questionário a 88 agregados familiares, criteriosamente identificados em oito comunas das províncias de Benguela e do Cunene. Os dados foram analisados, utilizando a regressão linear simples e múltipla. Os parâmetros foram estimados pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Do estudo realizado resulta que se não houver produção de cereais, leguminosas, tubérculos, hortícolas e frutas, o volume de vendas será negativo. Em conclusão, na época 2016-2017, a produção das culturas em referência teve influência significativa sobre o volume de vendas de produtos agrícolas, com contribuições relevantes dos tubérculos e das hortícolas.

**Palavras – chave:** regressão linear; investimento; culturas agrícolas; agro-pastores; Angola.

**Abstract**

Linear regression can be a tool to support investment decisions in agricultural farming, especially those with higher economic and financial yield. However, its complexity suggests that it is within the reach of technicians who work in institutions that support agricultural development, applying it to the identification of factors that influence production and marketing, depending on its relationship with the results. This paper aims to analyze, mathematically, the behavior of the sales of agricultural products according to the different farming activities practiced by the agro-pastoral communities of south-central of Angola, namely, cereals, legumes, food tubers, vegetables and fruit trees. It was assumed that the production of the mentioned crops had no significant influence on the sales volume in the 2016-2017 season. This is an empirical study carried out by applying a questionnaire survey to 88 households, carefully identified in eight communes in the provinces of Benguela and Cunene. The data were analyzed using simple and multiple linear regression and the Ordinary Least Squares (OLS) method. The study carried out shows that if there is no production of cereals, legumes, tubers, vegetables and fruits, the sales volume will be negative. In conclusion, in the 2016-2017 season, the production of the crops in question had a significant influence on the volume of sales of agricultural products, with relevant contributions from tubers and vegetables.

**Keywords:** linear regression; investment; agricultural crops; agro-shepherds; Angola.

**Introdução**

A importância da comercialização agrícola para os produtores, intermediários e para os consumidores é inquestionável. O debate sobre o problema da comercialização de produtos agrícolas na actualidade apresenta cada vez mais desafios. Um desses desafios é a identificação dos mecanismos que possam proporcionar condições para a integração relativamente autônoma e sustentável dos produtores no mercado, isto é, condições que os façam ganhar capacidade de lidar directamente com a procura, a concorrência e os preços de uma forma contínua e, com uma intervenção mínima de intermediários, para obterem rendimentos que pelo menos remunerem os custos da sua produção.

Parte-se do princípio de que se a comercialização agrícola proporcionar rendimentos aos produtores, maior será o número de contribuintes para as receitas públicas sem necessidade de aumentar impostos sobre o rendimento. Isto é importante para a economia no seu todo.

O desenvolvimento da actividade comercial no sector da agricultura familiar tem registado um problema que se pode apresentar em três dimensões principais: *(i)* a dimensão do acesso físico ao mercado, *(ii)* a dimensão da estrutura do mercado e *(iii)* a dimensão do conhecimento.

Em Angola, através do decreto presidencial n.º 28/14 de 11 de Fevereiro, é reconhecida a necessidade de se adoptar um instrumento para a concretização das políticas governamentais traçadas para o período 2013-2017, especificamente no que diz respeito ao fomento do comércio rural e empreendedorismo, como um dos pilares que pode contribuir para o crescimento económico do país de forma sustentável (Decreto-presidencial, n. 28, 2014).

Através do mesmo diploma jurídico, o Governo de Angola também reconhece a necessidade de se dar uma contribuição substancial para o desenvolvimento da produção nacional, do emprego, da segurança alimentar e da fixação das populações nas zonas rurais, bem como, a absorção da produção, seu escoamento para o mercado de consumo e a garantia da compra do excedente da produção da população como um pressuposto para o alcance dos objectivos associados ao crescimento económico. Em termos concretos, o Governo angolano aprovou a Estratégia Nacional de Comércio Rural e Empreendedorismo também conhecida como ENACRE, cuja operacionalização

acontece por meio do Programa de Aquisição de Produtos Agrícolas (PAPAGRO)[3] (Decreto-presidencial n. 28, 2014).

Com efeito, após a implementação da primeira fase do Programa de Aquisição de Produtos Agrícolas constataram-se alguns constrangimentos na ligação dos produtores ao mercado. Um desses constrangimentos é a ausência de critérios formais para a compra de produtos, quer em espécie, em qualidade e em tamanho no intervalo entre a produção e a compra. Fazendo jus ao seu objectivo, o programa atribuiu mais relevância ao processo de aquisição de produtos junto dos produtores e não considerou a produção em si, como parte importante do processo, menos ainda, o produtor como actor fundamental no segmento do fornecimento de produtos.

De acordo com o (MINCO[4], 2016), os outros constrangimentos identificados ao longo da implementação da primeira fase do Programa de Aquisição de Produtos Agrícolas são os seguintes:

- Falta de clareza e estabilidade na atribuição de responsabilidades e ausência de sistemas de informação transversais;
- Implementação demasiado célere do programa aliada a uma ampla actuação geográfica;
- Condições logísticas, de acondicionamento, de armazenamento e de transporte desadequadas;
- Restrições de cariz financeiro limitativas da consistência dos planos de aquisição e do fluxo dos produtos.

Tal como na primeira fase, na versão reformulada do Programa de Aquisição de Produtos Agrícolas, também está ausente uma reflexão sobre os retornos que o produtor pode obter do processo de comercialização. Esta constatação leva a que exista a necessidade de os produtores trabalharem numa abordagem estratégica de comercialização para lidarem com a ENACRE já que esta reflecte uma política aquisitiva do Governo angolano, na qual o papel dos produtores está limitado ao fornecimento de produtos, ou seja, apenas a fonte primária de produtos agrícolas.

A referida abordagem implica responder a primeira questão da economia, "o que produzir" para criar retornos financeiros significativos para o produtor?

---

[3] O PAPAGRO é uma continuação reformulada do Programa de Promoção do Comércio Rural (PPCR).

[4] Abreviatura de Ministério do Comércio (Governo da República de Angola).

Sem prejuízo de considerar as crenças e o comportamento humano conforme sugere a economia comportamental, entende-se que a aplicação de ferramentas de previsão e decisão afigura-se como uma opção estratégica e operacional, a realizar no momento de decidir em que culturas agrícolas investir, tendo em conta as variáveis preço e procura de mercado, na medida em que elas podem ajudar a escolher aquelas com potencial de proporcionar maiores retornos financeiros para o produtor.

De entre as várias ferramentas estatísticas existentes, a correlação e a regressão linear podem ajudar a responder a questão relativa à influência da produção de cereais, leguminosas, tubérculos, hortícolas e fruteiras no volume de vendas de produtos agrícolas em comunidades agro-pastoris na região centro-sul de Angola, partindo da hipótese de que é pouco significativa. Por via dessa resposta, as opções estratégicas para dar resposta à questão económica levantada podem ser vislumbradas.

A regressão linear é uma ferramenta estatística muito útil para a previsão. Ela auxilia bastante na tomada de decisão (Sell, 2005). A sua utilização na previsão do comportamento da produção agrícola é importante. Embora o seu domínio não esteja ao alcance de todos os actores envolvidos nos processos de produção, pode ser facilmente manuseada por instituições e organizações de apoio ao desenvolvimento.

A previsão na agricultura familiar é pouco usual, por depender excessivamente de variáveis ecológicas, mas afigura-se fundamental devido às escolhas que devem ser feitas relativamente às culturas de maior rentabilidade no mercado.

Com esta pesquisa empírica pretendeu-se analisar matematicamente, o comportamento das vendas de produtos agrícolas em função das diferentes culturas agrícolas praticadas pelas comunidades agro-pastoris do centro-sul de Angola, nomeadamente, os cereais, as leguminosas, tubérculos, hortícolas e fruteiras na época 2016-2017, usando a regressão linear como ferramenta de previsão e decisão. Assume-se que não existe influência significativa da produção de cereais, leguminosas, tubérculos, hortícolas e fruteiras praticadas em 2016/2017 pelas comunidades agro-pastoris do centro-sul de Angola no seu volume de vendas.

## 1. A Regressão Linear na Análise de Dados Estatísticos

A regressão linear pode ser definida como uma metodologia estatística que permite aos investigadores e decisores, estabelecerem relações matemáticas entre variáveis que de antemão já possuem uma correlação entre si (Viali, s/d). Segundo Pedrosa e Gama

(2014), a regressão linear serve para prever o comportamento de uma variável dependente a partir do conhecimento de uma ou mais variáveis independentes.

Stevenson (2001) entende que a regressão linear tem três finalidades fundamentais:

Estimar valores de uma variável com base em valores conhecidos da (s) outra (s);

As equações de regressão têm a utilidade de explicar valores de uma variável em função da (s) outra (s);

Predizer valores futuros de uma variável.

De acordo com Pedrosa e Gama (2014), a relação entre duas variáveis pode ser de natureza determinística ou probabilística. Neste sentido classificatório, uma relação entre duas variáveis *x* e *y* é considerada determinística se existir uma relação funcional entre estas variáveis, ou seja, o valor de *y* é completamente determinado quando o valor de x for especificado. Por outro lado, diz-se probabilística ou estatística, a relação entre duas variáveis, se essa relação não for exacta, ou seja, se o valor de *y* da variável aleatória *y*, não for explicada apenas por quando o valor da variável independente *x* for especificado.

Segundo Stevenson (2001), a forma da equação de regressão linear simples é

$y = a + bx$

onde,

*a* e *b*: são valores que se determinam com base nos dados amostrais;

*a*: é a cota da recta em x = 0;

*b*: é o coeficiente angular;

*y*: é a variável que deve ser predita;

*x*: é o valor preditor.

## 2. Materiais e Métodos

Para a realização do presente estudo foi consultada bibliografia de referência do campo da estatística, econometria, economia e gestão, além de documentos oficiais do Governo de Angola que ajudou a fazer a contextualização do assunto no espaço e no tempo, tendo em conta os principais conceitos, breve resenha histórica do tema, legislação e dados gerais.

O estudo empírico foi realizado nos municípios do Cubal, Ganda ambos da província de Benguela e Ombanja e Kahama da província do Cunene. Nestes municípios foi aplicado um inquérito por questionário a uma amostra de 88 agregados familiares, sendo 40 em Benguela e 48 no Cunene, distribuídos em oito comunas e 20 aldeias.

Numa perspectiva conjuntural, os habitantes dos dois municípios da província de Benguela tendem a ser predominantemente agricultores do que pastores dada a diferença que se pode encontrar entre a sua participação na produção agrícola e na actividade pecuária. Ao contrário, a tendência dos habitantes dos dois municípios da província do Cunene é de serem mais pastores do que agricultores. Por estas razões, as 88 famílias estudadas foram consideradas como sendo de agro-pastores.

A posição geográfica dos quatro municípios (dois no centro oeste dois no sul) faz com que a zona estudada seja designada de centro-sul de Angola.

As famílias foram escolhidas com base na participação da mulher em organizações de produtores, tais como cooperativas ou associações.

Os dados recolhidos são referentes ao volume de vendas de produtos agrícolas, à produção de milho, massambala, massango, feijão, amendoim, soja, batata-rena, batata-doce, mandioca, inhame, tomate, couve tronchuda, repolho, alho, cebola, cenoura, manga, abacate, banana e ananás.

Os dados sobre a produção foram processados e transformados em kwanzas ao preço de mercado para cada cultura. Posteriormente foram somados por categorias de produtos, tais como cereais, leguminosas, tubérculos, hortícolas e fruteiras. Estas categorias acabaram por ser tratadas no modelo como variáveis explicativas (*x)*.

Para a análise do grau de associação entre a variável dependente *y* e as independentes *x*, foi usada a sua correlação e a estimativa dos coeficientes de regressão linear entre o volume de vendas de produtos agrícolas e as culturas praticadas pelas comunidades agro-pastoris do centro-sul de Angola no ano agrícola 2016/2017 usando da regressão linear simples e múltipla. Não sendo conhecidos os valores da população, os parâmetros $\alpha$, $\beta$ e $\delta^2$ foram estimados com base nos valores da amostra usando o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

O objectivo principal da análise de regressão linear é prever o valor de uma variável dependente *y* a partir dos valores de uma ou mais variáveis independentes, também designadas variáveis explicativas *x* (Kazmier, 1982 citado por Melo, 2009).

Através do Método dos Mínimos Quadrados, a regressão linear múltipla permitiu fazer o ajustamento da recta que une os pontos e a análise da forma das relações entre as variáveis. Segundo Charnet et al. (2008) citado por Melo (2009), este método analisa as diferenças existentes entre cada valor *y* e o *valor-p* correspondente ao valor *x* na recta.

Para Setevenson (2001), quanto mais significativo for o peso de uma variável isolada, ou de um conjunto de variáveis explicativas, tanto mais se poderá afirmar que alguns

factores afectam mais o comportamento de uma variável resposta especificamente procurada do que os outros.

A equação que representa a regressão linear múltipla é $y = \beta_0 + \beta_i X_i$ onde $y$ é a variável dependente ou prevista, $\beta_i$ o conjunto de coeficientes angulares de regressão e $X_i$ representa o conjunto de variáveis independentes. Mais detalhadamente,

$Y= \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \beta_4 X_4 + ..... + \beta_n X_n + \varepsilon_i$

Onde:

$Y$ – volume de vendas de produtos agrícolas no ano agrícola 2016-2017;

$\beta_0$ – Constante que representa a interseção da recta com o eixo das ordenadas;

$\beta_i$ – Parâmetros ou regressores (coeficientes angulares da regressão) estimados pelo modelo;

$X_i$ – Variáveis independentes: cereais, leguminosas, tubérculos, hortícolas e fruteiras, respectivamente, $x_1$, $x_2$, $x_3$, $x_4$ *e* $x_5$.

$\varepsilon_i$ – Variáveis que incluem todos os factores residuais, acrescidos dos possíveis erros de medição (erro aleatório).

$Y= \beta_0 + \beta_1 CERE + \beta_2 LEGU + \beta_3 TUBE + \beta_4 HOT + ..... + \beta_5 FRUT + \varepsilon$

Os cálculos foram feitos através da folha de Excel.

Para confirmar ou rejeitar as hipóteses levantadas, foi necessário testar o modelo (Sell, 2005). Assim sendo, foram realizados testes para o intervalo de confiança, o Stat *t*, $R^2$, o *valor-p* e a colinearidade.

Os testes de hipóteses foram úteis para verificar que parâmetros do modelo são significativos.

**3. Resultados**

Nesta secção apresentam-se os resultados obtidos por meio da aplicação dos questionários aos 88 indivíduos da amostra, expondo, em primeiro lugar, os dados relativos à ocupação e desocupação de parcelas de terra.

Tabela 1: Ocupação /desocupação das parcelas de terra com culturas

| **Ocupação cultural das parcelas** | | | **Desocupação cultural das parcelas** | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Culturas** | **F** | **%** | **F** | **%** | **Total** |
| Milho | 68 | 77,27 | 20 | 22,73 | 88 |
| Massambala | 52 | 59,09 | 36 | 40,91 | 88 |
| Massango | 36 | 40,91 | 52 | 59,09 | 88 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Feijão | 23 | 26,14 | 65 | 73,86 | 88 |
| Amendoim | 17 | 19,32 | 71 | 80,68 | 88 |
| Batata-rena | 13 | 14,77 | 75 | 85,23 | 88 |
| Batata-doce | 26 | 29,55 | 62 | 70,45 | 88 |
| Mandioca | 24 | 27,27 | 64 | 72,73 | 88 |
| Tomate | 29 | 32,95 | 59 | 67,05 | 88 |
| Alho | 12 | 13,64 | 76 | 86,36 | 88 |
| Repolho | 15 | 17,05 | 73 | 82,95 | 88 |
| Couve | 18 | 20,45 | 70 | 79,55 | 88 |
| Cenoura | 8 | 9,09 | 80 | 90,91 | 88 |
| Abacate | 10 | 11,36 | 78 | 88,64 | 88 |
| Manga | 15 | 17,36 | 73 | 82,95 | 88 |
| Ananás | 6 | 6,82 | 82 | 93,18 | 88 |
| Outras | 25 | 28,41 | 63 | 71,59 | 88 |

Fonte: elaboração própria com base nos dados do inquérito

Nem todas as famílias praticam as mesmas culturas, sendo que algumas têm culturas de eleição em função das condições económicas que têm. Assim é que, das 88 famílias da amostra, 20 não praticam a cultura do milho, 36 não praticam a cultura da massambala, 52 não praticam a cultura do massango, 65 não cultivam feijão, apenas 17 cultivam amendoim, apenas 13 cultivam batata-rena, 26 cultivam batata-doce, apenas 29 cultivam tomate e assim por diante conforme a tabela 1.

Tabela 2: Criação de animais

| **Itens** | **Bovinos** | **Caprinos** | **Ovinos** | **Suínos** | **Galinhas** | **Patos** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Total de animais | 758 | 998 | 20 | 182 | 4034 | 126 |
| Contagem | 48 | 64 | 6 | 37 | 79 | 10 |
| Média | 14,47 | 14,78 | 2,58 | 4,44 | 15,24 | 7,55 |
| Moda | 2 | 7 | 1,5 | 2,48 | 5 | - |

Fonte: elaboração própria com base nos dados do inquérito

Tal como na produção agrícola, as famílias, como alternativa e/ou como complemento, criam animais. Contudo, as famílias da província do Cunene tendem a ser mais criadoras de animais do que agricultoras, ao contrário do que ocorre com as famílias da província de Benguela. Do total de bovinos expresso na tabela 2, 624 (82,3%) pertencem a 25 famílias da província do Cunene. Afinal, nem todas as famílias têm a possibilidade de criar animais, conforme se pode constatar através dos dados da tabela 2, os quais dizem que das 88 famílias, apenas 48 criam bovinos, apenas 64 criam

caprinos, seis criam ovinos, 37 têm criação de suínos, 79 criam galinhas e apenas 10 criam patos.

A regressão linear seguinte mostra a força e a forma da relação entre o volume de vendas de produtos agrícolas (variável dependente *y*) e a produção de cereais (variável independente *x*). Recorde-se que a quantidade de produção foi convertida em unidades monetárias (AKZ[5]). Portanto, trata-se de uma regressão linear simples porque envolve apenas uma variável explicativa.

[5] Abreviatura de Angolan Kwanzas, moeda de Angola.

RESUMO DOS RESULTADOS

| *Estatística de regressão* | |
|---|---|
| R múltiplo | 0,370947 |
| R-Quadrado | 0,137601 |
| R-quadrado ajustado | 0,127574 |
| Erro padrão | 139120,1 |
| Observações | 88 |

ANOVA

| | *Gl* | *SQ* | *MQ* | *F* | *F de significação* |
|---|---|---|---|---|---|
| Regressão | 1 | 2,66E+11 | 2,66E+11 | 13,72187 | 0,000373892 |
| Resíduo | 86 | 1,66E+12 | 1,94E+10 | | |
| Total | 87 | 1,93E+12 | | | |

| | *Coeficientes* | *Erro padrão* | *Stat t* | *valor-P* | *95% inferiores* | *95% superiores* |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Interseção | 2004,41 | 17263,41 | 0,116107 | 0,907838 | -32314,11845 | 36322,94 |
| Cereais | 32,80207 | 8,855123 | 3,704304 | 0,000374 | 15,19866589 | 50,40547 |

Fonte: elaboração própria com base nos dados dos inquéritos

Conforme referido antes, a variável dependente é o volume de vendas de produtos agrícolas e a independente refere-se aos cereais. O valor da interseção que representa o ponto onde a recta da regressão corta o eixo das ordenadas *y* tem o valor de 2004,41. Este corresponde ao volume de vendas de produtos agrícolas se, eventualmente, a produção de cereais for igual a zero, mantendo os demais factores inalterados.

O coeficiente angular *(β)* que representa a quantidade variável da produção de cereais avaliada em AKZ é de 32,80207. Este valor significa que o volume de vendas de produtos agrícolas aumenta AKZ 32,80207 para cada quantidade adicional de cereais produzida na equivalência de AKZ 1,00, mantendo os demais factores constantes.

O modelo matemático é: *VENDAS=32,80207CEREAIS+2004,41*.

O R múltiplo mostra que o grau de correlação entre o volume de produtos agrícolas e os cereais é de 0,370947. Usando o critério de Pearson, Crespo (2004) diz tratar-se de uma correlação fraca positiva na medida em que o valor situa-se no intervalo $0,1 \leq r < 0,5$.

Através do coeficiente de determinação R-Quadrado Ajustado, 0,127574 (cerca de 13%) das variações no volume de vendas de produtos agrícolas são explicadas pela produção de cereais. Existe uma relação linear entre as variações do volume de vendas de produtos agrícolas nas comunidades agro-pastoris do centro-sul de Angola e a sua produção de cereais no ano agrícola 2016/2017 e 87% dessas variações não são explicadas pela produção de cereais, mas sim por outros factores não considerados nesta regressão. Não há grande diferença entre o valor do R-Quadrado e ovalor R-Quadrado ajustado. Por isso, a conclusão é de que os parâmetros do modelo são significativos.

A regressão linear simples que se segue constitui a forma da relação entre o volume de vendas de produtos agrícolas (variável dependente *y*) e a produção de leguminosas (variável independente *x*).

RESUMO DOS RESULTADOS

| *Estatística de regressão* | |
|---|---|
| R múltiplo | 0,439199 |
| R-Quadrado | 0,192896 |
| R-quadrado ajustado | 0,183511 |
| Erro padrão | 134586,2 |
| Observações | 88 |

ANOVA

| | *Gl* | *SQ* | *MQ* | *F* | *F de significação* |
|---|---|---|---|---|---|
| Regressão | 1 | 3,72E+11 | 3,72E+11 | 20,5538 | 1,86236E-05 |
| Resíduo | 86 | 1,56E+12 | 1,81E+10 | | |
| Total | 87 | 1,93E+12 | | | |

| | *Coeficientes* | *Erro padrão* | *Stat t* | *valor-P* | *95% inferiores* | *95% superiores* |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Interseção | 11616,35 | 15226,5 | 0,762903 | 0,447609 | -18652,93315 | 41885,63 |
| Leguminosas | 371,5781 | 81,96039 | 4,53363 | 1,86E-05 | 208,6462151 | 534,5099 |

Fonte: elaboração própria com base nos dados dos inquéritos

A variável dependente é o volume de vendas e a independente diz respeito às leguminosas. O valor da interseção que representa o volume de vendas de produtos agrícolas se a produção de leguminosas for nula é igual a 11616,35.

O coeficiente angular *(β)* que representa a quantidade da produção variável de leguminosas, avaliada em AKZ é 371,5781, significa que o volume de vendas de produtos agrícolas aumenta AKZ 371,5781 por cada quantidade acrescida na produção de leguminosas, equivalente a AKZ 1,00, mantendo os demais factores constantes.

O modelo matemático da regressão é: *VENDAS=371,5781LEG+11616,35*.

O R múltiplo mostra que o grau de correlação entre o volume de vendas de produtos agrícolas e a produção de leguminosas é de 0,439199. Segundo Crespo (2004), Pearson classifica as correlações com valores situados no intervalo de $0,1 \leq r < 0,5$ como fracas positivas.

Através do coeficiente de determinação R-Quadrado Ajustado 0,183511 constata-se que 18,35% das variações no volume de vendas são explicadas pela produção de leguminosas e 81,65% dessas variações são explicadas por factores não considerados nesta regressão. O valor do R-Quadrado ajustado e o do R-Quadrado são muito próximos. Isto indica que os parâmetros do modelo são significativos.

A regressão linear simples que se segue constitui a forma da relação entre o volume de vendas de produtos agrícolas (variável dependente *y*) e a produção de tubérculos (variável independente *x*).

RESUMO DOS RESULTADOS

| *Estatística de regressão* | |
|---|---|
| R múltiplo | 0,448604 |
| R-Quadrado | 0,201246 |
| R-quadrado ajustado | 0,191958 |
| Erro padrão | 133888,2 |
| Observações | 88 |

ANOVA

| | *Gl* | *SQ* | *MQ* | *F* | *F de significação* |
|---|---|---|---|---|---|
| Regressão | 1 | 3,88E+11 | 3,88E+11 | 21,66765 | 1,17E-05 |
| Resíduo | 86 | 1,54E+12 | 1,79E+10 | | |
| Total | 87 | 1,93E+12 | | | |

| | *Coeficientes* | *Erro padrão* | *Stat t* | *valor-P* | *95% inferiores* | *95% superiores* |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Interseção | 15914,68 | 14834,37 | 1,072824 | 0,286351 | -13575,1 | 45404,44 |
| Tubérculos | 71,03685 | 15,26082 | 4,654852 | 1,17E-05 | 40,69935 | 101,3744 |

Fonte: elaboração própria com base nos dados dos inquéritos

A variável dependente é o volume de vendas de produtos agrícolas e a independente diz respeito aos tubérculos.

O valor da interseção é igual 15914,68 e constitui o valor da variável dependente *y* na hipótese de não haver produção de tubérculos.

O coeficiente angular *(β)* que representa a quantidade variável da produção de tubérculos é de 71,03685 e, significa que o volume de vendas de produtos agrícolas aumenta AKZ 71,03685 por quantidade adicional na produção de tubérculos equivalente a AKZ 1,00, com todos os demais factores inalterados.

O modelo matemático da regressão é: *VENDAS=71,03685TUB+15914,68.*

O R múltiplo mostra que o grau de correlação entre o volume de vendas de produtos agrícolas e os tubérculos é de 0,448604. Segundo Crespo (2004), Pearson considera que os valores situados no intervalo de $0,1 \leq r < 0,5$ classificam a correlação como fraca positiva.

Através do coeficiente de determinação R-Quadrado Ajustado 0,191958 entende-se que 19,2% das variações no volume de vendas são explicadas pela produção de tubérculos e 80,8% dessas variações não são explicadas pela produção de tubérculos, mas sim, por variáveis não consideradas nesta regressão.

A regressão linear seguinte constitui a forma da relação entre o volume de vendas de produtos agrícolas (variável dependente *y*) e a produção de hortícolas (variável independente *x*). A quantidade de produção foi convertida em unidades monetárias (AKZ).

RESUMO DOS RESULTADOS

| *statística de regressão* | |
|---|---|
| R múltiplo | 0,662199 |
| R-Quadrado | 0,438508 |
| R-quadrado ajustado | 0,431979 |
| Erro padrão | 112255,5 |
| Observações | 88 |

ANOVA

| | *Gl* | *SQ* | *MQ* | *F* | *F de significação* |
|---|---|---|---|---|---|
| Regressão | 1 | 8,46E+11 | 8,46E+11 | 67,16333 | 2,13E-12 |
| Resíduo | 86 | 1,08E+12 | 1,26E+10 | | |
| Total | 87 | 1,93E+12 | | | |

| | *Coeficientes* | *Erro padrão* | *Stat t* | *valor-P* | *95% inferiores* | *95% superiores* |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Interseção | 4148,463 | 12535,11 | 0,330947 | 0,741489 | -20770,5 | 29067,45 |
| Hortícolas | 322,1945 | 39,31444 | 8,195323 | 2,13E-12 | 244,04 | 400,349 |

Fonte: elaboração própria com base nos dados dos inquéritos

A variável dependente é o volume de vendas de produtos agrícolas e a independente diz respeito a produção de hortícolas.

Os resultados da regressão mostram uma interseção igual a 4148,463. Este dado constitui o valor do volume de vendas a considerar na hipótese de nulidade da produção de hortícolas.

O coeficiente angular *(β)* que representa a quantidade variável da produção de hortícolas é 322,1945, significando que o volume de vendas de produtos agrícolas aumenta AKZ 322,1945 por cada kwanza adicional obtido como expressão de uma certa quantidade adicional na produção de hortícolas.

O modelo matemático da regressão é: *VENDAS = 322,1945HORT+ 4148,463.*

O R múltiplo mostra que o grau de correlação entre o volume de vendas de produtos agrícolas e a produção de hortícolas é de 0,662199. De acordo com Pearson, correlações com valores situados no intervalo de $0,5 \leq r < 0,8$ são consideradas moderadas positivas.

Através do coeficiente de determinação R-Quadrado Ajustado, 0,431979 constata-se que 43,2% das variações no volume de vendas de produtos agrícolas são explicadas pela produção de hortícolas e 56,8% das referidas variações não são explicadas por essa produção, mas sim, por outros factores não considerados nesta regressão.

A regressão linear seguinte constitui a forma da relação entre o volume de vendas de produtos agrícolas (variável dependente *y*) e a produção de fruteiras (variável independente *x*). Trata-se de uma regressão linear simples. A quantidade de produção foi convertida em unidades monetárias (AKZ).

RESUMO DOS RESULTADOS

| *Estatística de regressão* | |
|---|---|
| R múltiplo | 0,025617 |
| R-Quadrado | 0,000656 |
| R-quadrado ajustado | -0,01096 |
| Erro padrão | 149759,1 |
| Observações | 88 |

ANOVA

| | *Gl* | *SQ* | *MQ* | *F* | *F de significação* |
|---|---|---|---|---|---|
| Regressão | 1 | 1,27E+09 | 1,27E+09 | 0,056473 | 0,812725 |
| Resíduo | 86 | 1,93E+12 | 2,24E+10 | | |
| Total | 87 | 1,93E+12 | | | |

| | *Coeficientes* | *Erro padrão* | *Stat t* | *valor-P* | *95% inferiores* | *95% superiores* |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Interseção | 35163,43 | 16064,14 | 2,18894 | 0,031311 | 3228,983 | 67097,87 |
| Fruteiras | -1,51465 | 6,373715 | -0,23764 | 0,812725 | -14,1852 | 11,15587 |

Fonte: elaboração própria com base nos dados dos inquéritos

A variável dependente é o volume de vendas de produtos agrícolas e a independente refere-se á produção de fruteiras.

O valor do intersecto representa o ponto onde a recta de regressão corta o eixo das ordenadas *y* e é igual a 35163,43. Trata-se do valor do volume de vendas de produtos agrícolas a considerar na hipótese de nulidade da produção de fruteiras.

O coeficiente angular *(β)* que representa a quantidade variável da produção de fruteiras é -1,51465, significando que o volume de vendas de produtos agrícolas diminui AKZ 1,51465 para cada quantidade adicional obtida na produção de fruta, equivalente a AKZ 1,00, mantendo inalterados todos os demais factores.

O modelo matemático desta regressão é: *VENDAS = 35163,43 – 1,51465FRUT.*

O R múltiplo mostra que o grau de correlação entre o volume de vendas de produtos agrícolas e a produção de frutas é de 0,025617. Crespo (2004) afirma que para Pearson, os valores de correlação situados no intervalo de $0 < r < 0,1$ classificam-se como ínfimas fracas.

O valor do coeficiente de determinação R-Quadrado Ajustado dá indicações de que 1,096% das variações no volume de vendas são explicadas pela produção de fruteiras e 98,9% dessas variações não são explicadas pela produção de fruteiras, mas sim, por factores não estudados nesta regressão.

A regressão linear seguinte constitui a forma da relação entre o volume de vendas de produtos agrícolas (variável dependente *y*) e a produção de cereais, de leguminosas, de tubérculos, hortícolas e fruteiras (variáveis independentes $x_i$). Trata-se de uma regressão linear múltipla por envolver cinco variáveis explicativas $x_{i.}$ As quantidades de produção foram convertidas em unidades monetárias (AKZ).

As questões que nortearam a pesquisa, reflectem as hipóteses seguintes:

H0 ($\beta = 0$): Não existe influência significativa entre o volume total de vendas dos produtos agrícolas e a produção de cereais, leguminosas, tubérculos, hortícolas e fruteiras praticadas em 2016/2017 pelas comunidades agro-pastoris do centro-sul de Angola.

H1 ($\beta \neq 0$): A influência das culturas agrícolas praticadas pelas comunidades agro-pastoris do centro-sul de Angola sobre o volume total de vendas de produtos agrícolas realizadas no ano agrícola 2016-2017 é significativa.

RESUMO DOS RESULTADOS

| *Estatística de regressão* | |
|---|---|
| R múltiplo | 0,778850258 |
| R-Quadrado | 0,606607725 |
| R-quadrado ajustado | 0,582620391 |
| Erro padrão | 96225,66787 |
| Observações | 88 |

ANOVA

| | *Gl* | *SQ* | *MQ* | *F* | *F de significação* |
|---|---|---|---|---|---|
| Regressão | 5 | 1,17079E+12 | 2,34157E+11 | 25,28866813 | 2,43963E-15 |
| Resíduo | 82 | 7,59269E+11 | 9259379157 | | |
| Total | 87 | 1,93006E+12 | | | |

| | *Coeficientes* | *Erro padrão* | *Stat t* | *valor-P* | *95% inferiores* | *95% superiores* |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Interseção | -25132,39816 | 12615,35397 | -1,992207134 | 0,049675943 | -50228,35545 | -36,4408727 |
| Cereais | 23,08673525 | 8,859130515 | 2,605982067 | 0,01087794 | 5,463102842 | 40,71036766 |
| Leguminosas | -66,82919155 | 94,33363289 | -0,70843441 | 0,480684618 | -254,4888346 | 120,8304515 |
| Tubérculos | 40,83702635 | 15,93173413 | 2,563250555 | 0,01219617 | 9,143732582 | 72,53032013 |
| Hortícolas | 315,3002076 | 35,82324225 | 8,801554182 | 1,78647E-13 | 244,0363684 | 386,5640469 |
| Fruteiras | 0,833262657 | 4,102222924 | 0,203124665 | 0,839540789 | -7,327365382 | 8,993890695 |

Fonte: elaboração própria com base nos dados dos inquéritos

A variável dependente é o volume de vendas de produtos agrícolas e as que procuram explicar a sua variação são cinco: cereais *($x_1$)*, leguminosas *($x_2$)*, hortícolas *($x_3$)*, tubérculos *($x_4$)* e fruteiras *($x_5$)*.

O valor da interseção é -25132,39816. O seu sinal negativo significa que o ponto em que a recta de regressão corta o eixo das ordenadas *y* está abaixo de zero. É o valor correspondente ao volume de vendas se não houver produção de cereais, leguminosas, tubérculos, hortícolas nem de frutas.

O coeficiente angular *($\beta$)* que representa a quantidade variável da produção de cereais é 23,08673525, das leguminosas é de -66,829155, dos tubérculos é de 40,83702635, das hortícolas é 315,3002076 e das fruteiras é 0,83326257. Recorde-se que são quantidades convertidas em unidades monetárias.

O volume de vendas de produtos agrícolas aumenta AKZ 23,08673525 por cada quantidade acrescida na produção de cereais equivalente a AKZ 1,00, *coeteris paribus*; para cada medida equivalente a AKZ 1,00 acrescida na produção de leguminosas, o volume total de vendas diminui AKZ 66,82919155, mantendo os demais factores constantes; Por cada quantidade acrescida na produção de tubérculos que seja equivalente a AKZ 1,00, o volume de vendas de produtos agrícolas aumenta AKZ 40,83702635, com todos os demais factores inalterados; o volume de vendas de produtos agrícolas aumenta AKZ 315,30002076 se à produção de hortícolas for adicionada uma quantidade equivalente a AKZ 1,00 e os demais factores não forem alterados; finalmente, o volume de vendas de produtos agrícolas aumenta AKZ 0,8332657 se à produção de frutas for acrescida uma quantidade equivalente a AKZ 1,00 e os demais factores se mantiverem constantes.

A seguir, o modelo matemático da regressão linear múltipla:

*VENDAS=23,08673525CER-*
*6,829155LEG+40,83702635TUB+315,3002076HOR+0,83326257FRU-25132,39819.*

O R múltiplo mostra que o grau de correlação entre o volume de vendas de produtos agrícolas e a produção de cereais, leguminosas, tubérculos, hortícolas e de frutas é de 0,778850258.

Para Pearson, trata-se de uma correlação moderada positiva com tendência para ser forte, pelo facto de o referido valor estar situado no intervalo $0,5 \leq r < 0,8$. A partir de 0,8 já é classificada como correlação forte positiva (Crespo, 2004).

A partir do coeficiente de determinação R-Quadrado Ajustado 0,582620391, entende-se que 58,26% das variações no volume de vendas de produtos agrícolas são explicadas pela produção das cinco variáveis *x* (cereais, leguminosas, tubérculos, hortícolas e fruteiras) ao

mesmo tempo e 41,74% dessas variações não são explicadas pela produção dessas variáveis, mas sim, por outros factores não estudados nesta regressão.

Pode ser que o preço, a capacidade de aquisitiva dos consumidores, a forma de pagamento, o acesso físico ao mercado, a concorrência e outros, possam explicar essa percentagem.

Para responder as hipóteses acima levantadas, faz-se necessário testar o modelo, conforme se segue nas linhas abaixo (Sell, 2005).

Testes do Modelo

*Para o intervalo de confiança*

O intervalo com 95% de confiança está para os cereais, entre 5,463102842 e 40,71036766, sendo que o coeficiente angular de 23,08673525 está neste intervalo; para as leguminosas, entre -254,4888346 e 120,8304515, sendo que o coeficiente angular de -66,82919155 está neste intervalo; para os tubérculos, entre 9,143732582 e 72,53032013, sendo que o coeficiente angular de 40,83702635 está neste intervalo; para as hortícolas, entre 244,0363684 e 386,5640469, sendo que o coeficiente angular de 315,3002076 está neste intervalo, e para as fruteiras, entre -7,327365382 e 8,993890695, sendo que o seu coeficiente angular de 0,833262657 se encontra neste intervalo.

Com base nestes valores verifica-se que o zero não está contido nos intervalos de confiança dos cereais, dos tubérculos e das hortícolas. Porém, está contido nos intervalos de confiança das leguminosas e das fruteiras. Assim, sendo, rejeita-se a hipótese nula de que o coeficiente angular $\beta$ é igual a zero e não se rejeita a hipótese alternativa de que $\beta$ é diferente de zero, significando que, no seu conjunto, a produção de cereais, leguminosas, tubérculos, hortícolas e de frutas tem influência significativa sobre o volume de vendas de produtos agrícolas.

*Stat t*

O coeficiente angular da amostra para a variável $x_1$ (cereais) é de 2,605982067, para $x_2$ (leguminosas) é -0,70843441, para $x_3$ (tubérculos) é 2,563250555, para $x_4$ (hortícolas) é 8,801554182 e para $x_5$ (frutas) é 0,203124665 desvios padrões distantes em relação ao coeficiente da população. A região de aceitação apresenta um *"t"* crítico que varia entre -1,98931852 e 1,98931852 para as cinco variáveis explicativas *x*, pelo que, rejeita-se $H\ (\beta=0)$ com um nível de confiança de 95%, tendo em conta que todos os coeficientes estão fora do intervalo de não rejeição. Por este critério, todas as variáveis *x*, no seu conjunto, têm influência significativa sobre o volume de vendas dos produtos agrícolas.

*Valor-p*

O valor-*p* indica que o coeficiente angular é igual a zero, mas comparando com o nível de significância definido no problema em que o *alfa=0,05*, constata-se que o valor-*p* da variável $x_1$ cereais=0,01087794, $x_2$ leguminosas=0,480684618, $x_3$ tubérculos=0,01219617, $x_4$ hortícolas=1,786470327 e $x_5$ fruteiras=0,839540789.

Por este teste, a produção de $x_1$ cereais e de $x_3$ tubérculos tem influência significativa sobre o volume de vendas de produtos agrícolas. A produção das demais variáveis, $x_2$, $x_4$ e $x_5$, pelo facto de terem valores-*p* maiores do que o nível de significância *0,05* não tem influência significativa sobre o volume de vendas de produtos agrícolas no ano agrícola 2016/2017.

## 4. Discussão

Estudos que abordam a questão da comercialização de produtos agrícolas com enfoque na realidade de comunidades angolanas e emprego de ferramentas estatísticas de previsão e decisão são escassos na literatura, e, apesar das definições claras distinguindo os conceitos de validação e de interpretação dos coeficientes dos modelos de regressão linear, é ainda comum encontrar incorreções na denominação e análises estatísticas.

Nesta secção procede-se à discussão dos resultados apresentados através das equações estimadas. A discussão incide sobre os coeficientes angulares $\beta$ com um esforço de conjugar o exercício académico com a realidade empírica. Para o efeito, os dados a analisar foram transportados para a tabela seguinte, a partir da qual se procede a referida reflexão.

Tabela 3: variáveis $x_i$, coeficientes $\beta_i$, médias da produção e agregados familiares

| **Variáveis ($X_i$)** | **Coeficientes ($\beta_i$)** | **Média da produção anual em AKZ** | **Agregados familiares Praticantes** |
|---|---|---|---|
| Cereais ($X_1$) | 23,08673525 | 1045,4520 | 84 |
| Leguminosas ($X_2$) | -66,82919155 | 210,6154 | 26 |
| Tubérculos ($X_3$) | 40,83702635 | 1371,7060 | 17 |
| Hortícolas ($X_4$) | 315,3002076 | 522,1875 | 16 |
| Fruteiras ($X_5$) | 0,833262657 | 4936,0000 | 5 |

Fonte: elaboração própria com base nos dados dos inquéritos e regressão

Se não houver produção de cereais, leguminosas, tubérculos, hortícolas e frutas, o volume de vendas será negativo, dando resultados que apontam mais para prejuízos do que ganhos. Estes prejuízos podem traduzir-se em dívidas. Na ausência de entidades credoras, há o risco de a

vida ocorrer sob uma situação de indigência. Aqui está demonstrada a vulnerabilidade económica a que estão sujeitas as comunidades estudadas. Para a reversão desta situação é necessário garantir níveis de produção tais, que os valores absolutos de todos os coeficientes angulares $\beta$ sejam significativamente superiores ao valor absoluto da interseção.

As comunidades agro-pastoris do centro-sul de Angola podem investir em todas as culturas cujos coeficientes angulares são positivos. Porém, o valor negativo da interseção sugere um investimento relativamente maior naquelas culturas cujo coeficiente angular $\beta$ tem um valor absoluto inferior ao absoluto da interseção. São os casos dos coeficientes dos cereais $(x_1)$ e das fruteiras $(x_5)$.

Grosso modo, as variáveis $x$ têm influência significativa sobre o volume de vendas de produtos agrícolas. Porém esta influência está bastante subordinada à contribuição da produção de tubérculos e das hortícolas.

Os coeficientes angulares dos tubérculos e das hortícolas são os únicos indicadores, cujos aumentos no volume de vendas em função de um acréscimo das respectivas quantidades de produção, por mínimos que sejam não sofrem influência da negatividade da interseção. São as culturas, nas quais as famílias podem investir com possibilidades de aumentar rapidamente os níveis de retorno financeiro e alavancar as economias locais. Esse investimento pode ser feito por via do aumento do número de agregados familiares na produção, de formas a superar a quantidade de mão-de-obra envolvida, por exemplo, na produção de hortícolas onde dos 88 agregados familiares que constituem a amostra, estão apenas 16 (18,18%) a produzir hortícolas e 17 (19,32%) a produzir tubérculos e raízes (batata-rena, batata-doce, mandioca e inhame).

A produção média dos cereais permite, igualmente, a capitalização da actividade para reverter os efeitos negativos da interseção. Essa capitalização pode ser feita através do aumento de factores de produção no cereal mais rentável.

Reconhece-se a influência que a natureza e o mercado exercem sobre a agricultura. Porém, a produção agrícola é, ainda, das poucas variáveis cujo manuseamento está em grande medida, ao alcance dos produtores em causa. Só por via dela, têm a possibilidade de aumentar o grau de influência sobre o volume de vendas dos seus produtos. A percentagem de variações do volume de vendas de produtos agrícolas explicadas por factores que não estão sob seu controlo é elevada, deixando-os mais vulneráveis às forças do mercado. É por via da elevação dos níveis de produção que se pode reduzir a sua vulnerabilidade económica para seu benefício.

**5. Conclusões**

As comunidades agro-pastoris da região centro-sul de Angola produzem uma diversidade de culturas, mas estas não têm uma importância uniforme e linear no mercado.

Existe uma correlação moderada positiva entre o volume de vendas de produtos agrícolas e as culturas agrícolas estudadas como, cereais (milho, massambala e massango), leguminosas (feijão, amendoim e soja), tubérculos (batata-rena, batata-doce, mandioca e inhame), hortícolas (tomate, couve tronchuda, repolho, cebola, alho e cenoura) e frutas (manga, abacate, ananás, banana).

A produção de cereais, leguminosas, tubérculos, hortícolas e frutas teve influência significativa sobre o volume de vendas de produtos agrícolas nas comunidades agro-pastoris da região centro-sul de Angola, no ano agrícola 2016-2017.

Dadas as condições de escolaridade dos agregados familiares que constituem as comunidades rurais de Angola, a aplicação da regressão linear simples e múltipla na previsão nas decisões de investimento dos produtores agrícolas em culturas de maior rentabilidade económica e financeira pode ser útil em processos de desenvolvimento comunitário e empresarial. Com efeito, deve contar com assessoria técnica externa.

Os organismos de intervenção comunitária (Estado, ONG, igrejas e empresas) são convidados a se empenharem no estudo das especificidades económicas das comunidades de produtores agro-pastoris do país, de tal forma que as políticas possam estar alinhadas com os seus perfis produtivos. Assim, ao invés de apoiar a produção de forma genérica, podem direccionar os apoios para as culturas que, em termos previsionais, proporcionam mais rendimento económico e financeiro aos produtores.

Sugere-se que outros estudos desta natureza sejam realizados com maior abrangência amostral para que os seus resultados possam ser generalizáveis às respectivas comunidades.

**Referências**

1. Crespo, A. A. (2004). *Estatística fácil*, 18.ª ed. SP – Brasil: Saraiva.
2. Decreto Presidencial n.º 28/14 (2014). *Estratégia Nacional de Comércio Rural e Empreendedorismo.* Diário da República de Angola, I Série – N.º 28.
3. Melo, A. M. (2009). *Análise da correlação e regressão linear simples: Contabilometria Aplicada em Indicadores Economico-financeiros de 2009 das Empresas de Capital Aberto do Segmento de Construção Civil Integrantes do Novo Mercado. Congresso UFSC de Controladoria e Finanças e Iniciação Científica em Contabilidade*, Brasil.
4. Ministério do Comércio, MINCO (2016). *Proposta de reestruturação do Programa de Aquisição de Produtos Agrícolas*, Luanda. Documento de Trabalho. Manuscrito.

5. Pedrosa, A.C. e Gama, S. M. A. (2014).*Probabilidade e estatística*. Teoria e prática com Excel, Plural Editores, Porto, Portugal.
6. Sell, I. (2005). *Utilização da regressão linear como ferramenta de decisão na gestão de custos*. IX Congresso Internacional de Custos, Florianópolis, SC, Brasil.
7. Stevenson, W. J. (2001). *Estatística aplicada à administração*. São Paulo – Brasil: Harbra.
8. Viali, Lori (s/d). *Correlação e regressão. Série estatística básica*, texto V. UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

# COST X-EFFICIENCY AND SCALE EFFICIENCY IN THE ANGOLAN BANKING SECTOR

MANUEL MARIA DIAS [1]

The objective of this paper is to analyse the Cost X-efficiency and Scale efficiency in the Angolan banking sector over the period 2007-2017. For this purpose, it was applied the Stochastic Frontier Approach (SFA) method, with the distribution of inefficiency in two forms, namely: Half-Normal and Truncated-Normal distributions. The sample consists of 22 commercial banks, which comprises of 184 observations. The results show that the Half-Normal and Truncated-Normal models have a Cost X-efficient of 83%, respectively. The results also reveal that foreign private banks are the most efficient and the least efficient are state-owned banks. In the second stage, it was analysed the effect of control and market variables on Cost X-efficiency and the results shows that non-performance loans , liquidity risk, oil exports, GDPpc and bank nationalization influences the Cost X-efficiency. The results shows that in a global analysis, Angolan banks operate at the optimal scale, representing an overall Scale Efficient of one (1). When the sample is divided into groups, it was observed that small banks operate on a Scale Efficient of one (1). As for shareholder ownership banking, private domestic banks operate at a constant return to scale.

Keywords: Cost X-efficient; Scale Efficient; Stochastic Frontier Approach; Angolan Banks

## Introduction

The efficiency of commercial banks has been subject to academic research for many years. The evidences show that initially most banking efficiency studies were conducted in the US and Europe. Nowadays the banking systems of the developing countries have started to be

[1] Assistant professor of University of José Eduardo dos Santos, Faculty of Economics of Huambo.
Email: diasmanuel82@gmail.com/d37881@alunos.uevora.pt.
Contact: 923822736/990822736

conducted by several researchers, this is justified by the concern that the growth of the economy cannot be carried on without the reformulation of the banking sectors, the legal and financial structures.

In Angola the credit is the main financing instrument of the economy and this sector has been growing quickly, since 2002 after the end of the civil war, but in real terms its impact is hardly visible. The bureaucratic situation, public sector culture and strict compliance with banking rules have been to contribute to the poor performance of this sector (Ferreira & Oliveira, 2015; 2018). On the other hand, it is highlighted the effect of the economic and financial crises, especially the one that started in 2014, and made banks stop exercising their true role, which is the sale of money, focusing on foreign currency buying and selling business (foreign exchange). As consequence, the gross interest margins slowed down its positive effect on the formation of net income for the year. Also within this period, we highlight the years 2015-2016, where banks had high deposit levels, on average 60% and 73.2%, respectively and low levels of loans, on average 28.9% and 35,1%, respectively and as a result of high liquidity levels, estimated at 19.6% and 16.1%, respectively, which is not normal for banking activity[2].

To this situation of the Angolan banking sector, the following hypotheses were raised: how to characterize the Cost X-efficient and Scale Efficient of Angolan banks? What is the behaviour of Cost X-efficient and Scale Efficient in the period 2007-2017? What are factors influence the Cost X-efficient of Angolan banking?

In order to respond to the questions above, the following objective was set as to analyse the Cost X-efficiency and the Scale efficient in the Angolan banking sector.

This paper has three originals contributions: *i)* It is the first paper that measures the Cost X-efficiency and the Scale Efficient in Angolan banking; *ii)* It is the first applies the SFA model to Angolan bank data and *iii)* It is uses the most recent data Angolan banking sector.

After the introduction, this paper presents in section 2: Describes the main theoretical contributions of Cost X-efficient and Scale Efficient in Angolan banking; section 3 presents the applied methodology and data selection process; section 5: main findings and section 6: conclusions, policy implications and suggestions for future studies.

[2] Report of the Association of Angolan Banks 2016. Retrieved October 20, 2018 at https://www.bancosdeangola.co.ao/banks.

### 2.1 Concept of efficiency and its applicability in banking

The economic and financial efficiency of firms has been a research area since early times by various investigators and managers. In the 1950s, the first definition of technical efficiency was made by Koopmans (1951). Ferrell (1957) empirically developed efficiency measures from the concept defined by Koopmans. The combination of technical efficiency and allocative efficiency provides the measure of economic efficiency (Coelli et al., 1998) and Leibenstein (1966) introduced for the first time in the literature the concept of Cost X-efficiency.

Likewise, the efficiency of banks has been subject to academic research for several years. The vast majority of banking studies have been conducted in the US and Europe (Kwan, 2006) and recently in developing countries. Thus, the applicability of the banking efficiency concept is notable (see: Martins, 2012; Maudos et al., 2002; Berger & Mester, 1997; Aboagye-Debrah, 2007 and Adjei-Frimpong, 2013). The author's further state that the definition of cost and profitable efficient and banking respectively corresponds to two important economic objectives: cost minimization and profit maximization. Banking efficiency is usually defined in three measures, namely: efficient profit, alternative efficient profit and Cost X-efficient.

In this study, the Cost X-efficient measurement is developed, being the main variable that is used to measure efficiency in most studies that report efficiency in the banking sectors.

In the banking context, Cost X-efficiency measures the distance between a given bank's spending against best practices industry or the minimum cost of production that would be spent if the bank were efficient against the sample best practices and some exogenous variables to predict the current cost adjusted for random error (Berger & Mater 1997; Martins, 2012).

Cost X-efficient is the proportion of costs or resources that are used efficiently: A ratio 80% Cost X-efficient indicates that the bank is 20% less efficient than best banking practice, operating under the same conditions of the sample banks. The Cost X-efficiency theoretically ranges from (0 to 1), where 1 is equal to best banking practice within the observed data. One of the limitations of Cost X-efficiency is that its estimation simply measures best practice from all banks in the sample. Best banking practices alone may not be efficient compared to out-of-sample banks (Sokic, 2015: Fu & Heffernan, 2007; Berger & Mester, 1997).

Cost X-efficiency differs from Scale Efficient in that it is limited to a given output level, while Scale Efficient attempts to determine a lower cost scale and the boundary mix of a

given output by considering the firm as if it were operate within the optimal efficient frontier (Berger & Humphrey, 1993).

### 2.2 Concept of Scale Efficient and its applicability in banking

The discussion of firm efficiency can be analysed according to the technological frontier and the price level of inputs and outputs. The analysis assumes that a firm is technically and allocative efficient but may not operate at the optimal operational scale. There are two cases of Scale efficient analysis: the first is a small firm that has an increasing return scale and operates on the smallest operating scale. In this context, management could efficiently use resources to increase the unused return scale and the second case is for a larger firm and operates within the decreasing return scale (Ferrell, 1956; Coelli et al., 1998).

To Altunbas et al. (2000) and Mahajan et al. (1996), the measure of the Scale Efficient is given by the following cost elasticity, differentiating from the cost function. Economies of scale occur when a firm intends to expand production capacity, when the increase in the total quantity of products without in return increases the cost of production, as a consequence of the lower average cost (Martins, 2012).

The concept of Scale Efficient is also applicable in the banking context. In this sense, a bank is said to operate on an Scale Efficient if it has the ability to reduce the average cost of production against the increase in outputs, in other words, the Scale Efficient exists if an increase in all outputs leads to a less than proportional increase average cost (Yang, 2012; Margono et al., 2010).

The Scale Efficient of a bank is measured as follows: if the Scale Efficient (SE) is greater than one, the bank exhibits a decreasing return scale; if the SE is less than one, the bank exhibits increasing return scale, which implies diseconomies of scale and if SE equals one, the bank exhibits constant return scale (Margono et al., 2010; Altunbas et al., 2000). One of the major difficulties in measuring Scale Efficient banking result from the difference that the largest banks produce a variety of products that have different technologies or different degrees of cost dispersion compared to smaller banks, and this may create limitations in the analysis Scale Efficient measurements.

### 2.3 Review of methods used in efficiency studies

For several years, two main approaches to measuring efficiency have been developed: deterministic or nonparametric approach, that assumes that the banks use technology and costs common against the production frontier and all deviations in firm performance are attributed to the relative efficiency variation this common boundary and the econometric or parametric approximation that assumes that firms can deviate from the minimum cost attainable for exogenous reasons and through the effect of inefficiency (Al-jarrah et al., 2017; Erkoc, 2012). The notable difference between parametric and nonparametric approaches is that parametric methods assume the error component in boundary estimation frontier efficient, whereas nonparametric methods assume that random error does not exist, thus neglecting the importance of specifying best practice of the bank (Huljak, 2015).

The most used nonparametric model for analysis efficiency is Data Envelopment Analysis (DEA), and for parametric methods, the following stand out: Distribution Free Approach (DFA), Thick Frontier Approach (TFA) and Stochastic Frontier Approach (SFA) ) (see: Fu, 2004; Berger & Mester, 1997; Berger & Humphrey, 1993; Coelli et al., 1998; Chen et al., 2014).

The Frontier Approach Analysis (SFA) method which is motivated by the theoretical ideas that economic agents can exceed the ideal frontier and the deviations to the extremes that represent individual inefficiency. From a stochastic point of view, this model has been implemented by means of regression models, characterized by the composition of the term error, in which the classic idiosyncratic disorder points to error capture and other noise, including the unilateral distribution representing inefficiency (Belotti et al., 2012). The SFA method generally assumes that inefficiency follows a somewhat normal asymmetric distribution and random error follows a normal symmetrical distribution. Both are orthogonal to the exogenous variables of the cost function (Berger & Humphrey, 1993). The model parameter can be used to estimate specific efficiency bank and error distribution mean and generally used for mean inefficiency (Berger & Mester, 1997).

The SFA method was developed by Aigner et al (1977) stimulated by works Ferrell in 1957. This new model involves the specification of error. The term error is the result of the two-component effect, where the error component represents the symmetrical distribution assumed to be independently and identically distributed and the inefficiency component is assumed to be asymmetrically distributed and reflects the fact that each output of a firm can be positioned below or above the stochastic frontier. Still for the authors, some deviations are results of factors that are under the control of the firm, such as technical inefficiency, which is

a consequence of less efforts of employees in the production process. But it must be emphasized that the frontier itself may vary randomly depending on the firm's inputs and outputs or over time.

Like the DEA, the SFA model is the most applied parametric model in banking efficiency studies (see: Nurboja & Kosâk, 2017; Belotti et al., 2012; Barros & Williams, 2013; Fu, 2004; Brissimis et al., 2010; Maudos et al., 2002; Altumbas et al., 2000; Andries & Cãparu, 2012; Weill, 2009; Pasiouras, 2009; Margono et al., 2010; Al-jarrah et al., 2017; Aiello & Bonanno 2016 ; Liadaki & Gaganis, 2010; Barros & Wanke, 2014; Niţoi & Spulbar, 2015; Vennet, 2000; DeYoung et al., 1998; Schmidt & Sickles, 1984).

Studies by various authors in the banking sector help to identify the advantages and disadvantages of each of the above methods. Berger & Humphrey (1993) state that there is no simple rule for determining which of these methods best develops the true nature of bank data. The problem would be if all methods came to the same conclusion. Fortunately, this is not the case. The choice of method measures seems to affect the level of inefficiency. Studies by the same authors conclude that studies applying SFA, TFA and DEA in banks usually find average inefficiency ranging from 20 to 25% of costs, while for authors using DEA their results indicate a range between 10% to 50%.

### 2.4 Review of empirical studies on banking efficiency

The evidence shows that initially most of the bank efficiency studies were done in the US and Europe. Nowadays the banking systems of developing countries have started to be researched by many investigators. This is justified by the concern that economic growth cannot be continued without the reformulation of the banking sectors, legal and financial structures.

Some studies on efficiency in developed countries show that the average level of efficiency in developed countries ranges from 49.6% to 94% and the average Scale Efficient is less than one (1) (See: Maudos et al., 2002; Huljak 2015; Tsionas et al., 2015; Karafolas & Mantakas, 1996; Liadaki & Gaganis, 2010; San-Jose et al., 2014; Nurboja & Košak, 2017; Sokic, 2015; Tsionas et al., 2015; Williams, 2004; Řepková, 2015; Gunes & Yildirim, 2016; Aiello & Bonanno, 2016; Martins, 2012; Berger & Humphrey, 1993; Berger & Mester, 1997; Mahajan et al., 1996; Drake & Hall, 2003; Altunbas et al (2000; Tsionas & Mamatzakis, 2017; Wanke et al., 2016).

Some studies in emerging countries show that the average level of efficiency ranges from 30% to 89.7% (see: Bonin et al., 2005; Degl et al., 2017; Wanke et al., 2017; Niţoi & Spulbar , 2015; Fu, 2004; Berger et al., 2009; Yang, 2012; Fu & Heffernan, 2007; Kwan, 2006; Drake et al., 2006; Badunenko & Kumbhakar, 2017; Barros & Williams, 2013; Barros & Wanke, 2014; Tsionas & Mamatzakis, 2017).

Efficiency studies in developing countries show that the average level of efficiency ranges from 66% to 91% (see: Macanda, 2015; Tsionas & Mamatzakis, 2017; Huljak, 2015; Margono et al. , 2010; Al-Jarrah et al., 2017; Huang & Chung, 2017; Pasiouras et al., 2009; Doan et al., 2018; Miah & Uddin, 2017; Al-Gasaymeh, 2016; Macanda, 2015; Berger, 2007; Tsionas & Mamatzakis, 2017; Khan, et al., 2017).

The factors and variables affecting Cost X-efficiency in developed countries are as follows: asset risks, financial crisis, bad credit, bank size, credit risk, number of workers per branch, bank ownership, and the quality of credit. Studies in emerging and developing countries add: foreign banks, regulatory factors, privatization of banks, regulation and supervision, socioeconomic and demographic variables.

## 3. Methodology and Data

The bank cost measurement is determined through the approximation of the cost of the optimal frontier, given the best practices of the sample, in other words, the banks with the lowest market cost compared to the same amount of output produced under the same market conditions.

This concept is measured from a frontier, where a determined bank uses inputs and outputs. But the frontier outputs may exceed the value of the production function (called the deterministic frontier), because banking is associated with favourable conditions and, in this situation, the observed errors are positive. However, it may be the case that the inputs used by banks correspond to a potential output, which is less than the cost value of the deterministic function. In this condition, banking activity is associated with unfavourable conditions, which makes the random errors observed in banking activity to be negative. In both cases, the observed frontier cost values would be positioned around the deterministic cost function of all banks in the sample (Battese, 1992).

### 3.1 Meted of the Stochastic Frontier Approach

In general the version of the equation used to measure bank cost is as follows:

$$TC_{i,t} = C(y_{i,t}; w_{i,t}) + \varepsilon_{i,t}, \qquad i = 1, 2, \ldots, N; \; t = 1, \ldots, T. \qquad (3.1)$$

Or,

$$\ln TC_{i,t} = \ln C(\ln y_{i,t}; \ln w_{i,t}) + \ln \mu_{i,t} + \ln \nu_{i,t}, \qquad i = 1, 2, \ldots, N; \; t = 1, \ldots, T. \qquad (3.2)$$

This model derives from the independent studies proposed by Aigner et al. (1977) and Meeusen & van Den Broeck (1977). Where *i* represents a particular bank and t has a certain period. $CT_{it}$ it is the Total Cost or the natural logarithm of the Total Cost of bank *i* at time *t*; $w_{it}$ it is the input price or logarithm of the input price of bank *i* at time *t*; $y_{it}$ it is the amount of output or logarithm of output from bank *i* at time *t*, and the term error $(\varepsilon_{it})$ of the cost function is assumed as follows:

$$\varepsilon_{i,t} = u_{i,t} + v_{i,t}. \qquad (3.3)$$

Where $V_{it}$ is not correlated with $w_{it}$ and $y_{it}$, and $u_i$ represents inefficiency.

In this sense, the cost X-efficient is defined as the expected minimum cost that would be used if the bank were efficient against the best practices of the sample, having the same endogenous variables (w, y) for the current cost, adjusted for random error. Thus, following Solís & Maudos (2008), the following measure the Cost X-efficiency of a given bank:

$$CEF^{C}_{i,t} = \frac{C^{\min}}{C_{i,t}} = \frac{\exp\left(f\left(y_{i,t}; w_{i,t}\right)\right)\exp\left(\ln v_{i,t}\right)}{\exp\left(f\left(y_{i,t}; w_{i,t}\right)\right)\exp\left(\ln u_{i,t}\right)\exp(\ln v_{i,t})} = \exp(-\ln u_{i,t}). \qquad (3.4)$$

Where: $C^{min}$ is the minimum cost used by sample best practice banks; $C_i$ is the current cost, $v_{it}$ it is the minimum error of all banks in the sample, and $u_i$ it is the current Cost X-inefficient cost of each bank *i* in the sample

The above model has been applied and modified in several studies and they give different treatment to the term inefficiency$(u_{it})$, in function its behaviour in time and its distribution. For example, some authors consider non-variation of time inefficiency (see: Kumbhakar, 1990; Battese & Coelli, 1992; Greene, 2005) and others consider variation of time inefficiency (see: Battese & Coelli, 1988; Pitt & Lee, 1981; Greene 2005). In this paper both ways of considering inefficiency in time were used. Thus it was used the model with the Truncated-Normal distribution by Bettase & Coelli (1992) and the model the Kumbhar

(1990), with Half-Normal distribution both models took into account the variation of inefficiency over time. We also used the model with the Truncated-Normal distribution by Battese & Coelli (1988) and the model with the Half-Normal distribution by Pitt & Lee (1981) both models considers inefficiency to be invariant in time.

### 3.2 Stochastic frontier Approach method specification

In accordance with the literature studied, Cost X-efficient estimation models have adopted two functions: the Fourier-flexible functional function and the translogo function. The former requires more degrees of freedom, but with few banks or with a short history, adopting this model the Angolan reality could make the analysis of efficiency difficult. For this, the translogo function was applied in this paper following (Fu & Heffernan 2007; 2009; Altunbas et al., 2000), as follows:

$$\ln TC_{i,t} = \alpha + \sum_{p=1}^{3} \gamma_p \ln y_{p_{i,t}} + \sum_{n=1}^{3} \beta_n \ln \frac{w_{n_{i,t}}}{w_{3_{i,t}}} + ,\ldots, + \frac{1}{2}\sum_{p=1}^{3}\sum_{q=1}^{q} \phi_{pq} \ln y_{p_{i,t}} \ln y_{q_{i,t}} + \frac{1}{2}\sum_{n=1}^{3}\sum_{m=1}^{q} \theta_{nm} \ln \frac{w_{n_{i,t}}}{w_{3_{i,t}}} \ln \frac{w_{mi,t}}{w_{3i,t}} + \ln u_{i,t} + \ln v_{i,t.} \quad (3.8)$$

Where: $CT_{it}$ it is the natural logarithm of the total cost of bank *i* at time *t*; $y_1$, $y_2$ and $y_3$ are the natural logarithms of the three outputs obtained by bank *i* at time t; $w_1$, $w_2$ and $w_3$ are natural logarithms of the three price factors of bank *i* at time *t;* and α, β, ϕ, θ and γ are the parameters to be estimated.

To homogenize input price factors using the wage price factor of employees$(w_3)$, this normalization is necessary to ensure that the costs used by various banks with different dimensions do not vary.

The literature also presents two different approaches to measuring banking services, such as: production approach that employs capital and labour to produce both deposits and loans. The intermediate approach considers banks to be financial intermediaries that receive deposits to offer to borrowers in the form of loans. In this sense, outputs are treated as stock and measured by the value of loans and total costs include operating costs. In this paper an intermediate approach was applied, following (Fu & Heffernan, 2007; Altunbas et al., 2000; Berger, 1993).

To determine the effect of control and market variables on efficiency, in second stage estimation the equation was presented below:

$$CEF_{i,t} = \alpha + \rho_1 EMP_{i,t} + \rho_2 Rliq_{i,t} + \gamma \frac{y_{2_{i,t}}}{z_{i,t}} + \varphi_1 Export_{petr_{i,t}} + ,...,+$$

$$\varphi_2 PIB_{pc_{i,t}} + \lambda BN + \pi_1 2008 + \pi_1 2014 + \varepsilon_{i,t.} \qquad (3.9)$$

Where CEF is Cost X-efficient; NPL is the Non-performance loan; Rliq is the liquidity risk; $y_2$/z is assets risk; BN is a dummy variable, where one (1) represents the nationalized banks and zero (0) others; $EXPORT_{petr}$ are petroleum exports; $GDP_{perc}$ is the Gross Domestic Product per capita and α, ρ, γ, φ and τ are parameters to be estimated.

### 3.3 Scale Efficient Measurement

The Scale Efficient (SE) is determined as a function of each bank's outputs and the respective input price factors. A Scale Efficient measure (SE) is given by the second derivative of the elasticity of the cost function, with respective input price factors presented in equation (13). For this, was followed the methodology used by Goldberg & Rai (1996); Fu & Heffernan (2009), where the Scale Efficient is determined as follows:

$$EEF_{i,t} = \sum_{i=1}^{3} \frac{\partial \ln TC_{i,t}}{\partial \ln y_{i,t}} = \alpha + \frac{1}{2}\sum_{p=1}^{3}\sum_{q=1}^{q} \Phi_{pq} \ln y_{p_{i,t}} \ln y_{q_{i,t}} + \frac{1}{2}\sum_{n=1}^{3}\sum_{m=1}^{q} \theta_{nm} \ln \frac{w_{n_{i,t}}}{w_{3_{i,t}}} \ln \frac{w_{m_{i,t}}}{w_{3_{i,t}}} + \varpi \ln z_{i,t} = 1 \qquad (3.10)$$

Where ∂lnTC is the natural logarithm of the second derivative of the multiple output cost function; y is the vector of outputs; lnz is the natural logarithm of the size of bank *i* at time *t*; and α, ϕ, and θ are parameters to be estimated and one (1) is a constraint of the Scale Efficient function, where: If SE is less than 1, then it is facing the increasing returns scale; if SE is equal to 1, then if it is before the constant returns scale and if SE is greater than 1, then it is before the decreasing return scale, thus implying diseconomies of scale.

### 3.4 Definition of variables in the study of Cost and Scale Efficient

In the model SFA the variables were used are following: Total costs (TC) - is the sum of the costs of deposits, personnel costs and depreciation costs. The outputs used are as follows: Deposits $(y_1)$ - is the sum of short and long term deposits; Loans $(y_2)$ - is the sum total of loans granted to customers, companies and states, and Bank Income $(y_3)$ - is the banking

income before operating costs. The inputs used are as follows: staff cost $(w_1)$ - is the ratio of the sum of staff cost to assets; Fixed asset cost $(w_2)$ - is the ratio of total fixed asset expense to total fixed asset. Total assets equals gross assets minus depreciation or amortization and total fixed asset expenses equals depreciation in a given period and cost of funds $(w_3)$ - is the ratio of total borrowing expenses to the total credit given to the economy.

The literature consulted presents several factors specific to the banking sector. In this paper, the following variables were selected: Nonperforming loans (NPL): is the ratio of loan provisioning to total loans. Liquidity risk (Rliq): it is the ratio of cash and total assets, this variable was used to contain liquidity risk, knowing that ensuring liquidity is a cost to banks as well as high volumes of cash represents high risk. It was also analysed the loan-to-asset ratio (E/z), which measures asset risk.

The Nationalized Banks (BN): it was included for reasons of not registering in the previous studies the inclusion of this variable significant effect on Cost X-efficiency.

The banking dimension (z): is measured by the natural logarithm of total assets. Bank assets are included to contain the difference between banks, induced by bank size in Scale Efficient. Time (Tend): Included is the trend which is a time measure and serves to capture the technological and crisis effect on the Angolan banking sector.

This paper includes two market variables, namely: oil exports (EXPORToil): which is essential to study this variable, due to the excessive dependence of the Angolan economy on the oil sector and the Gross Domestic Product per capita (GDPpc): it is measured by ratio of gross domestic product to millions of kwanzas divided by total population.

### 3.5 Data

Study analysis covers the period 2007-2011. The data used were evaluated according to each bank included in the sample. For this purpose, all banks that did not present data for three financial years were excluded and banks with insufficient data in a given year were considered as missing data in the data panel, with this treatment it was possible to obtain a sample of 22 banks and were excluded 8 banks that do not meet the pre-established requirement for the study.

The data panel treatment yielded 185 annual observations, representing approximately 85% of bank assets in the period under analysis. The data were taken from the accounts and

management reports of the 22 banks published at the website of the Association of Angolan Banks. Data on macroeconomic variables were obtained from the Angolan State General Budgets for the periods under examination and from the Catholic University Economic Reports. The 22 banks studied in this which includes three (3) public banks, fifteen (15) national private banks and four (4) foreign private banks.

The table below presents the statistical description of all variables used in the econometric models developed above and measured in thousands of Kwanzas:

Table 1: Descriptive statistics of the variables used in the study of cost and scale efficient (measured in thousands of Kwanzas).

| Variable | Description | Mean | Standard-deviation | Min | Max |
|---|---|---|---|---|---|
| CT | Total costs | 157.975 | 246.10 | 0 | 985 |
| $y_1$ | Deposits | 90.06 | 200.75 | 0 | 999 |
| $y_2$ | Loans | 82.83 | 188.79 | 0 | 988 |
| $y_3$ | Gross Margin | 134.24 | 245.25 | -284 | 997 |
| $w_1$ | Price of employees | 0.049 | 0.374 | 0 | 5.766 |
| $w_2$ | Price of funds | 0.393 | 1.606 | 0 | 16.90 |
| $w_3$ | Price of fixed assets | 0.310 | 1.864 | 0 | 27.20 |
| $NPL$ | Non-Performance loans | 0.437 | 4.371 | 0 | 66.14 |
| $Rliq$ | Liquidity risk | 0.174 | 0.169 | 0 | 0.979 |
| $E/z$ | Asset risk | 0.04 | 1.81 | -5.6 | 6.5 |
| $EXPORT_{Oil}$ | Oil Exports | 0.236 | 1.130 | 3.237 | 8.516 |
| $GDP_{PC}$ | Gross Domestic Product per capita | 19.318 | 91.31 | 241.713 | 535.921 |

Source: Angolan Banks Association (Angolan Bank Account Reports: 2007 – 2017)

## 4. Empirical Results of the Cost Efficient

The Cost X-efficient was estimated through the translogo functional form of the cost function frontier and four specifications with different distributions were applied, namely: Kumbhakar's (1990) Model I the Half-Normal distribution; Battese & Coelli (1992) model II the Truncated-Normal distribution; Battese & Coelli (1988) model III the Truncated-Normal distribution and Pitt & Lee (1981) model IV the Half-Normal distribution, in a sample of 22 Angolan banks in the period 2007-2017.

Models I and II assume time-varying inefficiencies and have a log likelihood of -289.4460 and -289.4418, which is superior to models III and IV, which assumes that inefficiencies are time-invariant, with a log likelihood of -289.36. Nevertheless, it appears that there is no significant difference in log likelihood between the models. Overall, the models have a probability of $x^2$ less than 1%, which means that the input and output variables introduced into the models are statistically significant to explain the found levels of efficiency. The individual analysis of the inputs and outputs involved in the models shows that deposits, staff costs, difference in deposits, the cointegrated effect of deposits with banking income are the

main explanatory variables of bank inefficiency in Angola, at a level of 5 and 10%, As shown in table 2.

Table 2: Estimated Parameters of the Stochastic Frontier Model

| Variable | Parameters | Model I | Model II | Model III | Model IV |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Regression Coeficient and (P-Value) | Regression Coeficient and (P-Value) | Regression Coeficient and (P-Value) | Regression Coeficient and (P-Value) |
| $LCT$ | $\alpha_0$ | -7.301*** | 7.370*** | 7.65*** | 7.65*** |
| | | (4.33) | (5.28) | (5.14) | (5.28) |
| $ly_1$ | $\gamma_1$ | -1.312*** | -1.338*** | -1.34*** | -1.34*** |
| | | (-3.27) | (-3.35) | (-34) | (-3.40) |
| $ly_2$ | $\gamma_2$ | -0.327 | -0.330 | -0.33 | -0.33 |
| | | (-1.03) | (-1.03) | (-1.04) | (1.04) |
| $ly_3$ | $\gamma_3$ | 0.081 | 0.069 | 0.06 | 0.06 |
| | | (0.45) | (0.38) | (0.34) | (0.37) |
| $lw_1$ | $\beta_1$ | 0.583** | 0.609** | 0.61** | 0.61** |
| | | (1.80) | (1.94) | (1.95) | (1.95) |
| $lw_2$ | $\beta_2$ | -0.443 | -0.409 | -0.42 | -0.42 |
| | | (-1.09) | (-1.00) | (-1.05) | (-1.05) |
| $lw_3$ | $\beta_3$ | -0.112 | 0.072 | -0.08 | -0.08 |
| | | (0.34) | (-0.22) | (-0.25) | (-0.25) |
| $ly_1ly_1$ | $\Phi_1$ | 0.145 | 0.147* | 0.15* | 0.15 |
| | | (1.59) | (1.69) | (1.74) | (1.74) |
| $ly_1ly_2$ | $\Phi_2$ | 0.039 | 0.039 | 0.04 | 0.04 |
| | | (1.01) | (0.99) | (1.02) | (1.02) |
| $ly_1ly_3$ | $\Phi_3$ | 0.141** | 0.144** | 0.014** | 0.014** |
| | | (2.10) | (2.14) | (2.09) | (2.09) |
| $ly_2ly_2$ | $\Phi_4$ | -0.034 | -0.033 | -0.04 | -0.04 |
| | | (-041) | (-0.40) | (-0.49) | (-0.49) |
| $ly_2ly_3$ | $\Phi_5$ | 0.049 | 0.049 | 0.05 | 0.05 |
| | | (0.79) | (0.79) | (0.85) | (0.85) |
| $lw_1lw_1$ | $\emptyset_1$ | 0.047 | 0.045 | 0.04 | 0.04 |
| | | (0.58) | (0.55) | (0.54) | (0.54) |
| $lw_1lw_2$ | $\emptyset_2$ | -0.067 | -0.064 | -0.06 | -0.06 |
| | | (-0,85) | (-0.80) | (0.84) | (0.84) |
| $lw_1lw_3$ | $\emptyset_3$ | -0.077 | 0.087 | 0.08 | 0.08 |
| | | (0.87) | (-0.98) | (0.94) | (0.94) |
| $lw_2lw_2$ | $\emptyset_4$ | 0.059 | -0.068 | -0.05 | -0.05 |
| | | (-0.68) | (-0.83) | (-0.61) | (-0.61) |
| $lw_2lw_3$ | $\emptyset_5$ | 0.109 | -0.104 | -0.11 | -0.11 |
| | | (-1.17) | (-1.12) | (-1.19) | (-1.19) |
| $lw_3lw_3$ | $\emptyset_6$ | 0.050 | -0.05 | -0.04 | -0.04 |
| | | (-1.39) | (-1.43) | (-1.36) | (-1.36) |
| $\lambda$ | | 0.17 | 0.17 | 0.21 | 0.10 |
| $\sigma$ | | 1.578 | 0.49 | 0.04 | |
| $\sigma_u$ | | 0.22 | 1.561 | 0.07 | 0.28 |
| $\sigma_v$ | | 1.25 | 1.599 | 1.57 | 1.57 |
| | | Estimação da eficiência média | | | |
| Média | | 0.83 | 0.83 | 0.79 | 0.90 |
| DP | | 0.052 | 0.125 | 0.04 | 0.03 |
| Min | | 0.72 | 0.33 | 0.61 | 0.83 |
| Max | | 0.88 | 1.96 | 0.87 | 0.93 |
| ›g Likelihood | | -289.4460 | -289.4418 | -289.36 | -289.36 |
| $x^2$ | | 336.45*** | 339.63*** | 337.62*** | 337.65*** |
| Prob > $x^2$ | | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 |

Note: Model I is from Kumbhakar (1990); model II is by Battese & Coelli (1992); Model III is by Battese & Coelli (1988) and Model IV by Pitt & Lee (1981). Models I and III have a half-normal distribution and models II and IV have a half-truncated distribution. T-statistic in parentheses estimates *, ** and *** the significance level of 10%, 5% and 1% respectively. The following is the descriptive efficiency statistics for each model and finally model validation elements.

The $\lambda$ estimated represents the level of cost X-inefficient. For this purpose, models with the specification of the Half-Normal and Truncated-Normal distribution with time-varying inefficiency have an inefficient cost level of 17%. And when inefficiency is time-invariant, the Half-Normal model has an inefficient cost of 10% and the Half-Truncated model has an cost inefficient cost 21%.

Based on the estimation of inefficiency (μ), the cost X-efficient level of the Angolan banks was estimated and the results show that the average cost X-efficient level in the Half-Normal and Truncated-Normal distribution models with time-varying inefficiency is 83%. For models

with invariant time inefficiency, the efficiency level is 90% for the Half-Normal model and 79% for the Truncated-Normal model.

The cost-efficient average found in the Half-Normal and Truncated-Normal models with time-varying inefficiency is acceptable and converge with the results found by (Nurboja & Košak, 2017; Macanda, 2015; Tsionas & Mamatzakis, 2017; Barros & Williams, 2013; Huljak, 2015; Fu & Heffernan, 2007) in the countries of eastern Europe, Angola, Mexico, China and Croatia and are below the average cost X-efficiency found by (Berger et al., 2009; Margono et al., 2010; Al-Jarrah et al., 2017; Huang & Chung, 2017; Pasiouras et al., 2009; Weill, 2009; Doan et al., 2018; Sokic, 2015; Andries & Cpraru, 2012;) on China, Indonesia; in East and North Africa; in Taiwan; Serbia and Montenegro and in the member and non-member countries of the European Union. In this case, it can be said that the average level of cost efficiency fits within those results found at the level of developing countries[3].

The concept of cost X-efficient is defined as a function of optimal cost. For the specific case, it can be said that the cost X-efficient average of Angolan banks varies from 79% to 90%, "depending on the form of variation or not inefficiency over time". But here, we emphasize the Cost X-efficient average presented by models that consider the time-varying inefficiency, which is 83%, which means that Angolan banks have to improve their cost application by 17% to achieve bank performance best practices, producing the same amount of goods and services provided under the same market conditions.

The results in the table below show the Cost X-efficient average in function of bank share ownership (publicly owned banks, national privately owned banks and foreign private owned banks) and for each year of study using the result of the model Truncated-Normal distribution of the Coelli & Battese (1992), who considers variant inefficiency in time.

Table 3: Average overall Cost X-efficiency by type of bank property and over Period

| Years | Cost X-efficient | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Overall Banks | | Public Banks | | Domestic Banks | | Foreign Banks | |
| | Mean | SD | Mean | SD | Mean | SD | Mean | SD |
| 2007 | 0,86 | 0,03 | 0,83 | 0,06 | 0,86 | 0,04 | 0,94 | - |
| 2008 | 0,80 | 0,04 | 0,77 | 0,08 | 0,79 | 0,05 | 0,9 | 0,02 |
| 2009 | 0,82 | 0,03 | 0,81 | 0,07 | 0,81 | 0,05 | 0,87 | 0,04 |
| 2010 | 0,85 | 0,02 | 0,84 | 0,05 | 0,84 | 0,03 | 0,89 | 0,03 |
| 2011 | 0,89 | 0,01 | 0,87 | 0,03 | 0,87 | 0,02 | 0,93 | 0,02 |
| 2012 | 0,9 | 0,01 | 0,88 | 0,02 | 0,89 | 0,01 | 0,94 | 0,01 |
| 2013 | 0,88 | 0,01 | 0,86 | 0,03 | 0,87 | 0,01 | 0,93 | 0,02 |
| 2014 | 0,89 | 0,01 | 0,88 | 0,02 | 0,88 | 0,02 | 0,94 | 0,01 |
| 2015 | 0,87 | 0,01 | 0,85 | 0,03 | 0,86 | 0,01 | 0,92 | 0,04 |
| 2016 | 0,72 | 0,03 | 0,64 | 0,08 | 0,7 | 0,04 | 0,82 | 0,04 |
| 2017 | 0,71 | 0,03 | 0,67 | 0,01 | 0,69 | 0,04 | 0,81 | 0,05 |
| **Overall Mean** | **0,83** | | **0,80** | | **0,82** | | **0,89** | |

[3] The differences between the results of this research and the other researches, which served as comparisons, are based on the different applied approaches and different studied periods.

Note: BP - Public Banks; BPN - National Private Banks and Foreign Private Banks.

The results show that the most efficient banks in the sample are foreign private banks, with an average Cost X-efficient of 89% and public banks are the least efficient, with an average Cost X-efficient of 80%. These results are in line with those found by Gunes & Yildirim (2016) in Turkia, Sokie (2015) in Montenegro and Serbia and Fu & Heffernan (2004; 2007) China; Berger et al. (2009) also in China.

Over the period under analysis, the results showed that the Cost X-efficient ranged from 0.71 to 0.90. To prevent this situation, the Angolan State has implemented a set of regulatory measures to bring banking sector standards into line with international standards and as result in 2019 the closure of some Angolan banks such as: the *Banco Angolano de Negócio e Comercial* (BANC); Banco Mais S.A and Banco Postal S.A.

In the second stage, sought to determine the effect of market and control variables, such as: Non-performance loans (NPL), liquidity risk (Rliq), asset risk (E/z), oil exports ( Expotpetr), Gross Domestic Product per capita (GDPpc), the Dummy variable representing the nationalization of banks and the effects of economic and financial crises in 2008 and 2014 on cost X-efficiency, as reflected in the table below.

Table 3.4: Estimated econometric models in the second stage

| Variable | Parameters | Model I | Model II | Model III |
|---|---|---|---|---|
| | | Regression Coeficient and (P-Value) | Regression Coeficient and (P-Value) | Regression Coeficient and (P-Value) |
| *CEF* | $\alpha_0$ | 0.817*** (47.57) | 0.826*** (31.96) | 0.807*** (31.96) |
| EMP | $\rho_1$ | -0.0004 (-0.25) | -0.0007*** ( -2.63) | -0.0006** ( -1.67) |
| Rliq | $\rho_2$ | 0.099* (1.79) | 0.092*** (2.72) | 0.119*** (3.52) |
| E/z | $\gamma_1$ | 0.0004 (0.50) | 0.00001 (0.72) | 0.0006 (0.12) |
| EXPORTpetr | $\varphi_1$ | 0.055** (2.00) | 0.040 (1.25) | - |
| PIBpc | $\varphi_2$ | -0.011*** (-3.25) | -0.0009 ** (-2.18) | - |
| BN | $\lambda$ | 0.016 (0.71) | 0.01** (2.48) | 0.035*** (4.58) |
| 2008 | $\tau_1$ | -0.015 (-0.42) | - | - |
| 2014 | $\tau_2$ | 0.06** (2.47) | - | - |
| $R^2$ | | 0.26 | 0.27 | 0.27 |
| F-statistic | | 51.99*** | 630.87*** | 630.87*** |
| Prob-F | | 0.0000 | 0.000 | 0.000 |
| Teste de Reset | | | | |
| F-statistic | | 49.66** | 73.05** | 73.05** |
| Prob-F | | 0.02 | 0.01 | 0.01 |

Note: In the second stage estimation, the efficient cost used results from the Battese & Coelli (1992) model, which considers the fixed efficiency over time. In model II, the temporal Dummies variables that measure economic crises were excluded, and in model III, besides the exclusion of the temporal Dummies variables, the market variables were also excluded. T-statistic in parentheses estimates *, ** and *** the significance level of 10%, 5% and 1% respectively. The reset test was performed on the first and second models to determine the effect of per capita Gross Domestic Product and Petroleum Exports on cost efficient banking.

Estimated models are statistically significant with F-statistic likelihoods below 1% for all estimated models. Robust random effect models were used, and those with the most

consistent coefficients, in model II they were removed from the temporal dummy variables related to economic crises and in model III, in addition to the dummies, we also removed the variables market The coefficients of determination ($R^2$) are: 26% for model I and 27% for model II and III. This means that the independent variables included in the models have little explanatory power for the variation of efficiency in the three estimated models. A specification test was also performed to assess whether the GDPpc and Exportpetr variables are significant to explain the average efficient cost in the Angolan banking sector. For this purpose, the following hypotheses were raised: H0: $\varphi_1 = \varphi_2 = 0$; H1: $\varphi_1 \neq \varphi_2 \neq 0$, at a significance level of 5%, hypothesis H0 is rejected, which means that oil exports and GDPpc are statistically significant to explain the variation in Cost X-efficiency in Angolan banks.

Control and market variables are analysed using the Battese & Coelli (1992) Truncated-Normal model, which considers time-varying inefficiencies and the three other models were dispensed. The assessment of bank risk at the efficient average cost was made possible by including the variables Non-performance loans (NPL), liquidity risk (Rliq) and asset risk (y/z).

The results show that the NPL are statistically insignificant, when model I includes the temporal dummies and market variables and are statistically significant in models II and III, when excluding the variables specified in model I, at a level of confidence of 1 and 5% respectively. As for the Rliq, the three models have a positive and significant relationship at a confidence level of 1, 5 and 10%, respectively, which means that Angolan banks take less liquidity risks. Asset risk (y/z) is not statistically significant to explain the variation in the average Cost X-efficient in Angolan banking in the three estimated models.

The market variables included in the models are oil exports and gross domestic product per capita. Exportpetr has a positive and statistically significant effect on the average cost X-efficient in model I, at a confidence level of 5%. The GDPpc coefficient is statistically significant at a level of 1 and 5% respectively to explain the variation in average efficient cost.

It was sought to evaluate the effect of bank nationalization on cost X-efficiency. For this purpose, the dummy variable was defined, where the value one (1) represents the nationalized bank and zero (0) other non-nationalized banks. The results show that in model I the nationalization of a bank is not statistically significant to increase or decrease the likelihood of Cost X-efficiency, while in models II and III there is a likelihood that when a bank is nationalized it becomes efficient at a level of 1 or 5% confidence respectively. The analysis of

the financial crisis in cost X-efficient was made according to the years 2008 and 2014, years that marked the beginning of each economic and financial crisis worldwide. The crisis that started in 2008 had no effect on Cost efficiency. The crisis that started in 2014 had a positive and statistically significant effect at a confidence level of 5%.

### 4.1 Empirical Result of Scale Efficient

From the Cost X-efficient estimated by the Battese & Coelli (1992) SFA model, the Scale Efficient of the Angolan banks was determined. The Scale Efficient was analysed from two perspectives, in the first one the global Scale Efficient of the banks was determined and then the sample was divided into two groups, a sample group was estimated to determine the Scale Efficient of the small banks with a lower average or 110.17 and banks with assets in excess of these values in thousands of kwanzas are considered large banks, and the second part analysed the Scale Efficient as a function of private ownership of banks, or foreign private banks, domestic private banks and state-owned banks.

The table below summarizes the average Scale Efficient global, large banks, small banks and over the investigation period.

Table 4: Scale Efficient Analysis

| Years | Scale efficient | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | All Banks | | GB | | PB | | BP | | BPN | | BPE | |
| | Mean | SD | Mean | SD | Mean | SD | Mean | SD | Mean | SD | Mean | SD |
| 2007 | 1.22 | 0.11 | 0.68 | 0.013 | 1.2 | 0.14 | 1.42 | 0.37 | 1.21 | 0.21 | 1.09 | |
| 2008 | 0.92 | 0.07 | 1.00 | 0.26 | 0.9 | 0.07 | 0.86 | 0.29 | 0.98 | 0.07 | 1.37 | 0.39 |
| 2009 | 1.00 | 0.11 | 1.6 | 0.33 | 0.78 | 0.12 | 0.91 | 0.22 | 1.1 | 0.13 | 1.21 | 0.50 |
| 2010 | 1.00 | 0.11 | 1.9 | 0.06 | 0.94 | 0.14 | 0.83 | 0.52 | 1.1 | 0.13 | 1.12 | 0.32 |
| 2011 | 1.00 | 0.09 | 1.1 | 0.32 | 1.03 | 0.11 | 1.12 | 0.24 | 1.06 | 0.12 | 1.11 | 0.27 |
| 2012 | 1.00 | 0.08 | 1.08 | 0.24 | 1.11 | 0.11 | 1.24 | 0.29 | 1.04 | 0.11 | 1.21 | 0.28 |
| 2013 | 1.08 | 0.10 | 0.8 | 0.20 | 1.18 | 0.10 | 1.47 | 0.48 | 1.05 | 0.12 | 1.40 | 0.36 |
| 2014 | 1.00 | 0.10 | 0.74 | 0.17 | 1.23 | 0.11 | 1.27 | 0.34 | 1.02 | 0.13 | 1.35 | 0.32 |
| 2015 | 1.00 | 0.88 | 0.92 | 0.19 | 1.08 | 0.11 | 1.82 | 0.15 | 1.02 | 0.09 | 1.37 | 0.35 |
| 2016 | 0.93 | 0.093 | 0.90 | 0.22 | 0.95 | 0.12 | 1.05 | 0.41 | 0.97 | 0.09 | 1.14 | 0.24 |
| 2017 | 0.91 | 0.08 | 1.00 | 0.21 | 0.87 | 0.10 | 1.6 | 0.12 | 0.85 | 0.10 | 1.29 | 0.22 |
| **Overall Mean** | **1.00** | | **1.1** | | **1.00** | | **1.26** | | **1.00** | | **1.25** | |

Note: Large banks are those with an average of assets above 110.17 thousand Kuanzas; PB - Small Banks with average assets below 110.17 thousand Kuanzas; BP- Public Banks; BPN - National Private Banks and BPE - Foreign Private Banks.

The results show that Angolan banks in a global analysis operate at the optimum scale, representing an overall Scale Efficient of 1, with a standard deviation of 0.39, this is, they operate at a constant return scale, meaning that these banks can increase one unit (1) on outputs without necessarily increasing production costs. Over the period under analysis it was already found that in 2007, banks operated on a rising return scale and in 2008 a decreasing return on scale, here draws attention to the economic crisis that affected the world and in

particular Angola. From 2009, banks begin to operate at a constant return to scale until 2015, except 2013. Already in recent years banks are exploring an increasing return to scale. This is due to the economic crisis that began in 2014 and had a major impact on the Angolan economy.

The result shows that large banks have an Scale Efficient of 1.1, with a standard deviation of 0.40, that is, a decreasing scale return. Small banks have an scale efficient of 1.0, with a standard deviation of 0.409. The result of the Scale Efficient is consistent with the results of the studies by Karafolas & Mantakas (1996); Margono et al. (2010); Martins (2012); Drake & Hall (2003) and divergent from the studies by Altunbas et al. (2000), which concludes that all banks in Japan operated at scale inefficient during the period under study.

As for bank share ownership, the results show the declining return to scale for state and private foreign banks, while private domestic banks operate at a steady return to scale.

## 5. Conclusion

The analysis of Cost and Scale efficient in the Angolan banking sector in the period 2007-2017, was carried out using the Stochastic Frontier Approach method in Angolan banking data to determine the Cost and Scale efficient with two ways of distributing inefficiency in function of the variation of inefficiency in time, namely: the models with the Kumbher (1990) Half-Normal and the Battese & Coelli (1992) Truncated-Normal distribution. Both consider variant inefficiency over time. On the other hand, it used the models that consider the time-invariant inefficiency of Pitt & Lee (1981) with the Half-Normal distribution and Battese & Coelli (1988), with the Truncated-Normal distribution.

The results show that the Cost X-efficiency in Angolan banks is 83% for the Half-Normal and Truncated-Normal models, when inefficiency is variant over time. When inefficiency is time-invariant, the Cost X-efficiency is 79% for the Truncated-Normal model and 90% for the model with the Half-Normal distribution. The most efficient banks in the sample are foreign private banks, with an Cost X-efficient average of 89% and public banks are the least efficient, with an average Cost X-efficient of 80%. Over the period under assessment, the results showed that the Cost X-efficient ranged from 71% to 90%.

In the second stage, it was analysed the effect of control and market variables on Cost X-efficiency and the results show that variables that measure bank risk, such as Non-performance loan and liquidity risk, have a positive and significant effect on cost. while asset risk has no effect on bank cost. As for market variables, oil exports have positive and

statistically significant effects on Cost efficiency and GDPpc has a positive effect on Cost X-efficiency. The Dummy variable introduced measures the effect of nationalization of foreign private banks and the results show that when a bank is nationalized, its Cost X-efficiency increases, this is, the likelihood of operating at a more Cost X-efficient remains.

From the Cost X-efficient estimated by the Battese & Coelli (1992) SFA model, the Scale Efficient of the Angolan banks was determined. In a global analysis, Angolan banks operate at the optimum scale, representing an overall efficient scale of 1, that is, they operate at a constant return to scale. When the sample is divided into groups, it was observed that large banks operate on an inefficient scale of 1.1, while small banks operate on an efficient scale of 1.0. As for bank share ownership, the results show a diminishing return to scale for foreign state and private banks state, while domestic privately owned banks operate at a constant return to scale.

These results have political implications for Angolan banking, both in terms of bank regulation, as well as for managers and policymakers, and the banks in the sample studied are all inefficient and the Cost X-efficiency decreasing in recent years. It requires better performance of managers and optimization of the resources invested in the operational activity of banks and decision makers, exhaustively reviewing regulatory mechanisms and creating incentives to improve bank efficiency.

Two suggestions for future studies are presented in this paper: the first to evaluate the effect of competition on cost X-efficiency and vice versa and second to test the various hypotheses that relate market concentration and efficiency in Angolan banking.

**Bibliographies**

Aboagye-Debrah, k. (2007). *Competition, Growth and Performance in the Banking Industry in Ghana.* Thesis Doctor of Philosophy.

Adjei-Frimpong, K. (2013). *Bank Efficiency and Bank Competition: Empirical Evidence from Ghana's Banking Industry.* Lincoln University: Thesis Doctor of Philosophy .

Aigner, D., Lovell, C. A., & Schmidt, P. (1977). Formulation and Estimation of Stochastic Frontier Production Function Models. *Journal of Econometrics*(6), 21-37.

Al-Gasaymeh, A. (2016). Bank efficiency determinant: Evidence from the gulf cooperation council countries. *Research in International Business and Finance*(38), 214-223.

Al-Jarrah, I. M., Al-Abdulqader, K. S., & Hammoudeh, S. (2017). Cost-efficiency and financial and geographical characteristics of banking sectors in the MENA countries. *Applied Economics*(6846), 3524-3536.

Altunbas, Y., Liu, M., Molyneux, P., & Seth, R. (2000). Efficiency and risk in Japanese banking. *Journal of Banking & Finance*(24), 1605–1628.

Badunenko, O., & Kumbhakar, S. C. (2017). Economies of scale, technical change and persistent and time-varying cost efficiency in Indian banking: Do ownership, regulation and heterogeneity matter? *European Journal of Operational Research*(260), 789-803.

Barros, C. P., & Wanke, P. (2014). Banking efficiency in Brazil. *Journal of International Financial Markets, Institutions & Money*(28), 54-65.

Barros, C. P., & Williams, J. (2013). The random parameters stochastic frontier cost function and the effectiveness of public policy: Evidence from bank restructuring in Mexico. *International Review of Financial Analysis*(30), 98-108.

Battese, G. E. (1992). Frontier production functions and technical efficiency: a survey of empirical applications in agricultural economics. *Agricultural Economics*(7), 185-208.

Battese, G. E., & Coelli, T. J. (1988). Prediction of Firm-Level Technical Efficiencies With a Generalized Frontier Production and Panel Data. *Journal Econometrics*(38), 387-399.

Battese, G. E., & Coelli, T. J. (1992). Empirical Economics. *A Model for Technical Inefficiency Effects in a Stochastic Frontier Production Function for Panel Data*(20), 325-332.

Belotti, F., Daidone, S., Ilardi, G., & Atella, V. (2012). Stochastic frontier analysis using Stata. *Centre for Economic and International Studies, 12*(10), 1-27.

Berger, A. N. (1993). "Distribution-Free" Estimates of Efficiency in the U.S. Banking Industry and Tests of the Standard Distributional Assumptions. *The Journal of Productivity Analysis*(4), 201-293.

Berger, A. N. (2007). International Comparisons of Banking Efficiency. *Journal compilation, 3*(16), 119-144.

Berger, A. N., Hasan, I., & Zhou, M. (2009). Bank Ownership and Efficiency in China: What will Happen in the World's Largest Nation? *Journal of Banking & Finance*(33), 113–130.

Brissimis, S. N., Delis, M. D., & Tsionas, E. G. (2010). Technical and allocative efficiency in European banking. *European Journal of Operational Research*(204), 153–163.

Chen, Y., Schmidt, P., & Wang, H. (2014). Consistent estimation of the fixed effects stochastic frontier model. *Journal of Econometrics*(181), 65-76.

Coelli, T. J., Prasada Rao, D. S., O'Donnell, C. J., & Battese, G. E. (1998). *An Introduction to Efficiency and Productivity Analysis* (2ª Edição ed.).

Drake, L., & Hall, M. J. (2003). Efficiency in Japanese banking: An empirical analysis. *Journal of Banking & Finance*(27), 891–917.

Erkoc, T. E. (2012). Estimation Methodology of Economic Efficiency: Stochastic Frontier Analysis vs Data Envelopment Analysis. *International Journal of Academic Research in Economics and Management Sciences, 1*(1), 1-23.

Ferreira, M. E., & Oliveira, R. S. (2015). Angola´s Financial Sector: A Roudtable Report. *Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola*, 1-11.

Ferreira, M. N., & Oliveira, R. S. (2018). The Political Economy of Banking in Angola. *Published by Oxford University Press on behalf of Royal African Society*, 1–26.

Ferrell, M. J. (1957). The Measurement of Productive Efficiency. *Journal of the Royal Statistical Society, 120*(3), 253-290.

Fu, X. (2004). *Efficiency and Competition in China's Banking Sector*. City University (London): Thesis of Doctor of Philosophy.

Fu, X., & Heffernan, S. (2007). Cost X-efficiency in China's banking sector. *China Economic Review*(18), 35–53.

Fu, X., & Heffernan, S. (2009). The effects of reform on China’s bank structure and performance. *Journal of Banking & Finance*(33), 39–52.

Greene, W. (2005). Fixed and Random Effects in Stochastic Frontier Models. *Journal of Productivity Analysis*(23), 7–32.

Gunes, H., & Yildirim, D. (2016). Estimating cost efficiency of Turkish commercial banks under unobserved heterogeneity with stochastic frontier models. *Central Bank Review*(16), 127-136.

Huljak, I. (2015). Cost efficiency of banks in Croatia. *Croatian Review of Economic, Business and Social Statistics, 1*(2), 11-26.

Koopmans, T. C. (1951). Efficient Allocation of Resources. *The Econometric Society, 19*( 4), 455-465.

Kumbhakar, S. (1990). Production frontiers, panel data and time-varying technical inefficiency. *Journal of Econometrics*(46), 201-212.

Kwan, A. H. (2006). The X-efficiency of commercial banks in Hong Kong. *Journal of Banking & Finance*(30), 1127–1147.

Leibenstein, H. (1966). Allocative Efficiency vs. "X-Efficiency". *The American Economic Review, 56*(3), 392-415.

Macanda, N. P. (2015). *Eficiência dos Bancos Angolanos.* Dissertação do Mestrado.

Martins, A. I. (2012). *Avaliação da Eficiência e Identificação dos Fatores Determinantes da Eficiência do Setor Bancário em Portugal.* Universidade de Algarve: Tese de Doutoramento.

Maudos, J., Pastor, J. M., Perez, F., & Quesada, J. (2002). Cost and profit efficiency in European banks. *Journal of International Financial Markets, Institutions and Money*(12), 33–58.

Meeusen, W., & van Den Broeck, J. (1977). Efficiency Estimation from Cobb-Douglas Production Functions with Composed Error. *International Economic Review, 2*(18), 435-444.

Niţoi, M., & Spulbar, C. (2015). An Examination of Banks' Cost Efficiency in Central and Eastern Europe. *Procedia Economics and Finance*(22), 544 – 551.

Nurboja, B., & Košak, M. (2017). Banking efficiency in South East Europe: Evidence for financial crises and the gap between new EU members and candidate countries. *Economic Systems*(41), 122-138.

Pitt, M., & Lee, L. (1981). The Measurement and Sources of Technical Inefficiency in the Indonesian Weaving Industry". *Journal of Development Economic*(9), 43-64.

Schmidt, P., & Sickles, R. (1984). Production Frontiers and Panel Data. *Journal of Business and Economics Statistics, 2*(4), 367-374.

Sokic, A. (2015). Cost Efficiency of the Banking Industry and Unilateral Euroisation: A Stochastic Frontier Approach in Serbia and Montenegro. *International Business School, France*(39), 541-551.

Tsionas, E. G., & Mamatzakis, E. C. (2017). Adjustment costs in the technical efficiency: An application to global banking. *European Journal of Operational Research*(256), 640-649.

Tsionas, E. G., Assaf, A. G., & Matousek, R. (2015). Dynamic technical and allocative efficiencies in European banking. *Journal of Banking & Finance*(52), 130-139.

Wanke, P., Azad, M. A., & Emrouznejad, A. (2017). Efficiency in BRICS banking under data vagueness: A two-stage fuzzy approach. *Global Finance Journal*, 1-14.

Yang, W. (2012). *Market competition, effciency and profitability: an empirical study on the Chinese banking industry 1997-2006.* Loughborough University: Thesis Doctor of Philosophy.

# ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO ESTUDO DA INDEPENDÊNCIA

FRANKLIN OLIVEIRA [1]

O presente artigo estuda algumas questões teóricas e metodológicas do estudo da Independência do Brasil. Apesar de ter seu epicentro na história política, seu tratamento pretende ser mais amplo do que esta, envolvendo a interdisciplinaridade de conhecimentos militares, de economia e sociologia. Seu calendário é também mais complexo tratando, quase que concomitantemente, de dois mundos, Europa e Brasil, buscando os contextos que conformaram os inícios dos Oitocentos e onde exércitos se criaram ou se modernizaram e assumiram protagonismos. Examina projetos políticos que se enfrentaram nesses tempos, bem como seus dilemas.

**Palavras - chave:** Portugal. Brasil. Independência. Política. Militarismo.

**Abstract**

This paper studies some theoretical and methodological issues of the study of Independence of Brazil. Despite having its epicenter and political history, its treatment intends to be broader than this one, envolving the interdisciplinarity of military knowledge, economics and sociology. Its calendar is also more complex, dealing almost simultaneously with two worlds, Europe and Brazil, seeking the contexts that shaped the early 1800s and where arms were

[1] Franklin de Carvalho Oliveira Junior é Pós-doutor em História pela Universidade de Coimbra e Doutor em História Social pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Tem sete livros e dezenas de artigos publicados sobre história política, memória e trabalho. É investigador correspondente do Centro de História da Sociedade e da Cultura (Portugal), foi, um dos coordenadores do Fórum Social Mundial Temático (Salvador, 2010) e membro do Grupo de Trabalho da Assembléia Legislativa da Bahia que elaborou o capítulo de cultura da Constituição do Estado da Bahia. É integrante do Comitê Consultivo da Cátedra José Carlos Mariátegui (Perú) e do Conselho Editorial da Revista Crítica Marxista (Brasil).

created or modernized and assumed protagonisms. It examines politics projects that confronted each other in these times, as well as their dilemmas.
**Key words:** Portugal. Brasil. Independence. Politics. Militarism.

---

**Algumas questões teórico-metodológicas do estudo da Independência**

*"Mas é claro que com juízos de valor não se explicam fenômenos históricos"*
*(Novais)*[i]

O estudo da Independência do Brasil nos dias atuais verifica uma série de dificuldades. O curioso é que estas se verificam no meio da abundância de publicações sobre o tema, que remetem a uma historiografia desse movimento. Assim, é necessário encontrar lacunas e espaço para novas interpretações.

Mas, como tratar um período essencial para a formação da nação brasileira, a respeito do qual escreveram centenas de historiadores? Não seria muita pretensão retomar uma temática que, desde o Século XIX, suscita congressos, simpósios e seminários, e que deu à historiografia tantas obras clássicas sejam europeias ou latino-americanas? Deveríamos insistir em assuntos que, embora muito tratados na historiografia, nos dão a impressão de "resolvidos"?

As respostas para estas indagações estão na própria historiografia escrita nas últimas décadas. Fernandes, critica a tendência que conduziria "os melhores espíritos" a uma espécie de história oficial, na medida em que, desprovidos de intenções interpretativas e "com vistas aos móveis declarados e as esperançadas idéias conscientes dos agentes históricos sem realidade histórica última, tão irredutível quanto verdadeira em si mesma"(2006, prefácio). Malerba, por sua vez, assevera que as questões levantadas pelos historiadores da Independência seriam as mesmas nos últimos 180 anos (2003).

Ao tomar contato com a bibliografia, o historiador, dos dois lados do Atlântico, vai observando as lacunas e percebendo que ainda há muito por fazer e dizer em torno da Independência do Brasil, não só em termos de novas interpretações e olhares, mas acerca de biografias, classes sociais, protagonismo das mulheres, vilas e estrangeiros, assim como em matéria de estudos sócio-econômicos, financeiros, políticos, estratégicos e táticas militares.

Sobre "modelos"

Uma das surpresas da investigação refere-se à história de Portugal. Neste terreno reina uma espécie de racionalização psicológica onde nada é escrito sobre o tema, ou, se o é, se perde em grossos volumes destinados a "assuntos mais importantes", e tratados a partir de generalizações que, evidentemente, subestimam o impacto da perda da maior colônia do Império português.

Pode se pensar que há colegas que tem dificuldade de aceitar o fim do Império português, e o perigo desta posição no mundo atual, que presencia uma sensível mudança de valores e tensões que poderiam dar lugar a uma revisão política rancorosa e anacrônica. A preocupação torna mais do que necessário o retorno ao Século XIX e às questões que ali estiveram em jogo, assim como a participação nas reflexões que em breve ocuparão muitos historiadores nas comemorações dos duzentos anos da Independência do Brasil dando-lhe a dimensão internacional como teve na época.

No Brasil há um modelo tradicional de estudo da Independência comum a historiadores de várias correntes, sejam progressistas ou conservadoras, cuja lógica é devedora da construção do Estado Nacional, e que observa aquele acontecimento a partir do Rio de Janeiro e em função da "grande política". Não é à toa que Goularte afirma que

"a historiografia brasileira precisa abandonar sua tradicional
visão das províncias como áreas periféricas e conceder à di
nâmica política regional o seu devido protagonismo, particular
mente nos momentos em que estiveram em jogo a afirmação
da autoridade central e a consolidação da unidade territorial"2.

A "opção" a esta vertente tem sido uma história regionalizada da Independência, de acordo com o que tem feito diversos colegas da Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Minas Gerais e São Paulo, como reação ao modelo tradicional. Considero que, se esse campo de posições historiográficas enriqueceu o entendimento do processo da Independência - produzindo obras de referência e figuras como Evaldo Cabral de Mello, Luiz Henrique Dias Tavares(de quem fui aluno), Braz do Amaral, Inácio Accioly, dentre outros, e que foi potencializado com a multiplicação dos cursos de pós-graduação em história. No entanto, constituiu-se quase que como um outro "modelo", ao privilegiar os limites da própria província, valorizar excessivamente os confrontos militares, tratados indevidamente, como

uma guerra, e submeter os próprios acontecimentos "regionais" ao viés da construção do Estado Nacional brasileiro.

Carlos Guilherme Mota, ao organizar a obra de referência *1822: Novas dimensões*, não deixou de observar que o sentido da história do Brasil não pode ser dissociado de processos mais abrangentes da historiografia contemporânea, e, Fernando Novais, aocriticar os estudos tradicionais, asseverou que, ao lê-los, tem-se a impressão de que "o centro das decisões de nossos destinos, em todos os níveis, se transferira realmente para dentro de nossas fronteiras, como se estivéssemos desvinculados do resto do mundo" 3.

Assim, a escrita de história sobre o período enseja uma releitura bibliográfica e documental de textos e manuscritos, muitos dos quais já utilizados por colegas, submetendo os diagnósticos e conclusões à critica de novos pressupostos e conhecimentos. Adotando esse caminho poderemos rejeitar a velha "máxima goebbelsiana" de que uma mentira repetida muitas vezes pode passar como verdade. A necessidade do caráter multidisciplinar da investigação também se torna cada vez mais evidente, exigindo que transitemos também nas áreas de Ciência Política, Sociologia, Economia, Finanças e Estudos militares.

Uma interpretação de fora ou de dentro?

Ao estudar o tema é possível encontrar historiadores brasileiros progressistas que, ao verificar processos de transição do feudalismo para o capitalismo, mesmo que enxerguem algumas particularidades da relação da Península Ibérica com a América do Sul, foram buscar as razões últimas do processo de separação das colônias na transição do feudalismo para o capitalismo, na crise do Antigo Regime, ou, ainda, na debacle do Sistema Colonial, nas quais o Brasil seria simples decorrência.

Assim, viram que o país se desenvolveu em "ciclos", com base em grandes sistemas de exploração, ou em um corte dicotômico. Há os que substituíram a investigação da realidade brasileira por ensaios sobre a natureza estrutural desses sistemas e suas leis internas. A abordagem mais clássica desse viés seria a de Nelson Werneck Sodré, que preferiu estender à sociedade brasileira as etapas do materialismo histórico, vistas como condição de todas as sociedades. Deste modo, o país deixava de ser sujeito para ser objeto, e até de ter uma relativa autonomia, da qual nos falaram os marxianos, para ser apenas fruto de determinações globais.

Novais, chega a afirmar que "não é possível explorar a colônia sem desenvolvê-la", ou seja, ampliar a área ocupada, aumentar o povoamento e fazer crescer a produção. Assim, "o mecanismo básico e estrutural do crescimento, em seu nível mais profundo" procederia do

próprio funcionamento do sistema 4. E, se não há necessidade do esgotamento de uma forma de produção para que o sistema entre em colapso, não seria também necessário que todo ele faça água para que as revoluções ocorram 5.

Nos últimos 40 anos surgiram outras explicações da realidade brasileira, de caráter heterodoxas, que, mesmo tendo clareza do peso da "grande política", do peso dasdecisões, dos interesses e protagonistas de Lisboa nos fenômenos ocorridos na América Portuguesa, não deixaram de observar que pode se constituir no Brasil um mercado interno, interesses "nacionais", classes e extratos de classe, relações de produção, circulação, consumo e culturas distintas.

Jessé Souza, é um dos novos interpretes. Em seu livro *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*, observa que, se os intelectuais brasileiros possuem uma compreensão da inserção do país ao sistema capitalista mundial, "esta inserção é percebida, quase que exclusivamente, apenas na sua dimensão econômica enquanto troca de mercadorias e fluxos de capitais", assim, não tematizaríam a reprodução simbólica do capitalismo (2015, p.143-144).

Busca, por conseguinte, realçar as diferenças entre as sociedades europeias e a brasileira, entre as quais insere questões sócio-culturais que dificultaram a inserção dos negros na sociedade, a "anterioridade das práticas" na origem das instituições e processos, e, no período que tratamos, a "gramática mínima" fornecida pelo liberalismo para articular os interesses das elites com os novos processos políticos.

A Independência como uma revolução

As questões centrais do estudo historiográfico, porém, remeteriam ao caráter da Independência. Tratar – se- ia de um movimento de natureza nacional, democrático, popular? No que diz respeito ao ponto de vista ideológico visaria estabelecer um regime liberal, uma monarquia constitucional?

Seria, conforme Norton e outros, uma revolução conservadora? Uma revolução seguida de uma contrarevolução, como afirma José Honório Rodrigues? Um movimento, como sugere Oliveira Lima? Os segmentos sociais que a conduziram, estavam ou não interessados em uma ruptura? E os setores populares, tiveram ou não uma participação autônoma? Embora diversa, a leitura da historiografia aponta para a existência de vários projetos, em cuja execução se jogaram muitos daqueles objetivos, sendo os protagonistas atendidos em parte. Além disto, seria necessário verificar qual o grau que jogaram os acontecimentos da Independência na formação do Estado Nacional brasileiro.

Um historiador se propõe muitas perguntas, para as quais não há respostas simples. É que antes de nós muitos tentaram respondê-las com a esperança de encontrar mudanças significativas concentradas em determinados acontecimentos históricos no Brasil, realizadas através de uma ruptura marcante com a situação anterior.

A ideia da Independência como uma revolução é recorrente em boa parte da historiografia. Fernandes, um dos seus principais defensores, professa a posição de que tratou-se da "primeira grande revolução social que se organizou no Brasil" (2006, p.49). Sua conclusão é a de que esse acontecimento histórico colocou um fim na era colonial, e teria instalado uma sociedade nacional.

Mas é ele mesmo que, em *A revolução burguesa no Brasil,* observa a natureza dual do processo, constituído de um elemento revolucionário e outro conservador. O segundo, particularmente, por buscar "estabelecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para aprofundar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma nação". Já Hollanda observa que "a revolução no Brasil não é um fato que se registrasse em um instante preciso, é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de séculos"(1995, p. 178).

Os efeitos da Independência devem ser entendidos no tempo e a partir do tradicional binômio mudança-conservação da sociedade brasileira. E, se esta pôs um fim no passado colonial, apenas iniciou a construção de uma sociedade nacional levando ainda tempo até para produzir uma monarquia constitucional, cujo primeiro diploma constitucional veio ungido "pelo alto".

Talvez o Rio de Janeiro de 1821/1823 estivesse mais próximo daquilo que muitos chamam de insurreição, o clima de parte do país após a Revolução do Porto poderia ser caracterizado como revolucionário, ou pelo menos remeter a uma "crise de hegemonia" das elites monárquicas. Mas é evidente que o conselho do Marques de Palmela foi também acolhido pelas elites brasileiras, entrar no movimento para moderar a "revolução da Independência".

## A sociedade brasileira na crise política da Independência

É costume a uma certa historiografia pensar nos "grandes temas". O espaço político que ocupou o projeto da Independência, porém, tem necessidade de examinar questões mais corriqueiras, e fica mais evidente ao acompanhar a "sociedade de ordens" de que nos fala Novais, não mais feudal mas ainda não burguesa (1972, p.197).

No Brasil do início dos Oitocentos havia soldados, milicianos, setores populares, elites e setores médios, que tiveram expectativas e interesses em uma mudança. Para uns havia o

interesse de acesso ao mercado exterior, para outros o fim do monopólio senhorial dos empregos públicos, outros ainda, queriam a retirada de cena dos concorrentes portugueses. Do ponto de vista da camada popular certamente havia a expectativa de melhoria das condições de vida.

Dois acontecimentos são nodais nos inícios dos Oitocentos, a mudança da família real para o Brasil e a Revolução do Porto. A primeira, foi capaz de sensibilizar as elites brasileiras à custa de certa abertura comercial e de sua "aristocratização". Nesse sentido a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves veio a cumprir papel de fazer o país ingressar em um novo patamar das relações entre as partes do Império. Esse projeto, entretanto, foi abalado em 1817. A segunda, abriu espaço político para amplas camadas da população, despertando-as para a cena política, O cenário aproximou inimigos aparentemente inconciliáveis, conservadores, moderados e liberais, elites, classes médias e setores populares, esses últimos movidos, principalmente, pela máquina estatal.

Mas o programa que deveria unificar todos esses segmentos era voltado essencialmente ao "andar de cima" da sociedade, embora interessasse às classes médias a liberdade de comércio, o Congresso e a Monarquia Constitucional. Não continha, entretanto, uma palavra sobre a escravidão, o custo de vida, o pagamento regular dos salários, entre outros itens já levantados na década de 1790 na Conjuração da Bahia. Além do mais, sua aplicação se deu na medida das conveniências do Imperador e dos poderosos. A Assembleia Constituinte seria dissolvida e o Congresso só funcionaria três anos depois. A Constituição prometida foi a outorgada, e a Monarquia Constitucional sucumbiu ao tutelamento.

A Independência, como início de um processo mais profundo que remetesse à construção do Estado Nacional, no entanto, precisava de um programa que suscitasse adesão duradoura e de alto a baixo da sociedade. No processo, porém, sequer se conseguiu fazer com que o rompimento colonial e o novo poder para elites nacionais revertessem em benefício desegmentos mais amplos.

Seu movimento lança as bases institucionais da construção do Estado Nacional brasileiro, esse processo se deu através de avanços e recuos, no qual, as mesmas elites que se aglutinaram em torno de D. Pedro, exigiram um funcionamento efetivo do Congresso, influência junto à Corte para a consecução de seus negócios, o que acabou por esgotar o pacto da Independência.A unidade política, portanto,foi passageira, e se restringiu ou se ampliou conforme o contexto e os interesses que perpassaram a renúncia de D. Pedro I, as regências e a antecipação da maioridade de D. Pedro II.

Para tratar do destino do programa inicial é preciso reconhecer um Estado real e suas bases sócio-estruturais de sustentação. Assim, na medida em que há a escravização, que o mercado interno é incipiente, e a opinião pública, de que nos fala Habermas, elementar, que o tal Estado Nacional não permitiu integrar em sua composição mulheres, índios, camponeses, trabalhadores e negros, é possível entender os passos tímidos dados, seja no Segundo Império, seja pela própria República, e que, para serem mais ou menos efetivados, tiveram que consumir pelo menos mais um século.

Desta forma, a construção do Estado Nacional brasileiro, tal como outras tarefas estruturais, se daria ao longo do tempo, mudando de mão em mão de protagonistas. A "soberania", é alcançada por D. Pedro I (1825), o sistema tributário, pelo Congresso (1834), e a "centralização" do país por D. Pedro II nos anos 1840. Mas o processo que foi jogado nesses anos acabaria por passar ao largo da questão nacional, talvez por não ser mais anseio dos "de cima".

A questão remete à natureza do projeto liberal no Brasil e suas inconsistências. Fernandes, por exemplo, a observar a participação do elemento burguês na Independência, observa sua "defesa tosca e limitada de princípios liberais" e vaticina que "ele nunca será uma figura dominante, ou para, com a força socialmente organizada, suscitar a autonomia"(2006, p.36). O autor observa o que chama de dois lados do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O primeiro lado, coloca o "senhor agrário" numa posição marginal, na medida em que os verdadeiros agentes se localizavam no exterior. O segundo, teria se originado da autonomização política e de tendências históricas que engendraram "uma economia, um estado e uma sociedade nacionais sob modelos institucionais tomados da civilização ocidental moderna". Mas, contraditoriamente, o autor vê os senhores rurais como próceres da Independência:

> "À medida em que se intensifica a expansão da grande lavoura sob as coordenadas econômicas, sociais e políticas possibilitadas pela organi zação de um Estado Nacional, gradualmente uma parcela de aumento crescente dos "senhores rurais" é extraída do isolamento do engenho ou da fazenda e projetada ao correio econômico das cidades e no co - nhecimento paulatino da Corte e dos governos provinciais" (2006, p. 43).

Há, entretanto, quem enxergue o esforço da elite comercial na Independência. Ribeiro, volta-se para identificar os "ideólogos" da construção do Estado Nacional brasileiro. Anota que Armitage e Varnhagen, escrevendo posteriormente ao 7 de setembro, "dão à Independência um caráter nacionalista, preocupados que estavam em construir politicamente a nação e traçarem-lhe a história." (1997, p.63). Esses autores teriam ajudado a construir mitos, que, continuando a serem entronizados pela República, passariam a constar da historiografia como se fossem verdades irretocáveis.

Em plena comemoração da modernidade, em 1922, quando se celebrava os cem anos da Independência, um jornal como o Correio da Manhã afirmava que "em 1822, foi criado o próprio povo brasileiro", e, o jornal republicanista O Paiz, ressalta a criação de uma "nova mentalidade americana" a partir do momento em que "o príncipe (...) esqueceu os sentimentos de subordinação e de dever ao seu pai e ao seu Rei para proclamar a Independência política do povo, cujos destinos dirigia" (Motta, 2019, p. 225).

Sobre a fraqueza das burguesias

Muito se tem escrito sobre as causas estruturais na Independência utilizando as categorias "fim do Velho regime", "Antigo Sistema Colonial", ao menos para responder à pergunta de porque a burguesia portuguesa não se habilitou a dirigir o processo e as próprias elites brasileiras erigiram um nobre português como intermediário. José Capela é um dos que sustenta que o sistema colonial teria levado ao aburguesamento da nobreza e à travagem das burguesias mercantil e industrial. Assim, Portugal teria chegado ao Século XIX sem poder mais contar com o ouro do Brasil e "sem que se formasse uma burguesia com prática e ideologia próprias com expressão e consistência que lhe atribuísse a capacidade para o lançamento das bases necessárias à estruturação de uma ordem nova, em oposição à ordem antiga"6. Esse autor vê o liberalismo como um artigo de importação. De algum modo suas conclusões se assemelham as de Caio Prado Jr. que, em *Evolução Política do Brasil*, observa que "a sociedade colonial era incapaz de fornecer as bases, os fundamentos para constituir-se em nacionalidade orgânica"7.

Martins, tratando da Metrópole, mesmo com a decadentologia dessa época, admite que o reino não tinha condições de se defender, e a descreve admiravelmente:

"Por toda a parte rebentavam sintomas de gangrena. São

enormes os documentos da inépcia ingênua: eram mais
bem certos protestos de um espírito revolucionário
que entrava em Lisboa pela via marítima, e no reino
por intermédio de sábios e fabricantes estrangeiros
importados pelo marquês de Pombal"(2004, p.377) 8.

Para Alexandre, o *Ancien Regime* contribuiu para a acumulação de capital numa primeira fase da revolução industrial "rapidamente, porém, se evidenciaram os limites de sua expansão dentro das estruturas coloniais existentes"9. O autor observa, no entanto, uma espécie de distribuição de funções entre as elites da Colônia e da Metrópole, desde tempos imemoriais, em que "A integração dos extratos dominantes das sociedades colônias previu à metrópole confiar-lhe tanto a tarefa de manutenção da ordem urbana, como o apoio pontual de forças idas da Europa como a de resistir, ao menos no primeiro embate, a qualquer tentativa de intromissão vinda do exterior"(p.10).Conclui que o processo de autonomização do Brasil "ameaça desarticular o império, mas somente se considerado pelo lado português. As estruturas sociais e econômicas das colônias não sofrem qualquer ruptura fundamental" (p.32).

Outra questão que merece atenção é a ideia da repercussão econômica imediata entre a crise do Antigo Regime e a situação de Portugal e do Brasil. A investigação das últimas décadas do Século XVIII remete a contramão desta posição, na medida em que a guerra das colônias norte-americanas e outros conflitos, beneficiou os dois lados do Atlântico, que ocuparam espaços no mercado internacional. Assim, a "crise econômica" do início dos Oitocentos não é uma dedução automática, pois, mesmo verificando uma redução dos índices econômicos nas suas duas primeiras décadas, só entre 1819/1821 é que o declínio é irreversível.

A Independência e a questão militar

Houve militares lutando nos exércitos dos dois lados no período. Mas quando sua presença em cena mereceu certo status e lhes conferiu caráter protagônico? Para Heinz, "os principais recursos e estratégias utilizadas para ascensão à condução de elite do Exército continuaram a ser basicamente o uso de relações personificadas com membros da elite militar e com agentes ligados às esferas mais altas do poder político" (2011, p.18). No entanto, há de pensar nas conseqüências do recorrente apelo às hostes militares por décadas. A questão passa ao largo

dos espaços políticos que preencheram em circunstâncias onde foram prolongadamente exigidos pela Corte.

A modernização do Exército, que iniciou a ser empreendida nas últimas décadas do Século XVIII, abriu espaço para a profissionalização militar. Os tempos que abalaram o Velho Regime exigiam pessoas com dedicação exclusiva, disponibilidade e mobilidade permanente, especialistas vínculados a uma corporação. Assim é que a lógica institucional, irá fazer parte da tradução militar das situações sociais, econômicas e políticas.

Há uma série de questões neste sentido para serem enfrentadas na Independência do Brasil, mesmo em se tratando de um conflito que não teve batalhas e que os enfrentamentos poderiam ser melhor tratados como escaramuças. A observação já é um componente de diferenciação. Mas há outros. É preciso ficar assentado que uma guerra não se constitui apenas de conflitos militares, sendo essencialmente pensada enquanto uma estratégia político-militar que depois é traduzida na arte propriamente militar. Clausewitz observa que "em diversos conflitos, apenas uma parte do tempo é ocupado pelo combate, enquanto que o resto é gasto em inatividade"10.

A estratégia chave na efetivação da derrota portuguesa no Brasil foi a do Cerco de Salvador. O próprio Madeira admite, numa carta a D. João VI datada de 31 de maio de 1823, que a guerra no Brasil "é diferente", sendo evidente que esta não pode apenas ser cotejada com o que descrevem os manuais. Ao lê-los, não dá para manter a visão de que quem se defende, só se defende, e quem ataca, só ataca. Os manuais recomendam ainda várias medidas para tomar quando se está sob cerco. Se estas medidas não funcionarem para o levantamento do cerco "os defensores devem realizar ataques preventivos, além disto o uso de ardis para iludir o inimigo e deixar entrar os víveres".

Neste sentido, a preferência de Madeira por uma estratégia defensiva não seria equivocada. Afinal, o próprio Clausewitz, trata a defesa como "a forma de combate mais vigorosa do que oataque(...)". Esta seria, "a forma mais vigorosa de guerra(...)". No entanto, ocorre que

"ela somente deverá ser utilizada enquanto a
nossa fragilidade o exigir, sendo abandonada
logo que estivermos suficientemente fortes
para procurar atingir um propósito positivo(...).
Assim, o caminho natural da guerra é começar

agindo defensivamente e terminar atacando” 11.

O contexto na Província da Bahia

Em relação à província na qual se deu o enfrentamento que consolidou a Independência, a Bahia, sua situação econômica era semelhante a Portugal.Desde as últimas décadas do Século XVIII atravessava um período de crescimento que ampliaria as exportações de produtos como o açúcar, algodão e fumo, e que havia aumentado sua população e trazido milhares de novos escravos para o Recôncavo.
A revolução industrial não provocou alterações substanciais no estado, a não ser a aquisição de novas máquinas. Já a abertura dos portos, além de desafogar o porto naqueles dias, encontrou Salvador disputando com o Rio de Janeiro o primeiro lugar entre os portos brasileiros. Neste sentido, a presença de um governador joanista, articulado com as alterações em curso no país, pode potencializar os novos tempos.
É digna de nota uma visão diferenciada de abordar o conflito senhores versus escravos e uma relação mais politizada com a Câmara Municipal. Devem ser observadas realizações na época como Tipografia, Biblioteca Pública, Praça do Comércio, Teatro São João, Passeio Público, inicio da Estrada Dois de Julhoentre as quais se destacam os projetos para a construção do canal de navegação para os navios do Recôncavo, e a transferência do centro administrativo de Salvador, ambos na região de Itapagipe.
Também ali a Revolução do Porto contribuiu para a gestação de um novo cenário político já subjacente no Brasil durante o Projeto Reino Unido Portugal, Brasil e Algarves quando havia contatos do Padre Roma que foram atirados ao mar na Revolução de 1817. Mas o processo político que dividiu a província não permitiria às elites locais terem protagonismo na Independência.Após o Dois de Julho tenta-se ecuperar o atraso. Não são à toa os conflitos do pós-Independência, a rejeição à Constituição outorgada, a Revolta dos Periquitos, em 1824, a chamada Revolução federalista (1831/1832), e a Sabinada, 1837, entre outros. Somente nos anos 40, quando se conformou a hegemonia das elites sulistas é que a província retornou a linha de frente das hostes imperiais.

O “bloco político” da Independência

Uma das questões a discutir, é porque e quando as velhas elites se dividiram abrindo espaço político para amplos segmentos e tornando irreversível o projeto de a Independência do Brasil? As “revoluções” políticas ocorridas no primeiro semestre de 1821 em várias províncias do país mostraram uma ampla unidade entre brasileiros e portugueses. São conhecidos os depoimentos de governadores, agentes monárquicos, e mesmo militares que não apoiaram inicialmente esses movimentos, a exemplo de Madeira, observando a sua “onda” irreversível, que arrastou tropas brasileiras e portuguesas. Mas o que movia este movimento? Quais os sentimentos que havia “nas cabeças e nas bocas” e que, em vários golpes, constituiu as Juntas Governativas?
No passado, os senhores já haviam dissentido das autoridades de Lisboa na expulsão dos jesuítas, na mudança da capital, e, por pouco, a Conjuração de 1798 e o Nordeste em 1817 não viu a participação das elites. Evaldo Cabral de Mello demonstrou as condições de adesão da oligarquia açucareira ao “projeto fluminense de independência”12. No caso dos senhores baianos, fizeram-se, muitas vezes, representar por setores do oficialato.
Afinal, como se explica aparentes vintistas baianos, que haviam apoiado tão entusiasticamente a Revolução Constitucionalista em Portugal, passarem para o “lado do Rio de Janeiro”? Precipitaram-se os portugueses ao transferir tropas para o Brasil sob comando português? Submeteram-se à retaguarda de Dom Pedro I após o anúncio do “Fico”? Deram o

apoio suficiente para redirecionar sua estratégia político-militar de concentração de tropas na Bahia?

Apesar de ter consciência da justiça que significa homenagear os heróis das conjurações baiana e mineira, os revolucionários de 1817, e o legado que trouxeram a Independência, preferimos tratar a crise política que viabilizou a Independência a partir das conseqüências imediatas da Revolução do Porto, seguida pela de Lisboa, e que abriu um momento político raro na história do Brasil e de Portugal.

É obvio que a transferência da Corte trouxe modernização ao Brasil, e inclusive uma espécie de "ruptura" com o mercantilismo anterior. Mais ainda, a "aristocratização" das elites brasileiras via venda de títulos e proximidade com a Corte, especialmente nas capitanias que passaram por governos "joanistas", criou um caldo de cultura que se refletiria no final de 1820.

O que caracteriza o período joanista é, porém, num primeiro momento, a absorção das elites locais num bloco político com nobres e cidadãos portugueses, que controlavam grande parte do comércio das principais cidades brasileiras, além do sistema burocrático imperial, num regime de concessões à Inglaterra, mas que cobrou em poucos anos a inviabilidade de prosseguir sem fazer maiores concessões. Neste, através da promoção de um farto sistema de distribuição de cargos e títulos e da utilização de órgãos como o recém-criado Banco do Brasil como instrumento político, puderam ser atraídas as elites locais para apoiar a administração joanista. O Rio de Janeiro teve sua população quase dobrada em poucos anos, mostrando que a bandeira da nacionalização do comércio tinha apelo no Brasil.

O regime, porém, cuidou pouco dos segmentos médios, sequer uma liberalidade controlada para certa imprensa. Os canais de ascensão social dependiam essencialmente do clientelismo, particularmente no serviço público, simples extensão do patrimonialismo das elites e suas famílias. E se as concessões de D. João às elites regionais puderam segurar quase todas as tentativas desestabilizadoras, o movimento de 1817 foi importante contraponto à gestão Joanista.A impossibilidade de correção do rumo estrutural fez com que a crise retornasse com força nos anos vinte. A invasão francesa levara o país à exaustão. A "vitória", no entanto, foi de Pirro, deixando Portugal entregue à mão-de-ferro dos ingleses, que em pouco tempo, passaram a ser responsabilizados pela situação.

Em Portugal, foi possível constituir uma recuperação política com o retorno de D. João VI ao país logo após vitorioso o movimento de 1820 e do apelo à reconstituição do Império com a volta do exclusivo colonial. A Revolução do Porto, entretanto, reanimou projetos no Brasil. Entre as primeiras iniciativas estão a substituição do poder nas capitanias e a participação na elaboração da Constituição imperial.

A luta que se abriria retirou as elites da tranquilidade obrigando-a a terçar armas para disputar as rédeas do movimento. Conseguiu, assim, canalizar toda a insatisfação, e que o abandono, os problemas sociais e econômicos, os privilégios, sentidos por amplas camadas da população brasileira fossem postergados, desaguando no enfrentamento do absolutismo, aparecendo a monarquia constitucional, e não o republicanismo, como uma solução.

A elite comercial e terratenente adaptou-se rapidamente ao "liberalismo" que antes combatia, corrrigindo seus "excessos" através do tráfico de influência, decretos e alvarás casuísticos ou com a velha repressão. Se dividiu em adotar a "solução final" que teve que ser construída "pelo alto" e "por baixo", a partir do território regional, e em ritmos distintos.

Em Pernambuco, esta elite estava em diversas juntas mas se definiu, particularmente quando os interesses de D. Pedro somaram para o apoio da "Junta dos Matutos", uma representação dos senhores rurais. No Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e em São Paulo sequer houve enfrentamentos na medida em que, no primeiro, bastou o anúncio para Saldanha renunciar ao cargo de governador, enas duas últimas províncias se acercaram do Imperador, participando

dos atos da Independência e das instituições criadas, parecendo a todos que ampliaria o seu poder.
Os casos destoantes foram os do Rio de Janeiro, Bahia, Província Cisplatina e o restante do Norte. O primeiro, sede da Corte, e onde estavam estabelecidos bandidos (as tropas portuguesas de Avilez), e os mocinhos (liberais radicais, conservadores e moderados em torno de D. Pedro), garantindo a condução fluminense do processo de Independência, e se constituindo em palco de uma revolução com o apoio do Estado que foi reforçada com milícias de fora da província e tropas mercenárias.
Na Bahia, as elites passaram por mais dificuldades e sobressaltos. Já no desempenho e nas eleições da Junta de Governo houve tensões que colocaram frente a frente brasileiros e portugueses. Mas o momento-chave foi quando se embateram as duas forças em plena cidade de Salvador, a que contava com o Governador das Armas interino, Manoel Pedro de Freitas Guimarães, e a que era dirigida pelo chefe das tropas portuguesas e novo Governador das Armas, Ignácio Luís Madeira de Mello, cada qual com um entorno da população mobilizado por máquinas militares e expectativas. É de se pensar no horror que as elites experimentaram na citada "anarchia" que deu o tom da insegurança para si e suas propriedades. No entanto, a historiografia não trata do apoio dado à Madeira para assumir o cargo e "restaurar a ordem".
O cenário de dúvidas das elites só começa a mudar quando, em meados de 1822, D. Pedro se convenceu que não havia mais condições de repactuamento com Portugal e que a solução passava mesmo pela Independência. Passa a garantir os recursos e as condições políticas necessários à unificação do território sob sua bandeira. Em apenas dois meses intima os comandantes portugueses da Bahia e da Província Cisplatina, cobra internacionalmente o apoio para o movimento,convoca uma Assembleia Constituinte e Legislativa à semelhança das Cortes, e envia expedição à Bahia.

Tantas medidas não podiam ficar sem resposta das elites da Bahia, mas esta posição não foi definitiva, pagando para ver, e precisavam ver o cenário ser progressivamente favorável para o governo brasileiro para ir se definindo. De passagem ganharam alguma coisa especulando com o preço dos alimentos durante o bloqueio do porto de Salvador, e com os empréstimos ao Conselho Interino, desfrutando, ao final, com os benefícios que sobreviriam do aplastramento dos seus concorrentes portugueses.

Notas

1. Novais, Fernando.As dimensões da Independência – crise geral do Antigo Sistema Colonial. In: Mota, Carlos Guilherme(Org.).1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 15-26.

2. Goularte, Rodrigo da Silva. O Oitocentos sob novas perspectivas. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n.9, p.431-436, 2015.

3. Mota, 2016, p.433.

4. Novais, 1972, p. 201

5 Idem, p.203

6.Mota, 1972, p.195-196.

7. Prado, Apud Pedreira, 2006.

8. Oliveira Martins, J. P. O Brasil e as colônias portuguesas.5.ed. Lisboa: Antônio Maria Pereira, 1920.

9.Alexandre, Valentim. Origens do colonialismo português moderno(1822-1891). Lisboa: Sá da Costa, 1979. Portugal no Século XIX. Antologia de Textos Históricos. p.15.

10. Da Guerra, Livro 2, 2018, p.85.

11. Idem, livro 6, p.419.

12. Mello, Evaldo Cabral de. A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: 34, 2004.

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno(1822-1891).* Lisboa: Sá da Costa, 1979. Portugal no Século XIX. Antologia de Textos Históricos.

AMARAL, Braz de. *História da Independência do Brasil na Bahia.* Salvador:Imprensa Official do Estado,1923.

ANAIS DO I COLÓQUIO Português de História Militar. Para uma visão global da história militar. Lisboa: Palácio da Independência,1990.

AS JUNTAS GOVERNATIVAS e a independência. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. v.7.

ARQUIVO DIPLOMÁTICO DA INDEPENDENCIA. Rio de Janeiro: Lithographia-Typographia Fluminense, 1922. v.III.

BARICKMAN, B.J. *Um contraponto baiano.* Açucar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2003.

BARROS, F. Borges de.*Á margem da História da Bahia.*Salvador:Imprensa Oficial do Estado,1934.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional.* Pernambuco, 1820-1822. Recife: UFPE; São Paulo:HUCITEC,2006.

BITTENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti(Dir.). *História da expansão portuguesa.* Navarra: Temas e Debates e Autores, 2000. v. 4. Do Brasil para a África

BRASIL, Gerson. *A revolução de D. Pedro I.* Uma história essencialmente política da Independência. São Paulo: Saraiva,1971.

CALMON, Jorge. *Vida econômica - financeira da província.* Elementos para a história de 1808 a 1889. Bahia: Imprensa Oficial do Estado,1925.

CALÓGERAS, Pandiá. *A política externa do Império.* Brasília: Senado Federal, 1998. v.I, asorigens.

CAPELA, José. *A burguesia mercantil do Porto e as colônias (1834-1900).*Porto: Afrontamento,2010.

CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil.* Rio de Janeiro: Senado Federal; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. TomoI.

CARVALHO, Manuel Gomes de. *Os deputados brasileiros nas Cortes Gerais de 1821.*Brasília: Senado Federal, 2003. v.12.

COLLECÇÃO dos decretos, resoluções e ordens das Cortes Geraes Extraordinárias e Constitucionais da Nação Portugueza desde a sua installação em 26 de janeiro de 1821.Coimbra: Imprensa da Universidade,1822.

COSTA, Marcos de Noronha da. *Oitavo Conde dos Arcos, anotações para uma biografia.* Lisboa:Academia Portuguesa da História,2011.

DIÁRIO das Cortes Geraes, Estraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837. Tomo 7.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder.* Formação do patronato político brasileiro. 3.ed. ver. São Paulo: Globo,2001.

FERNANDES, Floresta. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo: Globo,2006.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto.* Mercado atlântico, sociedade agrária e elite industrial numa economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1780-1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* 32.ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2005. Biblioteca Universitária, Série 2, Ciências Sociais, v.23.

HEINZ, Flávio M(Org.). *História social das elites.*São Leopoldo: Oikos,2011.

HESPANHA, Antônio Manuel (Coord.).*Nova história militar de Portugal.* Ria de Moura: Círculo de Letras, 2004. v.2.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de(Dir.).*História Geral da Civilização Brasileira.* São Paulo: DIFEL, 1962. v. II, o Brasil monárquico, Tomo I eII.

_____. *Raízes do Brasil.* 4.ed. Lisboa: Gualiça, 1995.

JANCSÓ, István (Org.). *Independência do Brasil: História e Historiografia.* São Paulo: USP, 2003.

JUSTINO, David. *A formação do espaço econômico nacional. Portugal 1810-1913.* Lisboa: Veja, 1989. V.II (1810-1913).

LAVRADIO, Marquês de. *D. João VI e a Independência do Brasil.* Últimos anos do seu reinado. Lisboa: Sociedade Nacional de Typographia,1957.

LIMA, Oliveira. *O movimento da independência, 1821-1822.* 6.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MACEDO, Jorge de. *O bloqueio continental*. Economia e guerra peninsular. Lisboa: Editora e Gráfica Portuguesa,1962.

MACHIAVEL, Nícolo. *A arte da guerra.*Porto Alegre: L&PM,2011.

MALERBA, Jurandir.(Org.). *A Independência brasileira. Novas dimensões.* Rio de Janeiro: FGV,2006.

MARQUES, Fernando Pereira. *Exército, mudança e modernização na primeira metade do Século XIX*.Lisboa: Instituto de Defesa Nacional/Atena,1999.

MARTINS, Ana Canas Delgado(Coord.).*D. João VI no Brasil.* Lisboa: Ministério da Cultura / Torre doTombo,2006.

MATTOSO, Kátia. *A cidade do Salvador e seu mercado no Século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura,1978.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência.* O federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: 34,2004.

MONTEIRO, Nuno G. *Elites e poder. Entre o antigo regime e o liberalismo.*Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais,2003.

NOVAIS,F.A.*Portugal e Brasil na crise do sistema colonial.* SãoPaulo:Hucitec,1979.

OLIVEIRA,Franklin.*Canal Conde dos Arcos:* uma obra visionária no Período Joanista. Salvador: EGBA,2008.

OLIVEIRAMARQUES, Antônio Henrique de.*História de Portugal.* Lisboa:Presença, 1999. v.2 - Do Renascimento às revoluções liberais.

OLIVEIRA MARTINS, J. P. *O Brasil e as colônias portuguesas*.5.ed. Lisboa: Antônio Maria Pereira,1920.

PAIM Antônio. *História do liberalismo brasileiro.*São Paulo: Mandarim,1998.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830).* Viseu: DIFEL, 1994. Memória e Sociedade.

PIMENTA,José de Melo. *A Independência do Brasi là luz dos documentos.* SãoPaulo: Instituto de Cultura e Ensino Padre Manoel da Nóbrega,1972.

PINHEIRO CHAGAS, Manuel. *História de Portugal.* 3. ed. Lisboa: Empreza de História de Portugal, 1899-1907. v.8.

PRADO JR.,Caio.*Evolução política do Brasil e outros estudos* .SãoPaulo:Companhia das Letras,2012.

RAMOS, Rui(Coord.). *História de Portugal.* Lisboa: A Esfera dos Livros,2009.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC.* 9.ed. ampl. Rio de Janeiro: FGV,2007.

RIBEIRO,Gladys Sabina e CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs.). *O Brasil nos Oitocentos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial,2016.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra revolução*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército,2002.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. *From Colony to nation*. Baltimore: The John Hopkins University Press,S/D.

SELVAGEM, Carlos. *Portugal militar.* Compêndio de história militar e naval de Portugal. Desde as origens do Condado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança.3a reimpr. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1999. Coleção de Temas Portugueses.

SENADO FEDERAL. Diário da Assembléia Geral Constitucional e Legislativa do Império do Brasil, 1823. Brasília: Senado Federal, 2003. V..6, Tomo I.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal.* Viseu: Verbo, 1984. v. VII - A instauração do liberalismo(1807-1832).

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira(Dir.).*Nova História de Portugal.* Lisboa: Presença, 2001. v. IX - Portugal e a instauração do liberalismo.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *O patriarcha da independência.* Resumo biográphico para a mocidade brasileira. São Paulo: Saraiva,1963.

SILVA, Kaline Vanderlei. *O miserável soldo e a boa ordem na sociedade colonial*: elitização e marginalidade na Capitania de Pernambuco nos Séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura da Cidade de Recife,2001.

SILVA,Maria Beatriz Nizza da. *História do Brasil.* Colônia – Império - República. Porto: Universidade Portucalense,1991.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil-1500-1820.* 4.ed. Brasília: Senado Federal, 2005. Coleção do Senado Federal v. 34.

SODRÉ,NelsonWerneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros,1990.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira:* ou como o país se deixa manipular pela elite. Rio de janeiro: LeYa,2015.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia.* Salvador: EDUFBA, 2005.

TEIXEIRA,Nuno Severiano; BARATA,Manuel Themudo (Dir.). *Novahistóriamilitar de Portugal.*Ria de Moura: Círculo de Leitores e Editores, 2004. v.3.

TENGARINHA, José(Org.). *História de Portugal.* Bauru,SP: EDUSC; São Paulo,SP: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. ColeçãoHistória.

VARNHAGEN, Francisco A. *História da Independência do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: IHGB,1916.

VERGER,Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Baía de Todos os Santos:* dos séculos XVI a XIX. 3.ed. São Paulo: Corrupio,1987.

VIANNA, Antônio. *A emancipação do Brasil: 1808-1825.* Lisboa: Typographia do Anuário Commercial,1922.

VIANNA, Hélio. *História do Brasil.* Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1962. Tomo II (Monarquia e república), v.II.

Artigos, comunicações, recensões, sinopses e oficinas:

ALVES JUNIOR, Paulo. O pensamento radical de José Honório Rodrigues: a conciliação na história do Brasil. IN_: Anais do XIX Encontro Regional de História, ANPUH-SP, USP, 8ª. 12.9.2008.

ARRUDA,José Jobson de Andrade. Osentido da colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830). IN_: TENGARINHA, José(Org.). *História de Portugal*. Bauru,SP: EDUSC; São Paulo,SP: UNESP; Portugal,PO: Instituto Camões, 2000, p.167-173.

AUGEL,Johannes. Notas sobre as finanças brasileiras na época do império. IN_:Anais do Congresso de História da Independência do Brasil, p.173-186. IHGB/Departamento de Imprensa Nacional,1975.

BETHELL, Leslie. A presença britânica no Brasil, 1808-1831. RIHGB, Rio de Janeiro, a. 179 (476): 305-322, jan./ abr.2018.

BICALHO, Maria Fernanda. Redimensionando a independência. Tempo, v. 12, n. 24, Niterói,2008.

CABRAL, Manuel Vilaverde. Sobre o Século XIX português: a transição para o capitalismo. Rev. Análise Social, v.XII(45), 1976-1º.106-126.

COSTA, Emília Viotti da. The political emancipation of Brasil. IN_:RUSSELL-WOOD,A.J.R. *From Colony to nation*. Baltimore:The John Hopkins University Press, S/D, p.43-88.

COSTA, Marcos de Noronha da. A Administração Civil, Política, Militar e Econômica doOitavoCondedosArcosnaBahia.Salvador.RevistadoIGHB,n.93,jan./dez.1997.

CUNHA, Pedro Octávio da. O movimento da independência e a fundação de um império liberal.IN_HOLLANDA, Sérgio Buarque de(Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 9.ed. p. 153-202. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. V. III, o Brasil monárquico, Tomo II.

DOMINGOS, Eduardo José Santos, SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. Considerações sobre um campo disciplinar: os principais modelos explicativos da economia colonial. Belo Horizonte: Periódicos PUC Minas, v.19, n.30(2018).

GOULARTE, Rodrigo da Silva. O Oitocentos sob novas perspectivas. Revista do Arquivo geral da Cidade do Rio de Janeiro, n.9, p.431-436,2015.

KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência: a participação popular nas lutas políticas(Bahia,1820-25).IN:_MALERBA,Juradir.(Org.).*A Independência brasileira.* Rio de Janeiro: FGV, 2006.P.303-342.

_____e MALERBA,Jurandir.Festejar e repensar a independência: um balanço.Revistas eletrônicas da PUC-RS, v. 36, n.2, 2010.

MALIVAL,IsadoraTavares. A revolução do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Oitocentista. RIHGB, Rio de Janeiro, a.177 (471):73-100,abr./jun.2016.

MALERBA, Jurandir. As independências do Brasil. São Paulo, Revista História, v.24, n.I, p.99-126, 2005.

MARIUTTI, NOGUEIROL e DANIELLI NETO. Mercado interno e graus de autonomia: críticas as propostas de João Luiz Fragoso e Manolo Florentino. São Paulo, Estudos Econômicos, 31(2): 364-393, abr.- jun.2001.

MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. IN: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000).* 2 ed. São Paulo: SENAC,2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. A outra independência: federalismo pernambucano de 1817 e 1824. Rev. IHGB, a 168 (436), p. 93-107, mai./jun.,2007.

MENS,Maximiliano M. Reflexões sobre duas crises econômicas.Váriahist.,v.20,n.40,Belo Horizonte, jan./ apr.2015.

MORALRUIZ,Joaquim Del. .A Independência brasileira e sua repercussão em Portugal da época(1810-1834). Rev. Análise Social, v, XVI(64), 1980-4o.779-795.

MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). IN: MOTA, Carlos Guilherme (Org.).*Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500- 2000).*2 ed. São Paulo: SENAC,2000.

NOVAIS, F. A. As dimensões da independência – crise geral do Antigo Sistema Colonial. IN: MOTA, Carlos Guilherme(Org.).*1822: dimensões.* São Paulo: Perspectiva, 1972. p.15-26.

OLIVEIRA RAMOS. Algumas observações sobre a história do Exército Português no regime liberal. IN_:ANAIS DO I COLÓQUIO Português de História Militar.Lisboa:4 e 5.12.1990,p.167-177.

PAULA, E. Simões de. As origens do Exército Brasileiro. IN_:HOLANDA, Sergio Buarque de(Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira.* São Paulo: DIFEL, 1962. Tomo I, V. II - O Brasilmonárquico, Tomo II..

PEDREIRA, Jorge Miguel. Indústria e atraso econômico em Portugal (1800-1825). Uma perspectiva estrutural. Análise Social, v.XXIII(97), 1987-3o,p.563-596.

PEREIRA, Jorge Miguel. Economia e política na explicação da independência do Brasil.IN_:MALERBA,Jurandir(Org.).*A Independência brasileira.*Rio de Janeiro: FGV, 2006.p.55-97.

PIMENTA, João Paulo G. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. Revista de História Íberoamericana - RHI, v.1, n. 1, 04, 2008.

_____.*La independência de Brasil como revolución: história y actualidadde um tema clásico. Nuevo Tempo: Rev. de História y pensamiento crítico*, v. 5, Buenos Ayres, p.69-96, 2008.

ROCHA MARTINS. A Independência do Brasil. Coimbra: Oficina do Lymen,1922.

SANTOS, Maria de Lourdes. Para a análise das ideologias da burguesia. I-Os costumes de bom tom. IN: MALERBA, Jurandir(Org.). *A Independência brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SEIDL, Ernesto. Condicionantes sociais na composição do alto oficialato(1850-1930). IN: HEINZ, Flávio M. *História Social das Elites*. São Leopoldo,2011.p.11-27.

SILVEIRA, Luís Espanha da. Aspectos da evolução das finanças públicas portuguesas nas primeiras décadas do Século XIX(1800-1827). Rev. Análise Social v.XXIII(97).

SODRÉ, Elaine Leonora de Vargas. Entre nobreza e revolucionários: a Assembléia Constituinte de 1823 e o paradoxal nascimento da elite política imperial. XXIX Simpósio Nacional de História da ANPUH,2017.

SOUZA, Avanete Pereira.Trânsitos mercantis de uma Cidade Capital(Salvador, Século XVIII).Rev, Mosaico, v.7, n.2, p.173-182,jul./ dez.2014.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. O Rio de Janeiro nos tempos de D. João VI. Revista da Academia Brasa de letras, Ano XIV, n. 54, jan./mar.2008.

Sites e blogs

ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luíz Aranha Correa do. A economia brasileira no Império, 1822-1889. PUC - Rio, Departamento de Economia. Textos para discussão. Disponível em: www.econ.puc-rio.br. Acesso em:11.10.2018.

CLAUSEWITZ, Carl von. Da guerra. Disponível no site da Escola Naval, www.egn.marnil.br/arquivos/cepe.Acesso em14.10.2018.

MARTINS, Ismênia de Lima. Movimentação de portugueses no Brasil: 1808-1842. A base lusa do Arquivo Nacional. Lisboa: CEPESE, 2009. Disponível em: www.cepese.pt. Acesso em: 22 de novembro de 2018.

MARQUES, Teresa Cristina Nunes. A constituição do registro comercial na administração pública brasileira e os acervos de documentos para a história das empresas. Disponível em: www.abphe.org.br. Acesso em: 14 de novembro de 2018.

Dissertações, teses e monografias

DELARUE, Maria Luísa Martins. Domingos A.B. Moniz Barreto (1748-1831), entre o reformismo lusitano e a Independência do Brasil. Porto: Dissertação de mestrado em História Íbero - americana apresentada à Universidade Portucalense Infante D.Henrique,1998.

DOURADO, Bruna Iglézias Motta. Comércio de grosso trato e interesses mercantis no Recife, Pernambuco (c.1837-c. 1871): a trajetória do negociante João Pinto de Lopes. Niterói: Dissertação apresentada ao mestrado em história da Universidade Federal Fluminense - UFF,2015.

GONÇALVES, Paulo Frederico Ferreira. As Cortes Constitucionais(1821-1822) e a Independência do Brasil. Porto: Dissertação apresentada ao mestrado em história, Universidade Portucalense,1997.

LOPES, Walter de Mattos. A Real Junta do Comércio: Tribunal do Antigo Regime nos tempos de D. João (1808-1821). Niterói: Dissertação apresentada ao mestrado em história social da UFF,2009.

NETO, Hélio Franchini. Independência ou morte. Política e guerra na emancipação do Brasil(1821-1823). Brasília: Tese de doutorado apresentada ao Departamento de história, UNB,2015.

OLIVEIRA, Nara de Cássia Gomes de. Os ilustres, pendentes e zelosos cidadãos baianos e a construção do Estado Nacional (1824-1831). João Pessoa: Dissertação apresentada ao mestrado em história da Universidade Federal da Paraíba,2007.

RIBEIRO,Elisa de Moura. Entre adesões e rupturas: projetos e identidades políticas na Bahia(1808-1864).Salvador:DissertaçãodemestradoapresentadaaoDepartamentode História, UFBA,2012.

RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro reinado. Campinas: Tese de doutorado em história apresentada a Universidade Estadual de Campinas,1997.

SILVA,Cesar Agenor Fernandes da. O Correio Braziliense e seu projeto de civilização (1808-1822). Franca: Dissertação apresentada para o mestrado em história da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita,2006.

SLEMIAN, Andréa. Sob o império das leis. Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao departamento de história ,FFLCH-USP,2006.

SOUZA, Maria Aparecida Silva de. Bahia. De capitania à Província, 1808-1823. São Paulo:Tese de doutorado apresentada ao departamento de história, FFLCH,USP,2008.

WISIAK,Thomas.A nação partida ao meio;.Tendências políticas na Bahia na crise do Império luso - brasileiro. São Paulo: Dissertação apresentada ao departamento de história da FFLCH, USP,2001.

# POR QUE LER OS CLÁSSICOS DA *NEGRITUDE* LUSÓFONA?

CARLOS GONGA PASCOAL[1]

**Resumo**

O presente estudo pretende, no essencial, abordar as razões de leitura dos textos clássicos da *negritude* expressa em língua portuguesa. De entre as várias questões que o tema em si levanta para compressão teleológica do pensamento literário negro-africano, destacam-se as seguintes: no âmbito da negritude de expressão portuguesa, o que é uma obra clássica? Por que a ler? Quais são e qual o seu conteúdo ideológico? Conscientes, não obstante, da diversidade dos textos clássicos, decidimos, por opção, aflorar apenas alguns textos de forma muito sumária, pois os seus fundos exigem um outro tipo de cotejamento, mais sistemático e abrangente. É objetivo deste trabalho fazer com que o desconhecido (oculto, misterioso e enigmático) nos textos clássicos da negritude lusófona se torne conhecido.

**Palavras-chave:** Clássico; Negritude Lusófona; Literatura africana de expressão portuguesa.

**Abstract**

The present study intends, in essence, to address the reasons for reading the classical texts of the negritude expressed in Portuguese. Among the various questions that the theme itself raises for teleological compression of the black-African literary thought, the following stand out: First, in the context of the blackness of Portuguese expression, what is a classical work? Secondly, why read it? Third, what are your ideological content? Conscious, however, of the diversity of classical texts, we decided, by choice, to only emerge some texts in a very brief way, because that their funds require another type of coteting, more systematic and

[1] Licenciado em Linguística Português (Instituto Superior de Ciências de Educação - Huambo), Mestre em Estudos Lusófonos (Universidade da Beira Interior - Portugal), Doutorando em Filosofia Política (Évora - Portugal). Docente das cadeiras de Literatura Angolana, Literatura Brasileira, Metodologia de Ensino e Investigação da Língua Portuguesa, Sociolinguística e Psicolinguística no Instituto Superior de Ciências da Educação - Huambo. Também leciona, desde 2018, no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo, Língua Portuguesa I, Língua Portuguesa II e Português Jurídico. Correio eletrónico: carlosgonga43@gmail.com

comprehensive. It is the objective of this work to do with the unknown (occult, mysterious and enigmatic) in the classical texts of Lusophone blackness become known.

**Keywords:** Classical; Lusophone Negritude; Portuguese-speaking African literature.

## Preâmbulo

Nesta parte preambular, circunscrevemo-nos ao seguinte pensamento:

> É por isso que não podemos olhar ou pensar a investigação científica como um espaço comum, o lugar de todo o mundo. Há que saber que a arte é só para alguns e a investigação como arte e como estética, também é só para alguns. A estética só é acessível para as almas preparadas, só é acessível para as almas que atravessam a noite, […].
>
> Inácio Valentim, *Contra a Pedagogia. A difícil tarefa de ensinar a ensinar: lições de Filosofia da Educação e de Teoria da Educação no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (ISPSN) – Huambo,* p. 19.

Tendo em conta o pensamento prismático do filósofo em epígrafe, parece ser justo postularmos quanto à compreensão das obras literárias e dos textos clássicos da *negritude* lusófona, especificamente, da literatura angolana escrita a partir do sistema modelizante primário do ex-colonizador, não como um campo acessível a qualquer crítico literário e a qualquer leitor (literário ou linguístico), porquanto, o texto clássico é arte e sendo arte é carregado de "estética" da produção e da receção, na medida em que a estética é tudo o que é agradável, belo e harmonioso aos nossos sentidos. Assim sendo, o texto clássico é e será sempre apenas compreendido por uma minoria seleta dentro de uma maioria social, uma minoria que se distancia da massa social, do senso comum, do fácil e do efémero, mas que busca o divinal. Como se pode reter, é esta minoria cuja alma se encontra preparada e imbuída de sensibilidade estética para conseguir atravessar os mistérios da "noite", tal como postula Inácio Valentim, tendo como base a conceção de Bachelard de Sánches, acerca do campo restrito e da natureza da investigação científica, «não como um espaço comum, o lugar de todo o mundo. Há que saber que a arte é só para alguns e a investigação como arte e como estética, também é só para alguns. A estética só é acessível para almas preparadas […]»[2]. Donde que o nosso escopo principal é trazer à luz a (re) leitura de alguns textos clássicos da negritude de expressão portuguesa para que as almas desprovidas de sensibilidade estética, *id*

[2] Cf. Inácio Valentim, *Contra a Pedagogia. A difícil tarefa de ensinar a ensinar: lições de Filosofia da Educação e de Teoria da Educação no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (ISPSN) – Huambo,* Editora: ISPSN, Angola, 2019, p. 19.

*est,* as "almas" menos preparadas, como esgrime o filósofo, tenham acesso ao "desconhecido", o "misterioso", o enigmático e ao oculto.

Como se sabe, no âmbito da historiografia literária da África negra de expressão portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe), o clássico enquanto livro ou texto teórico que possui algo do pensamento platónico: «ele é o livro que todos os outros livros gostariam de ser, e é a prova do fracasso de todos os outros livros em sê-lo. E por isso mesmo precisa estar cercado das outras obras para demonstrar à força do contraste, sua superioridade»[3], são conhecidos, normalmente, pela forma e nunca pelo fundo, ou seja, conhecem-se os autores e os títulos dos seus trabalhos, todavia, não se conhece o seu conteúdo ideológico, porquanto é oculto, daí a resposta do leitor literário ou linguístico: estou lendo ou estou relendo. Ora, o tempo verbal (gerúndio) é a demonstração clara que a cada leitura do texto clássico é sempre uma nova leitura, *id est,* ninguém lê duas vezes o texto clássico. Logo, pode-se afirmar, juntamente com o Italo Calvino:

> 1. Toda releitura de um clássico é uma leitura de descoberta como a primeira;
> 2. Toda primeira leitura de um clássico é na realidade uma releitura;
> 3. Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer;
> 4. Os clássicos são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes)[4].

À luz do excerto acima e do conceito predicável platónico, obras como *O outro Pé da Sereia; Cada Homem é Uma Raça; Sagrada Esperança; Poemas; Ilha de Nome Santo; Sobreviver em Tarrafal de Santiago; Os discursos do Mestre Tamoda; Sangue Negro; Geração da Utopia;* entre outros, são livros que todos outros livros gostariam, com certeza, de ser, porém, não o são. Por outro lado, servem de arquétipos aos novos jovens literatos, nunca terminam o seu discurso e precedem qualquer leitura, daí que cada acto de leitura é uma nova leitura.

Tendo como base o pensamento valentiniano, em *Contra a Pedagogia. A difícil tarefa de ensinar a ensinar: lições de Filosofia da Educação e de Teoria da Educação no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (ISPSN) – Huambo,* embora faça referência ao processo de investigação científica, interpretar os clássicos da negritude de expressão portuguesa nem é

[3] Cf. Marcos Sidnei Pagotto-Euzebio, *Por que ler os clássicos?,* São Paulo, FEUSP, s/d, p. 68.
[4] Cf. Italo Calvino, *Por que ler os clássicos,* trad. de Nilson Moulin, Campanha das Letras, São Paulo, 2ª ed., 2007, p. 11.

«repetir, nem é parafrasear»[5], mas é (re) explicar ao leitor aquilo que é de difícil compreensão, ou seja, «reduzir o desconhecido ao conhecido»[6]. Com certeza, os clássicos da literatura negritudinista lusófona foram ou continuam sempre desconhecidos, tornando-se, entretanto, um mistério, mas é um mistério – apadrinha o filósofo - «que se dissolve perante a explicação e a compreensão para se tornar familiar»[7]. Assim sendo, neste estudo, os textos de Francisco José Tenreiro, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, por exemplo, tornar-se-ão íntimos aos novos leitores sólidos do século XXI.

Tendo em conta o título e os objetivos do presente artigo, algumas questões parecem ser basilares para perceção e familiarização do leitor sólido e, provavelmente, do leitor "líquido"[8] com a teleologia do pensamento literário da África lusófona: primeiro, no âmbito da negritude de expressão portuguesa, o que é uma obra clássica? Segundo, por que a ler? Terceiro, quais são e qual o seu conteúdo ideológico?

Ora, as questões objetivas em epígrafe, remetem-nos num primeiro plano ao conceito do adjetivo clássico[9] (classe) que remonta, entretanto, a ideia vetusta do professor romano de retórica, Marcus Fabius Quintilianus, que o define como tudo aquilo que exprime o mais alto grau de perfeição, tão alto que é digno de ser proposto para modelo, de ser ensinado e

---

[5] Cf. Inácio Valentim, *Contra a Pedagogia. A difícil tarefa de ensinar a ensinar: lições de Filosofia da Educação e de Teoria da Educação no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (ISPSN) – Huambo,* p.27. Na página 17, segundo este autor, «investigar nem é repetir nem é parafrasear e muito menos compreender. Investigar consiste em **EXPLICAR** algo, […]». Continua o autor, referindo-se a Ricardo Puentes, «explicar "consiste em reduzir o desconhecido ao conhecido". Por sua vez, **COMPREENDER,** é um processo que está ligado ao esforço, diz Sánchez, à captação do sentido da coisa, está ligado ao sentido da captação do fenómeno explicado, é entrar no fundo […].

[6] Cf. *Idem.*

[7] Cf. *Idem.*

[8] Cf. Termo utilizado pelo insigne sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017). À luz deste autor, atualmente as relações humanas são efémeras e menos duradouras. Em Amor *líquido,* advoga o autor, as relações amorosas deixam de ter aspeto de união e passam a ser mero acúmulo de experiências. A insegurança seria parte estrutural da constituição do sujeito pós-moderno, conforme escreve em *Medo Líquido*. Utilizamos o termo leitor "líquido" olhando sobretudo para o hodierno âmbito da comunicação literária, onde o autor, a mensagem e o leitor encontram-se em conflito de ordem axiológica em função da fluidez das obras literárias. A escrita deixa de ter a sua função social e artística, que julgamos ser a função sagrada da obra literária, tornando-se mero instrumento de recriação e aparição da elite económica. Assim sendo, o emissor (autor) codifica a mensagem de forma intencional e dogmática, violando o livre arbítrio do recetor (leitor) enquanto entidade ativa e não passiva. Daí a existência de vários 11 clássicos "líquidos" da Literatura Angolana. Ora, um dos critérios para que uma obra seja clássica tem que havercom a universalidade e transcendentalidade, ou seja, o que é clássico em Angola outrossim o é em outras partes do mundo. Portanto, diante deste quadro de escamoteamento do bem-fazer literário, as obras são publicadas como se de cogumelos se tratassem, todos são escritores, não há leitor literário, se houver, é um angustiado com más referências. Não é o Estado enquanto poder político que determina a obra clássica, mas, obviamente, a instituição literária (obra, leitor, crítico literário, historiador literário, entre outros).

[9] Cf. Segundo Marcos Sidnei Pagotto-Euzebio, em *Por que ler os clássicos?,* Pp. 67 - 68, «será apenas no século II d.C, nas "Noites Áticas" de Aulo Gélio, (livro que nos seduz com seu título romântico e decadentista, para logo depois revelar ser uma obra para filólogos e amantes da gramática), que encontraremos pela primeira vez o termo "classicus", com o sentido de primeira classe ou exemplar, aplicado aos livros».

aprendido por todos que se exercitam no campo literário. Se tivermos em conta a visão quintiliana, diversas obras que compõem os 11 Clássicos da Literatura Angolana, a título exemplificativo *Trajectória Obliterada*, cujo autor é João Maimona, não expressam, hipoteticamente, nunca expressarão o mais alto grau de perfeição literária, logo, não são obras clássicas.

Assim sendo, conforme na literatura grega, na literatura latina e na literatura portuguesa os períodos clássicos situam-se entre o fim das guerras médicas (490-448 a.C.) até às invasões de Alexandre (356-323 a.C.); desde Cícero (106-43 a.C.) até à morte do Imperador Augusto (63 a.C.-14 d.C.); o século XVI, época de Camões (1524-1580), respetivamente. Ora, nas literaturas africanas[10] de expressão portuguesa os períodos clássicos situam-se desde as suas origens (literatura tradicional oral africana, entendendo a escrita como prossecução da oralidade, e não uma rutura) até ao século XIX (época de Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Francisco José Tenreiro, Alda Lara, Viriato da Cruz, António Jacinto, Noémia de Sousa e outros) em diante. Estes autores formam uma classe com uma trajetória bem definida, cujos textos de caráter universal e transcendental são dignos de serem propostos como arquétipos de aprendizado para os jovens literatas, ultrapassam o tempo e o espaço nos quais foram concebidos, expressam o alto grau de perfeição literária proposto por Quintiliano, é com certeza esta perfeição que os colocará em primeira classe. Por exemplo o texto netiano, "Adeus à hora da largada", enquadra-se perfeitamente nos argumentos apresentados acima. No excerto seguinte o "eu" lírico canta o continente africano por meio da figura materna, por isso o autor escreve com iniciais maiúsculas o sintagma nominal (Mãe). Afim aos renascentistas norte-americanos, o autor olha para o continente negro e as suas gentes como fonte de inspiração, donde o poema ser dedicado a «todas as mães negras cujos filhos partiram»[11] para o contrato, pese embora no começo o sujeito poético roube a cena como exemplificação por meio da sua própria mãe pátria:

*Minha Mãe*
*(todas as mães negras*
*Cujos filhos partiram)*
*Tu me ensinaste a esperar*
*Como esperaste nas horas difíceis*

[10]Cf. Usamos o termo literaturas africanas para fazer referência a diversidade populacional, cultural, geográfica, entre outros, deste continente.
[11]Cf. Agostinho Neto, *Obra Poética Completa. Sagrada Esperança. A Renúncia Impossível. Amanhecer.*, coor. De Irene Alexandre Neto, Fundação Dr. António Agostinho Neto, Luanda, 2ª ed., 2018, p. 25.

*Mas a vida*
*Matou em mim essa mística esperança*
*Eu não espero*
*Sou aquele por quem se espera*[12]

Este excerto catapulta-nos para a conceção de Pires Laranjeira acerca dos textos poéticos de Agostinho Neto,

> A poesia de Neto, expondo esteticamente as ânsias e raivas dos povos dos musseques (bairros populares pobres), analisando socialmente a situação histórica, referindo as aspirações, o desejo de mudança e a esperança desse povo (…) é constituída por uma estratégia afinada pela política, a ideologia e a intervenção histórica, sentido mesmo de contribuir para mudar o rumo da história, marcada por signos esvaziados de ambiguidade e, portanto, plenos de verosimilhança, veracidade e verdade, estando desfecho da sua aventura pessoal e social inscrito nesse(s) vesrso(s) (…) É por isso que a poesia de Neto tem capacidade de expressão psicológica, social e cultural e, por outro, de intervenção histórica, dado o caráter icónico, simbólico, referencial e exemplar do seu autor[13].

Neste ínterim, para além da perfeição estética, o tempo é outrossim um dos critérios para determinação de uma obra clássica. Assim sendo, as obras dos autores acima citados, tornaram-se clássicas com o passar do tempo, anos após anos, não nasceram de forma repentina, pois são os leitores e os críticos literários, a instituição literária que os definiram, donde a interação e a interdependência literária entre texto-leitor. Não existe obra literária sem leitor e o leitor sem obra literária, porquanto os leitores enquanto agentes ativos e não passivos estão "condenados" a influência dos textos, tal como postula Horácio, em *Sátiras,* aludido por Marcos Sidnei Pagotto-Euzebio, no seu estudo *Por que ler os clássicos?* «Quid rides? Mutato nomine, de te fabula narratur. (De que estás rindo? É a ti que se refere a história, apenas o nome está trocado)»[14]. O pensamento horaciano catapulta-nos para obra *Luuanda* (1963), do escritor angolano Luandino Vieira, Prémio Camões em 2006, maior prémio literário de língua portuguesa, recusando por se considerar um escritor findo, constituído por três estórias: Vavó Xixi e seu neto Zeca Santos, A estória do ladrão e do

[12] Cf. *Idem*.
[13] *Idem*, capa do livro *Obra Poética Completa. Sagrada Esperança. Renúncia Impossível. Amanhecer.*
[14] Cf. Marcos Sidnei Pagotto-Euzebio, *Por que ler os clássicos?,* p. 70.

papagaio e A estória da galinha e do ovo. Neste último conto, o mais paradigmático da trilogia luandina, o escritor emprega ao longo da narrativa diversas personagens (brancas e negras) para poder narrar com bastante ironia a luta diária de todos os angolanos humilhados e ostracizados durante o período da colonização portuguesa. Donde a obra está carregada de bastante simbologia, como por exemplo o ovo e a gravidez de Bina. Por outro lado, o comportamento do "sô Zé" representa a atitude gananciosa de todos os portugueses. A discussão, entretanto, das três personagens, senhor Zé, senhoras Bina e Zefa, demonstra o desentendimento e o comportamento pós-independência dos três partidos políticos angolanos, MPLA, FNLA e UNITA, encabeçados por Agostinho Neto, Holdem Roberto, Savimbi, respetivamente. Este facto, encontramo-lo bem explícito na obra *Bukamá* (2009), de Bens Nhoca Abílio: «mas se o MPLA é dos angolanos, a FNLA também, por que é que não se unem e formam só uma frente contra o tuga como os moçambicanos têm a FRELIMO»[15].

De igual modo, o prisma horaciano encontramos objetivamente patente na obra bilingue *Nzinga Mbandi,* de Manuel Pedro Pacavira, publicada em 1975. Embora o narrador tente roubar a cena como exemplificação por meio da Rainha Dona Anna, como lhe chamava nas suas cartas El-Rei D. João IV, ou Rayña Singa para o senhor Correia Salvador de Saa, entretanto, a narrativa faz referência a todos os africanos negros cujos antropónimos foram trocados com a imposição do cristianismo, desrespeitando a religião tradicional africana, como se observa neste excerto:

> e tocam os padres de ministrar os seus batismos a este e aquele mudando os nomes às pessoas, catequizando: - Que seu Deus é vivo e único. O único criador de tudo e todas as coisas que existem. E se um só Deus há, uma só igreja haverá para os homens do mundo inteiro. Tanto é que foram pelo precioso sangue de Seu filho justificados. … Para começar: o batismo – deitando fora os nomes da terra, gentílicos. Nomes pagãos […][16].

À luz deste excerto, ao atribuírem outros nomes aos africanos (angolanos) os portugueses destruíam a natureza do homem negro, deixando-o "desamparado do seu ser", pois, dominá-lo-iam com muita facilidade. Como se sabe, o nome na cultura tradicional bantu não serve apenas como sinal de identidade e de singularidade dentro da comunidade, mas está ligado ao ser da pessoa, ou seja, o nome é a própria pessoa porquanto é parte constitutiva que

[15]Cf. Bens Nhoca Abílio, *Bukamá,* Luanda, Nzila, 2009, p. 68.
[16]Cf. Manuel Pedro Pacavira, *Nzinga Mbandi,* col. 11 Clássicos da Literatura Angolana, Luanda, 2015, p. 23.

o completa em sua natureza humana, conforme afirma padre Raul Ruiz Asúa Altuna, em *Cultura Tradicional Bantu,* «é um distintivo, segue a alma espiritual como a sombra segue a alma sensitiva. Encerra alguma coisa da essência pessoal, até identificar nome e ser. Faz parte da personalidade, revela o ser da pessoa»[17].

Chegados até aqui, e olhando para os diversos conceitos de clássico, eis as seguintes razões hipotéticas que nos levariam a ler os clássicos da negritude de expressão portuguesa:

Ler os clássicos da Negritude lusófona é sobretudo prognosticar e interpretar o mundo silencioso do homem negro-africano, silencioso na aparência, porquanto é bastante eloquente e misterioso, mas um misterioso que se vai dissolvendo com a crítica literária endógena e exógena para se tornar íntimo aos leitores;

É predispor-se a hermenêutica da esfinge africana, tendo como base a indefinição do continente, ainda que se tenha criado o conceito de africanidade como expressão da unidade da diversidade cultural em África, donde ser arriscado, por vezes, abordar a história do continente berço da humanidade de forma homogénea, tema bastante rebatido por vários africanistas lusófonos e no século XXI pela escritora feminista nigeriana Chimamanda Adichi, nos Estados Unidos da América;

É ouvir a voz ensurdecida dos antepassados, não um antepassado de paixões amorosas, mas um elemento que sirva como elo de comunicação entre o ser vivo e o Divino, o Ser que não é acessível a qualquer um. Como, por exemplo, narra Basílio Tchindombe, na sua obra *O que a África não disse*, prémio literário António Jacinto, 2015.

É aventurar-se, não no sentido literal do termo, para uma leitura, uma filosofia literária, uma teoria sociológica interminável da África negra de língua oficial portuguesa, reconhecendo a maternidade desta língua neste continente misterioso de relações entre as artes, onde o conceito esteticista da arte não tem lugar, ou seja, não há arte pela arte, arte em si, mas uma arte que tem o seu valor na relação com outras formas de manifestação artística, portanto, o valor de qualquer obra de arte está ligado ao seu meio social, bem como ao seu contexto;

Por fim, ler os clássicos da Negritude lusófona é olhar para dimensão prismática do pensamento do negro-africano.

---

[17]Cf. Raul Ruiz de Asúa Altuna, *Cultura Tradicional Bantu,* Paulinas, Maputo, 2006, p. 268. Na página 269, diz o escritor, «dar o nome a uma coisa ou pessoa, ou conhecer o seu nome secreto equivale a descobrir a sua natureza. O conhecido fica, de alguma forma, em poder ou pelo menos em possíveis ações mágicas do conhecedor. Entre ele e o objeto ou pessoa assim conhecidos, brota uma relação vital que propicia a interação. O conhecido fica desamparado e vulnerável no seu ser».

## Pré-história do despertar da consciência literária negro-africano

Ora, o referido pensamento negro-africano remonta a pré-história do despertar da consciência negra. Vejamos:

A Negritude africana de expressão portuguesa remonta a um longo processo histórico e evolutivo do homem negro dentro das sociedades ostracizantes, desigualitárias e injustas sob ponto de vista político, filosófico, económico e sobretudo cultural. É, de facto, a luta pela dignidade da pessoa humana e igualdade de direitos e oportunidades que o homem negro-africano erguerá a sua voz dolente e incomodativa aos quatro cantos do cosmo. Dolente na aparência, porque prenunciava a liberdade em todas as esferas sociais. Incomodativa aos olhos de quem subjugava o outro (negro) pela cor epidemiológica, desconhecendo que o nascimento é um ato antidemocrático, ninguém escolhe onde, quando e como nascer, donde a ilusão do nosso livre arbítrio. Assim sendo, a cor negra, afins as alegres tristezas da noite em África, será o escopo principal da autoafirmação da consciência negroide. Tal como entoa e reconhece o poeta-profeta renascentista negro norte-americano Langston Hughes, cuja poesia é herdeira do ensaísta Walt Whitman, (sou negro, fui escravo, fui operário, fui cantor, fui vítima, mesmo assim sou negro):

*Sou negro:*
*Negro como é negra a noite,*
*Negro como as profundezas*
*d´África*[18]

Na quadra supracitada, o autor autoapresenta-se e, orgulha-se de ser negro como a noite, mas de uma noite das profundezas, ou seja, do além, não acessível a qualquer um. Por outro lado, a comparação de igualdade entre o tom da pele, a noite e a profundeza de África, revela-nos o mistério e sacralidade do homem africano.

Nos versos abaixo, de lamento a lamento o "eu" poético canta a condição desumana do homem negro:

*Fui escravo:*
*César ensinou-me a limpar os seus*
*portais*

[18] Cf. Alda do Espírito Santo, "Mundo Negro", *in A voz de São Tomé,* II, 13 (16-1-1948), pp. 1 e 3, *apud* Pires Laranjeira, *Negritude Africana de Expressão Portuguesa. Texto de Apoio (1947-1963),* Angelus Novus, Coimbra, 2000, Pp. 2 e 3.

*Engraxei as botas de Washington.*

*Fui operário:*
*Sob as minhas mãos se ergueram*
*Pirâmides.*
*Amassei cimento para o Woolworth*
*Building.*
*Fui cantor:*
*Todo o caminho d´África à*
*Georgia*
*Arrastei o meu canto de tristeza .*
*Eu fiz o regime.*

*Fui vítima:*
*No Congo, os belgas cortaram-me*
*as mãos.*
*Hoje lincham-me no Texas.*

*Sou Negro:*

*Negro como é negra a noite.*

*Negro como as profundezas*

*d´África*[19].

Como se pode reter nos versos do poema em epígrafe, a coisificação do homem negro foi um estado efémero e transitório para liberdade, daí o verbo no passado: fui escravo, fui operário e fui vítima. Por outro lado, o autor reconhece e se orgulha da sua negritude, observável no princípio e no fim da quadra do poema, estabelecendo um paralelismo com a noite e os segredos do continente berço da humanidade: «Negro como é negra a noite. / Negro como as profundezas / d´África»[20].

À luz de Alda do Espírito Santo,

> Langston deixa trasvazar a sua alma toda inteira, nesta poesia toda dolente e lamentosa, mensagem profunda e sentida de todos os negros, filhos da sua raça, ansiosos por um futuro melhor e mais risonho, para os negros de hoje.
>
> De momento a momento o poeta grita aos homens, num grito sem ter fim, a sua qualidade de negro. É negro igual aos seus irmãos de cor dispersos, por essa África longínqua, pelo mundo todo. É negro e sente como um negro. Sofreu torturas, conheceu toas as humilhações humanas! […].[21]

[19] Cf. *Idem.*
[20] Cf. *Idem.*
[21] Cf. *Idem.*

Neste ínterim, a *Negritude* expressa em língua portuguesa não é um dado do puro acaso, a sua pré-história, entretanto, remonta ao Renascimento Negro norte-americano, às Caraíbas, ao Renascimento haitiano, ao Negrismo cubano, à Revalorização Negra no Brasil, à Negritude francófona, ao Marxismo, ao Surrealismo e, por fim, ao Existencialismo. Movimentos importantes para compreensão do pensamento literário africano. Vejamos de forma cronológica e sucinta os ideais destes movimentos, bem como os seus principais precursores.

**A- *New Negro***

Este movimento tem a sua origem nos anos 20 e 30 do século XX. Movimento integrado por intelectuais negros, com o escopo principal de lutar pela dignidade e valorização do antropos negro. De acordo com Carlos Gonga Pascoal, baseando-se no pensamento de Pires Laranjeira, com o *Black Renaissense* «a poesia começa a ser vista e realizada como um dos meios mais eficazes para o protesto da realidade social»[22]. Neste âmbito, os renascentistas abordarão questões apelantes à raça e à África.

De acordo com a socióloga Maria Carrilho, no seu estudo acerca da sociologia negritudinista, Claude Mckay, Coutee Cullen, Langston Hughes e Steling Brown, «tornam-se os cantores da rebelião e da autoafirmação»[23]. Com certeza, estes renascentistas cantarão a rebelião e autoafirmação em função do contexto histórico e social, na medida em que se opunham ao sistema desigualitário, lutando de forma desigual pela igualdade de direitos entre o homem negro e o homem branco dentro da sociedade racista norte-americana.

Do exposto ao longo desta narrativa, é evidente o contributo do *New Negro* como fonte inspirativa da *Negritude* de língua portuguesa.

**B- As Caraíbas**

De forma holística, o maior precursor deste movimento foi o porto-riquenho Luís Palés Matos, mestiço e negro norte-americano. Assim sendo, o porto-riquenho antecipou o indigenismo haitiano e o negrismo cubano, ao publicar no século XX várias obras literárias, tais como: *Pueblo negro, Kahari, Candomblé* (religião africana, que foi levada também à América do Sul, incluindo o Brasil, pelos escravos no tráfico negreiro), *Canción festiva para*

[22] Cf. Carlos Gonga Pascoal, *A poética Negritudinista de António Jacinto como forma de resistência à colonização portuguesa*, Lisboa, Editora Templários, 2018, p. 23.
[23] Cf. Maria Carrilho, *Sociologia da Negritude*, Lisboa, Edições 70, 1975, pp. 72 e 73.

*ser ilorda*, datados de 1917-29, até *Ñam-ñam*, *Numen*, *Tem com Tem* (1931-1932) e *Mayestarde Negra* (1934)[24].

Em suma, a poesia provocadora dos caribes catapulta-nos para compressão do pensamento do Renascimento haitiano, influenciado pelos ideais da revolução francesa.

**C- Indigenismo haitiano**

Embora tenha sido antecipado por Luís Palés Matos, a colonia do Haiti esteve sempre mergulhada na luta de classes, numa sucessão e apetência pelo poder e dominada por potências estrangeiras, ao que facilitou o domínio dos imperialistas americanos.

A narrativa da inferioridade dos haitianos dos poderosos colonizadores americanos trará à luz o *Programa do Indigenismo*, da autoria de Normil Sylvain. Neste programa, postula «a reconstrução da imagem do homem negro, incutir nos haitianos o sentimento de orgulho na raça, o retomar dos pensadores tradicionais, o legado capaz de funcionar como modelo de ação…»[25].

Como é óbvio, a literatura do renascimento haitiano tinha um carácter de compromisso social, isto é, a literatura servia como meio de expressão dos temas e problemas dos haitianos, sobretudo dos negros. Para emancipação do negro camponês haitiano o órgão da revista *La Revue Indiginè* (1927) jogou um papel fundamental, funcionando como um manifesto. Portanto, compuseram a revista vários intelectuais de craveira.

**D- Revalorização negra no Brasil**

Este movimento é concebido como a (re) valorização e exaltação das qualidades do homem negro e da sua cultura. Apesar deste movimento ter a sua origem setencista, os poetas negritas cuja produção teve reconhecimento e grande impacto na África lusófona, destacam-se Castro Alves (XIX) e Jorge de Lima (XX). Entretanto, Lino Guedes é considerado o verdadeiro precursor da (re) valorização do homem negro no Brasil, publicou os livros *Canto do cisne negro* e *Urucungo*, ambos datados de 1926[26].

Na mesma senda da valorização do homem negro, destacam-se a Frente Negra Brasileira e o poeta Solano Trindade. De acordo com Pires Laranjeira, referenciado por Carlos Pascoal, a Frente Negra Brasileira foi fundada em São Paulo (1931-1937), pretendia a

---

[24] Cf. Pires Laranjeira, *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*, Porto, Afrontamento, 1995, p. 31.
[25] Cf. Pires Laranjeira, *Negritude africana de expressão portuguesa*, p. 33, *apud* Carlos Gonga Pascoal, *A poética negritudinista de António Jacinto como forma de resistência à colonização portuguesa*, p. 31.
[26] Cf. Carlos Gonga Pascoal, *A poética Negritudinista de António Jacinto como forma de resistência à colonização portuguesa*, p. 36.

igualdade de direito entre os negros e os brancos. Entretanto, com Solano Trindade, inicia-se na poesia brasileira a tematização, a consciencialização e reivindicação negra. Isto justifica-se devido a sua cor de pele e, sustenta-se numa ideologia marxista[27]. Neste âmbito, Solano Trindade, glosando o renascentista Langston Hughes, exclama:

*América*
*Eu também sou teu amigo*
*Corre em mim sangue do negro*
*Que ajudou na tua construção*[28].

E reconhecendo a sua linhagem, entoa o poeta:

*Nicolás Guillén*
*Meu irmão de Cuba*
*Onde está a burguesia*
*Cheia de medo e sem calma*[29].

Por fim, o tema da valorização do homem negro no Brasil é bastante complexo e por vezes contraditório, porquanto se trata de uma sociedade multicultural e racial, desde a sua construção pelos Índios, Europeus, Africanos, entre outros povos, até ao estado atual do país.

**E- Negritude francófona**

Na França, a consciência da (re) valorização e exaltação dos valores culturais do homem africano e do seu mundo devem-se a fatores históricos, políticos, sociológicos e, principalmente, cultural. Entretanto, este movimento teve maior expressão com a publicação do jornal *L´Etudiant Noir,* por Léopold Sedar Senghor, de origem senegalesa, Aimé Césaire, martinicano, e Léon Damas, franco-guianês. Todavia, o termo Negritude foi cunhado pela primeira vez por Aimé Césaire no célebre poema *"cahier d´um retour au pays natal",* datado de 1939[30].

À luz de Salvato Trigo, no seu estudo sobre *Introdução à Literatura Angolana de Expressão Portuguesa,* o estudo diacrónico da *Negritude* expressa em francês exigi-nos, apesar das suas perspetivas e abordagens, mencionar os nomes de Jean-Price-Mars, médico haitiano, e René Maran, martiniquenho, funcionário da administração colonial. Segundo ainda

[27] Cf. *Idem,* p. 37.
[28] Cf. *Idem.*
[29] Cf. *Idem.*
[30] Cf. *Idem,* pp. 39-40.

este autor, Jean-Price-Mars ao publicar a sua obra *Ainsi parla Ioncle* (1928) em Paris, deu o seu contributo à estrutura teórica da Negritude, apesar de ter utilizado uma perspetiva pan-africanista e inserida no African Personality. O martiniquenho René Maran é, com certeza, o grande precursor da Negritude francesa, ao publicar, em 1921, o romance *Batouala*[31]. Portanto, os trabalhos destes dois autores, haitiano e martiniquenho, foram decisivos para os estudantes negros de expressão francesa.

Do exposto ao longo deste estudo fica claro o contributo dos ideais destes movimentos e do pensamento dos seus principais precursores como fonte inspirativa para o nascimento da negritude de expressão portuguesa.

### F- Negritude lusófona

O movimento da valorização e exaltação das qualidades do homem negro e da sua cultura na África de expressão portuguesa embora tenha derivado da Negritude francesa teve maior destaque nos textos poéticos, entre 1941 a 1949, não durando mais do que um decénio, segundo o teórico negritudinista Pires Laranjeira, no seu estudo sobre *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*. A poesia não será apenas a manifestação do "eu" do poeta, como se observa na maioria da poesia europeia do período colonial, mas servirá de meio de reivindicação social. Por outro lado, o "eu" poético dilui-se na coletividade negro-africana, um "eu" que também é nós (África), ou seja, a existência de um eu (singular) depende objetivamente de um nós (plural). Portanto, não é o individuo que define o meio social, mas é o meio social no qual se encontra inserido que o define.

Tal como em outros movimentos de afirmação da valorização das qualidades e da cultura do homem negro, à luz de Mário Pinto de Andrade, citado por Pires Laranjeira,

> quem pela primeira vez exprimiu a "negritude" em língua portuguesa foi sem sombra de dúvida Francisco José Tenreiro, no seu livro *Ilha de Nome Santo*, datado de 1942. Devemos assinalar que ele encontrou por si, individualmente, as formas mais autênticas da expressão subjetiva e objetiva da "negritude". A *Ilha de Nome Santo* aparece assim como um feliz encontro dos temas da sua terra de origem (S. Tomé) e ainda como exaltação do homem negro de todo o mundo[32].

[31] Cf. Salvato Trigo, *Introdução à Literatura Angolana de Expressão Portuguesa,* Porto, Brasília Editora, 1977, Pp. 107 e 108.
[32] Cf. Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro, *Poesia negra de expressão portuguesa*, Lisboa, CEI, 1953, *apud* Pires Laranjeira, *Negritude Africana de Expressão Portuguesa. Texto de Apoio (1947-1963),* p. 16.

Em fim, o nascimento deste movimento cultural, político e reivindicativo deve-se também aos intelectuais africanos que se encontravam na Casa dos Estudos do Império, resultado da fusão das casas dos estudantes do império, onde entre outras coisas lutaram pela dignidade do homem negro e para libertação dos seus países do jugo colonialista português.

## Interpretação ideológico-literário dos textos teóricos clássicos da negritude lusófona

Como se pode constatar, este apartado é a terceira pergunta do nosso estudo, onde, o desconhecido tornar-se-á conhecido, ou seja, os textos teóricos clássicos, como *A Literatura Negra e os seus Problemas e Uma Nova Poesia Nasceu em África,* de Mário Pinto de Andrade; *Processo Poesia,* de Francisco José Tenreiro; *Introdução a um Colóquio sobre Poesia Angolana,* de Agostinho Neto; *Cultura Negro-Africana e Assimilação,* de Mário Pinto de Andrade; *Acerca da Literatura Negra,* de Francisco José Tenreiro; *Mundo Negro,* de Alda Lara; *Negritude e Cabovernidade,* de Gabriel Mariano, da *negritude* de língua portuguesa tornar-se-ão familiares aos leitores. Porém, em função da natureza da investigação, far-se-á apenas, com base na literatura comparada, na medida em que não se pode ler sem comparar, a interpretação ideológico-literário de três textos, *A Literatura Negra e os seus Problemas e Uma Nova Poesia Nasceu em África,* de Mário Pinto de Andrade, e *Processo Poesia,* de Francisco José Tenreiro.

Os textos acima foram selecionados em função dos seus conteúdos ideológicos e dos seus fundos. Servem de base para compreensão dos outros textos e teorização da negritude de expressão portuguesa. Por outro lado, os seus títulos são em si sugestivos e denunciadores de um novo fazer literário, catapultam-nos para defesa dos valores culturais e do cosmo do homem negro-africano.

### 1. "A Literatura Negra e os seus Problemas" e "Uma Nova Poesia Nasceu em África", de Mário Pinto de Andrade.

Estes e outros estudos de Mário Pinto de Andrade, a título ilustrativo "Cultura Negro-Africana e Assimilação" e "Poetas Negros de Expressão Portuguesa", refletem o pensamento literário africano na sua essência, revelando com toda simplicidade a autêntica sociologia literária de um continente há muito esquecido pela vontade de uma raça (branca) que se quis sempre superior.

Tendo em conta os títulos em epígrafe, a Literatura Negro-Africana desde as suas origens até ao estado atual vive, com base no presente do enunciado, de vários problemas,

como por exemplo o conteúdo da obra literária, a utilização sistema modelizante primário da ex-colónia (Portugal) e a homogeneização ou generalização do substantivo nominal (Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa) feita por vários críticos literários africanos e estrangeiros, deste modo, é percetível o desconhecimento que se tem do grande e sagrado mosaico literário africano e a destrinça objetiva entre literaturas africanas e literaturas de África. As primeiras fazem referência a diversidade de obras escritas por africanistas, cujo escopo principal das suas abordagens é o homem negro no seu mundo (mítico, tradicional, teológico e filosófico) com todas as suas dificuldades sociais, culturais e políticas. As segundas são todas aquelas obras escritas por não africanos e, outrossim, por africanos desenraizados, tratam do continente e das suas gentes de forma superficial e tímida. Por outro lado, um outro problema desta literatura prende-se com o «facto de se designar de literatura negra qualquer obra realizada por um negro», conforme Mário Pinto de Andrade[33].

Um exemplo clássico de perceção errónea e da pluralização das civilizações e das expressões literárias da África Negra são os argumentos apresentados por Dr. Tomé das Neves, acerca da "Literatura Negra", em Luanda, publicado no Brado Africano, no número de 23 de dezembro de 1950, Segundo o Dr. supracitado, «"o poeta negro", afora uma ou outra exceção, não descreve o que sente, o que lhe vai no íntimo como negro, não revela a sua sensibilidade artística, descrevendo a alma negra, o sentimento negro»[34]. Apesar deste posicionamento ser bastante rebatido pelo grande teorizador da literatura africana de expressão portuguesa, Mário Pinto de Andrade, cabe neste momento demonstrarmos a sua insustentabilidade à luz dos versos do poeta angolano Viriato da Cruz,

*- «Kuakié!...Makèzú, Makézú…»*
*O pregão da avó Ximinha*
*É mesmo como os seus panos,*
*Já não tem a cor berrante*
*Que tinha nos outros anos.*

*Avó Ximinha está velhinha*
*Mas de manhã, manhãzinha,*
*Pede licença ao reumático*

[33] Cf. Mário Pinto de Andrade, "A Literatura Negra e os seus Problemas", *in Mensagem* (circular), ano III, nº 12 (Jan, - julho de 1951), Pp. 1-3; e nº 13 (jan. de 1952), Pp. 14-17, *apud* Pires Laranjeira, *Negritude Africana de Expressão Portuguesa. Texto de Apoio (1947-1963),* p.7.
[34] Cf. *Idem*, p. 8.

*E num passo nada prático*

*Rasga estradinhas na areia…*[35]

O excerto acima, revela com toda sinceridade a alma angolana deste poeta, procurando interpretar a vida paupérrima dos habitantes do musseque, representado nos pregões da ambulante avó Ximinha. Assim sendo, neste poema, o "eu" lírico revela o conflito diário entre a civilização europeia e a tradição africana. A sensibilidade artística, ora renunciado aos poetas negros por Dr. Tomé, sente-se nos versos seguintes, «não sabe?! Todo esse / pegô um costume novo / que diz qué civrização: / Come só pão com chouriço / ou toma café com pão […]»[36]. Como se percebe, o poeta procura traduzir artisticamente o linguajar dos musseques de Angola, num bilinguismo continuo entre o *kimbundu* e a língua dos ex-colonizador (língua portuguesa). De igual modo, a utilização da língua nacional ou regional *kimbundu* representa um ato de revolta e de valorização das coisas da terra. É um ato de insurreição porquanto as autoridades colonialistas coartavam qualquer expressão artística no sistema modelizante primário nativo.

Se lermos outros textos de Viriato da Cruz, perceberemos não só a sua sensibilidade artística como outrossim se enquadram perfeitamente no conceito de clássico, pois, são textos poéticos que os outros textos gostariam de ser, porém não o são. Assim sendo, escutemos a voz do "eu" lírico do poema "Mamã Negra", propondo o "canto de esperança" do continente negro, cuja liberdade encontrou a sua semente nas "plantações da Virgínia", nos campos férteis das Carolinas, Alabama, Cuba e Brasil, locais destinados a desumanização do homem negro de toda América e de toda África, bastante cantada na "voz altiva de Langston" e na "bela voz de Guillén" :

*Tua presença, minha Mãe – drama vivo duma Raça*

*Drama de carne e sangue*

*Que a vida escreveu com a pena de séculos.*

*Pelo teu regaço, minha Mãe*

---

[35] Cf. Viriato da Cruz, *Poemas*, Col. 11 Clássicos da Literatura Angolana, Luanda, 2014, p. 15. Com base na capa deste livro, o poeta nasceu em Porto Amboim, Angola, a 25 de março de 1928. Membro do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, surgido em Luanda por volta de 1950 com a revista Mensagem, é considerado um importante impulsionador da poesia angolana, nas décadas de 40, 50 e 60, e um dos líderes da luta de libertação de Angola. A sua poesia foi publicada de forma dispersa em vários jornais angolanos e moçambicano da década de 50, altura em que se intensificava a repressão. Em 1961, a sua obra foi reunida e publicada em livro com o título Poemas. Contudo, Viriato da Cruz faleceu no exílio, em Pequim, em 1973, dois anos antes da independência do país que tanto lutou com caneta e arma para libertação do jugo colonialista português.

[36] Cf. *Idem*, p. 16.

*Outras gentes embaladas*
*Á voz da ternura ninadas*
*Do teu leite alimentado*
*De bondade e poesia*
*De música ritmo e graça…*
*santos poetas e sábios …*
*outras gentes … não teus filhos…*
*que estes nascendo alimárias*
*semoventes coisas várias*
*mais são filhos da desgraça*
*a enxada é o seu brinquedo*
*trabalho escravo – folguedo…*[37]

Este texto de Viriato da Cruz é paradigmático ao conceito de clássico (primeira classe), porquanto é reatualizado em cada leitura, em cada contexto e por cada leitor. De igual modo, este poema é «naturalmente a expressão artística da própria vida, […] passamos ao realismo social de Countee Cullen, Claude Mckay, Langston Hughes e outros. A hora é de afirmação, de presença e de novos cantos»[38].

A literatura negritudinista apesar de vários enigmas, o da assimilação total ou parcial da cultura europeia e, por consequência, o conteúdo da obra e o problema da língua, conforme Mário Pinto de Andrade, partilha de dois mundos indissociáveis: a oralidade, genuinamente negra, transmitida nas línguas nativas ou regionais, abrange diferentes tipos de manifestação artística, e a escrita. De facto, o desconhecimento da riqueza da LITERATURA ORAL por parte do ex-colonizador (provérbio, mitos, lendas e estórias) do homem negro fez com que a sua arte fosse relegada ao esquecimento, mas como a arte não precisa de um advogado que a defenda para que seja arte, a história foi ao longo dos tempos e do desenvolvimento humano mostrando e demonstrando o seu contrário.

O conceito predicável "A literatura negra e os seus problemas" prenuncia o nascimento da nova poesia em África, é neste ponto, com certeza, onde se pode observar a genialidade argumentativa e a retoricidade de Mário Pinto de Andrade, embora seja um autor

[37] Cf. *Idem*, Pp. 51-54.
[38] Cf. Mário Pinto de Andrade, "A Literatura Negra e os seus Problemas", *in Mensagem* (circular), ano III, nº 12 (jan., - julho de 1951), Pp. 1-3; e nº 13 (jan. de 1952), Pp. 14-17, *apud* Pires Laranjeira, *Negritude Africana de Expressão Portuguesa. Texto de Apoio (1947-1963)*, p. 11.

pouco estudado e, muitas vezes, esquecido no âmbito da teorização literária angolana e africana.

O axioma nova poesia não anula o aforismo antiga poesia, pois, partilham do mesmo espaço e valores, apesar da luta constante, como se pode ler na voz do maior teorizador das literaturas expressas em língua portuguesa, «o novo define-se em função de uma luta com o velho, mas não o elimina, não pode eliminar os valores intemporais deixados pelo velho»[39]. O novo será, portanto, a continuidade do antigo, ou seja, o sintagma nominal "nova poesia" tem como fonte inspiradora e referência os textos antigos. Por outro lado, em África, o texto é antigo não pelo tempo cronológico, mas pela sacralidade do seu conteúdo. O texto não é um texto em si, porém é um intertexto de outros textos, são estes textos que recebem a nomenclatura de antigo.

Tendo em conta o paradigma da colonização, a nova poesia nasce como uma forma de reação e não de ação, apesar disto não retira a sua qualidade estética, tal como se observa no excerto abaixo do poeta são-tomense Francisco José Tenreiro, prenunciador por excelência da negritude africana de expressão portuguesa,

*Ah! Brancos, negros e mestiços*
*Escaldaram o teu corpo de sensações*
*Com o bafo quente de um vulcão maldito.*
*E os teus seios secaram*
*O teu corpo mirrou*
*E as pernas engrossaram*
*Enraizando-se no teu próprio corpo.*
*E os teus olhos …*
*Os teus olhos perderam o brilho*
*Ao sentirem o chicote*
*Rasgar as carnes duras dos teus filhos.*
*Os teus olhos são poços de água pálida,*
*Porque cheiraste na velha cubata*
*O odor intenso de uma aguardente qualquer.*
*Os teus olhos tornaram-se vermelhos*

[39] Cf. Mário Pinto de Andrade, "Uma nova poesia nasceu em África", *in Ambembi* (junho de 1955). São Paulo, Pp. 124 – 130. (Palestra no Ateneu de Coimbra, em 5-6-1954), *apud* Pires Laranjeira, *Negritude Africana de Expressão Portuguesa. Texto de Apoio (1947-1963)*, p. 25.

*Quando brancos, negros e mestiços instigados*
*Pelo álcool*
*Pelo chicote*
*Pelo ódio*
*Se empenharam em lutas fratricidas*
*E se danaram pelo mundo.*

Este trecho do poema "Nós, Mãe" é o protótipo da moderna poesia africana, desfazendo-se da poesia lírica portuguesa. Num primeiro plano, o sujeito lírico, afim ao poema netiano, "Adeus a hora da largada", canta a desgraça e o destino ensanguentando do continente africano. No segundo plano, o "eu" poético entoa com mais alto lirismo a miscigenação e a crioulidade de África, *e a ti/ oh! Mãe de negros e mestiços e avô de brancos!* E, por fim, entoa-se o hino à esperança: *mas os teus filhos não morreram, negra velha, / que eu oiço um rio de almas reluzentes / cantando: nós não nascemos num dia sem sol.* Percebe-se que é um poema tripartido: desgraça, miscigenação ou crioulismo rácico e a esperança no amanhã, donde o verso: *nós não nascemos num dia sem sol.*

Francisco José Tenreiro expressa a moderna poesia africana através da linguagem europeia, porém os seus textos estão carregados de estética de necessidade e de utilidade. Conforme Mário Pinto de Andrade, «a poesia carateristicamente africana, especificamente negra, vive de uma síntese de elementos artísticos: palavras rimadas, música, dança»[40]. Como se depreende, a nova poesia dispensa o conceito de poesia pela poesia, ou seja, não é um texto em si, mas um texto lírico que partilha de outras artes.

Em suma, os textos teóricos e clássicos de Mário Pinto de Andrade trazem à luz os problemas da literatura negra. Assim sendo, espelham o nascimento de uma nova linguagem na expressão artística.

## 2. *Processo poesia,* de Francisco José Tenreiro.

Qualquer leitor, historiador, sociólogo e crítico literário que se propuser abordar a filosofia poética e literária da África negra, terá de, obviamente, fazer referência ao ensaio

[40] Cf. *Idem*, p. 28.

literário do negritudinista «mulato natural da ilha de São Tomé»[41], Francisco José Tenreiro, "Processo poesia", publicado na Revista *Mensagem* de Lisboa, em 1963[42], dois anos depois do início da luta armada em Angola[43], pela CEI, Casa dos Estudantes do Império (união das casas de Angola, Cabo Verde, entre outras, cujos objectivos foi, por parte de Salazar, controlar os estudantes ultramarinos que se encontravam na Metrópole, entre eles destacam-se Amílcar Cabral e Agostinho Neto).

Por outro lado, o título "Processo poesia" – à luz do autor - remete ao longo processo histórico evolutivo dos poetas e suas criações, demonstrando, assim, o papel do poeta dentro de qualquer comunidade, sobretudo nas sociedades desigualitárias. O poeta deixa de ser, entretanto, um mero espectador da realidade social, mas tem de cantar a realidade circundante, daí o binómio em iniciais maiúsculas Poesia – Homem, como se observa:

> o poeta é acima de tudo um homem e que a Poesia é, por si só, a própria essência da humanidade, e que sendo o poeta o Homem e estando este na vida, a poesia dela se não ausenta, mesmo quando o homem luta sangrentamente contra o homem. Dêem o

[41] Cf. Segundo Pires Laranjeira, em *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Universidade Aberta, Lisboa, 1995, p. 338, Francisco José Tenreiro nasceu na ilha de São Tomé «no ano de 1921, Francisco José Vaques Tenreiro, geógrafo, sociólogo, poeta, e crítico literário, foi professor no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina e na Faculdade de Letras de Lisboa. Grande conhecedor da problemática africana e insular. Dinamizador, juntamente com Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e Amílcar Cabral, do Centro de Estudos Africanos, criado em Lisboa, em 1951. Francisco José Tenreiro foi uma das figuras proeminente entre os jovens estudantes africanos em Lisboa, todos eles exilados geográfica, psicológica ou culturalmente, que darão um novo impulso à dinâmica cultural e estudantil com o delinear de um plano de conferências e discussões de vária ordem sobre questões africanas a realizar no Centro […]».

[42] Cf. Francisco José Tenreiro, "Processo poesia", *in Mensagem*, ano XV, nº 1 (abril de 1963), Lisboa, CEI, Pp. 4 – 10, *apud* Pires Laranjeira, *Negritude Africana de Expressão Portuguesa. Texto de Apoio (1947-1963)*, p. 64.

[43] Cf. Segundo Willem (Kaas) van der Waals, em *Guerra e Paz Portugal / Angola 1961 - 1974*, trad. de Helena Maria Briosa e Mota com a colaboração de Ricardo de Saavedra, Marta Ramires, s/l., 2015, na banana do livro, «em janeiro de 1961, Angola, uma das mais prósperas Províncias Ultramarinas de Portugal, estava no centro das atenções. Depois do período de crescimento sustentado dos anos de 1950, a década de ouro na história portuguesa em África, Angola tornou-se numa das possessões mais estimadas de Portugal. Iniciam-se grandes projetos de desenvolvimento nacional, novas estradas, linhas de caminho-de-ferro, fábricas, portos, povoações e aeroportos, e as exportações cresceram exponencialmente. Angola e Moçambique pareciam dois oásis de paz e progresso. O Dr. Salazar, Presidente do Conselho de Ministros, impunha a Portugal a sua política e mantinha-se, aparentemente, distraído com a fatalidade iminente. Governara as colónias portuguesas com mão de ferro durante mais de trinta anos, praticando uma política racial draconiana, segundo a qual a população do Estado Novo fora organizada em três escalões, «nativos», brancos e «assimilados», e onde as colónias, com as suas economias florescentes, viviam dependentes dos ditames do Estado europeu. Durante os anos de 1950 prosperou, igualmente, uma panóplia de movimentos politicamente orientados, que promoveu o protesto e a resistência. Proibido durante o Estado Novo de Salazar e, em última instância, forçados a entrar na clandestinidade ou a operar a partir de estados vizinhos, originaram um profundo sentimento de frustração acompanhado de um endurecimento de atitudes. E, em 1960, Angola vivia à beira da insurreição. A 4 de Fevereiro de 1961, data estabelecida pelo MPLA para o início da revolução nacional, a tempestade rebentou. Apanhado desprevenido pelos choques das revoltas em Angola e da subsequente rebelião sangrenta dos bacongo, a 15 de março de 1961, Portugal viu-se obrigado a lançar as Forças Armadas, iniciativas desde a Primeira Guerra Mundial, numa contraofensiva exaustiva».

> rótulo que quiserem ao poeta. Ele está sempre na vida porque reflete os próprios aspetos da vida […].[44]

Ora, este excerto fiosófico-literáro associa-se ao trecho do texto lariano do "Poema de amanhã", o sujeito lírico canta a realidade vivencial, existencial e dramática do homem negro, mas prenuncia o domínio do cosmo em todas as esferas sociais, donde a repetição continua ao longo de todo o poema dos excertos «os nossos filhos / negra»[45] para o cumprimento deste escopo.

O pensamento de Francisco José Tenreiro, no estudo em análise (Processo poesia), distancia-se da ideia romântica (século XIX) acerca da arte, porquanto – advoga o autor - «o poeta vive uma grande incomodidade. Incomodidade na medida em que a Poesia, sendo a linguagem pura dos homens, lança o poeta na crista dos anseios, das angústias e das alegrias dos próprios homens»[46]. Para o romantismo,

> a matéria-prima da criação artística é a emoção e o seu caráter estritamente subjetivo. A função do artista, de acordo com o romantismo, não é retratar a realidade objetiva exterior, mas antes penetrar nas profundezas do universo interior de sentimentos que ele mesmo vivencia[47].

Á luz do pensamento acima, não é função do poeta cantar a realidade social e circundante objetiva, mas, sim, entrar no universo do seu interior subjetivo e daí cantar as suas paixões. Esta visão romântica, reitera-se, não se compadece com a do crítico literário são-tomense, porque, de acordo com este autor, «antes do sociólogo, antes do político e do economista o poeta está vendo e está denunciando todo um processo de transformação social. Daí, o poeta ser incómodo e isso transformar-se em incomodidade para o próprio poeta»[48]. Como comprovação do pensamento de Francisco José Tenreiro, escutemos a voz do "eu" lírico do poema "O menino negro não entrou na escola", drama vivenciado por todas as crianças negras no período da colonização portuguesa. As crianças negras eram desprezadas e humilhadas por outras crianças brancas «*O menino negro não entrou na escola /das crianças*

---

[44] Cf. Francisco José Tenreiro, "Processo poesia", *in Mensagem*, ano XV, nº 1 (abril de 1963), Lisboa, CEI, Pp. 4 – 10, *apud* Pires Laranjeira, *Negritude Africana de Expressão Portuguesa. Texto de Apoio (1947-1963)*, p. 64.
[45] Cf. A. Freudenthal, R. Magalhães e C. Veiga Pereira, *Antologia de Poetas Angolanos – Casa dos Estudantes do Império 1951-1963*, Mercado de Letras Editores, Lisboa, 2014, p. 68.
[46] Cf. Cf. Francisco José Tenreiro, "Processo poesia", *in Mensagem*, Pp. 4 – 10, *apud* Pires Laranjeira, *Negritude Africana de Expressão Portuguesa. Texto de Apoio (1947-1963)*, p.65.
[47] Cf. Lev Tolstói, *O que é a Arte?*, trad. de Ekaterina Kucheruk, Gradiva, 3ª ed. Lisboa, 2017, p. 8.
[48] Cf. Francisco José Tenreiro, "Processo poesia", *in Mensagem*, ano XV, nº 1 (abril de 1963), Lisboa, CEI, Pp. 4 – 10, *apud* Pires Laranjeira, *Negritude Africana de Expressão Portuguesa. Texto de Apoio (1947-1963)*, p. 65.

*brancas – as crianças brancas* / *que brincavam todas numa roda – viva* / *de canções festivas, gargalhadas francas… // O menino negro não entrou na roda*»[49].

Deveras, este excerto e o pensamento prismático de Francisco José Tenreiro associa-se de forma direta a ideologia do realismo literário, tendo em conta que a arte poética africana está revista de consciência social, uma poesia que não «fecha os olhos ao que está diante de si, ao que se passa na sociedade e ao mundo das pessoas comuns, incluindo os pobres e os explorados»[50]. No prefácio do livro *O que é a arte?* cujo autor é Lev Tolstói, Aires Almeida esclarece de forma lacónica a oposição existente entre os dois movimentos mais influentes do século XIX, Romantismo e Realismo,

> ao passo que o romantismo fala de uma arte sem consciência social, os realistas batem-se por uma arte socialmente responsável. A imagem do artista ensimesmado, própria do romantismo, deveria, pois, dar lugar à do artista socialmente empenhado, senão mesmo do artista revolucionário[51].

Outro dado importante deste critico-literário-filosófico prende-se com a poesia do Ultramar. Assim sendo, Francisco José Tenreiro recorre a diversas perguntas retóricas para dizer de forma subjetiva o que é a Poesia do Ultramar. Apesar do sintagma nominal poesia ser apenas uma, os poetas são diversos em função da idiossincrasia das Áfricas, das suas formações e das suas preocupações. Mas todos os poetas do Ultramar «bebiam o drama da sua temática na poesia de raiz popular, em crioulo, ou diretamente no espetáculo da terra onde as árvores têm fome»[52].

Em suma, fica patente o contributo filosófico-literário de Francisco José Tenreiro para compreensão do longo processo histórico e evolutivo da poesia africana expressa no sistema modelizante primário do ex-colonizador. Transcrevemos abaixo ao acaso para concluir de "Um igual a Um", poema de Manuel F. Moura Coutinho, «conheci hoje o negro que a em mim / e que vive no meu peito ignorado / sob uma pele branca de europeu. / Aquele negro que se dá ao Jorge Amado / e que hoje se me deu»[53].

## Epílogo

[49] Cf. A. Freudenthal, R. Magalhães e C. Veiga Pereira, *Antologia de Poetas Angolanos – Casa dos Estudantes do Império 1951-1963,* p. 33.
[50] Cf. Lev Tolstói, *O que é a Arte?* p. 9.
[51] Cf. *Idem.*
[52] Cf. Francisco José Tenreiro, "Processo poesia", *in Mensagem,* ano XV, nº 1 (abril de 1963), Lisboa, CEI, Pp. 4 – 10, *apud* Pires Laranjeira, *Negritude Africana de Expressão Portuguesa. Texto de Apoio (1947-1963),* p. 67.
[53] Cf. *Ibidem,* p. 68.

Mais do que uma a resposta ao conceito predicável do presente estudo, Por que ler os clássicos da *Negritude* Lusófona, pretendeu-se ao longo da abordagem demonstrar que os clássicos são textos que nós conhecemos, mas, que paradoxalmente desconhecemos. É, com certeza, este paradoxo que os faz ser textos da primeira classe, diferenciando-se, neste âmbito, dos demais textos que o rodeiam e que gostariam de o ser, todavia, não o são.

Para que uma obra seja considerada clássica tem de, necessariamente, reunir os requisitos como a transcendentalidade, universalidade e intemporalidade. Logo, nas literaturas negritudinista vários autores são clássicos, porém, nem todas as suas obras são clássicas. Assim sendo, é da responsabilidade da instituição literária, observando os critérios científicos, determinar a classicitude de uma obra, mas nunca o Estado enquanto poder político, porque os textos literários, embora sejam utilitários, estão carregados de estética de produção e receção, logo, o conhecimento do fundo destes textos clássicos é apenas para alguns.

Conclui-se que a tese, Por que ler os clássicos da Negritude Lusófona, levanta diversos questionamentos como: o que é uma obra clássica? Por que a ler? Quais são e qual o seu conteúdo ideológico? Apesar de já se ter elucidado ao longo da narrativa, de forma muito simplista e objetiva, advoga-se que a leitura e a interpretação ideológico-literário dos textos clássicos da *negritude* expressa no sistema linguístico-português renunciam a mera autorreferencialidade do texto.

## Bibliografia

## Literatura negro-africano

ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa, *Cultura Tradicional Bantu,* Paulinas, Maputo, 2006.

ANDRADE, Mário Pinto de e TENREIRO, Francisco José , *Poesia negra de expressão portuguesa,* Lisboa, CEI, 1953.

-------"Uma nova poesia nasceu em África", *in Ambembi* (junho de 1955). São Paulo.

ABÍLIO, Bens Nhoca, *Bukamá,* Luanda, Nzila, 2009.

CARRILHO, Maria, *Sociologia da Negritude,* Lisboa, Edições 70, 1975.

CRUZ, Viriato da, *Poemas,* Col. 11 Clássicos da Literatura Angolana, Luanda, 2014.

LARANJEIRA, Pires, *A Negritude Africana de Língua Portuguesa,* Porto, Afrontamento, 1995.

-------*Negritude Africana de Expressão Portuguesa. Texto de Apoio (1947-1963),*

Angelus Novus, Coimbra, 2000.

-------*Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Universidade Aberta, Lisboa, 199.

NETO, Agostinho, *Obra Poética Completa. Sagrada Esperança. A Renúncia Impossível. Amanhecer.*, coor. de Irene Alexandre Neto, Fundação Dr. António Agostinho Neto, Luanda, 2ª ed., 2018.

PACAVIRA, Manuel Pedro, *Nzinga Mbandi*, col. 11 Clássicos da Literatura Angolana, Luanda, 2015.

PASCOAL, Carlos Gonga, *A poética Negritudinista de António Jacinto como forma de resistência à colonização portuguesa*, Lisboa, Editora Templários, 2018.

SANTO, Alda do Espírito, "Mundo Negro", *in A voz de São Tomé*, II, 13 (16-1-1948).

TENREIRO, Francisco José, "Processo poesia", *in Mensagem*, ano XV, nº 1 (abril de 1963), Lisboa, CEI.

TRIGO, Salvato, *Introdução à Literatura Angolana de Expressão Portuguesa*, Porto, Brasília Editora, 1977.

## Outras obras

CALVINO, Italo, *Por que ler os clássicos?*, trad. de Nilson Moulin, Campanha das Letras, São Paulo, 2ª ed., 200.

MAGALHÃES, A. Freudenthal, R. e PEREIRA, C. Veiga, *Antologia de Poetas Angolanos – Casa dos Estudantes do Império 1951-1963*, Mercado de Letras Editores, Lisboa, 2014.

PAGOTTO-EUZEBIO, Marcos Sidnei, *Por que ler os clássicos?*, FEUSP, São Paulo, s/d.

TOLSTÓI, Lev, *O que é a Arte?*, trad. de Ekaterina Kucheruk, Gradiva, 3ª ed. Lisboa, 2017.

VALENTIM, Inácio, *Contra a Pedagogia. A difícil tarefa de ensinar a ensinar: lições de Filosofia da Educação e de Teoria da Educação no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (ISPSN) – Huambo*, Editora: ISPSN, Angola, 2019.

WAALS, Willem (Kaas) van der, em *Guerra e Paz Portugal / Angola 1961 - 1974*, trad. de Helena Maria Briosa e Mota, s/l., 2015.

CISN CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOL NASCENTE

# NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol e francês.
2. Têm que ser inéditos e não mais de 20 páginas, notas de pé de páginas incluídas.
3. As resenhas submetidas não devem superar 6 páginas.
4. O envio de artigo deverá ser acompanhado por um abstract no idioma original do artigo e em inglês e no mínimo com três palavras-chave.
5. O formato das letras é Times New Roman 12, justificado e com 1,5 de espaço.
6. Os textos devem ser enviados em formato Word Perfect ou em Word para o PC.
7. Os artigos enviados devem ser assinados pelos autores que também deverão indicar os seus graus académicos e filiação institucional.
8. A redacção da revista reserva o direito de publicar ou não.
9. Haverá sempre um comité externo para avaliação dos artigos.
10. Os títulos dos artigos devem estar na língua original e em caso de necessidade em inglês.
11. As referências bibliográficas e notas de pé de páginas devem ser numeradas. As referências bibliográficas devem ser completas na primeira cita utilizando a norma clássica para as Ciências Sociais e Humanas e Vancouver ou AMA para as Ciências de Saúde.
12. Aceitam-se os projectos de investigação que não superam 8 páginas.

## LIVROS ELECTRÓNICOS:

As citas devem começar com o primeiro e último nome do (s) autor (es), título do livro electrónico (em itálico), editor, data de publicação, número da página citada. Endereço Web (Disponível a data da consulta).

## PROCESSO DE AVALIAÇÃO E DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS:

Os artigos devem ser enviados para o e-mail da revista ou do Director nos prazos indicados.

A Direcção acusará a recepção do trabalho sem necessariamente manter contacto com o autor antes da decisão final de publicar ou não.

Os autores dos artigos são responsáveis pela sua revisão ortográfica e gramatical.

CISN CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOL NASCENTE